

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DO SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA
NÍVEL MESTRADO

CÁTIA CRISTINA DEGAN FERNANDES

**A PETIÇÃO INICIAL: um estudo sociointeracionista da peça jurídica na
academia**

São Leopoldo
2019

CÁTIA CRISTINA DEGAN FERNANDES

**A PETIÇÃO INICIAL: um estudo sociointeracionista da peça jurídica na
academia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Linguística Aplicada.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Carnin

São Leopoldo

2019

F363p Fernandes, Cátia Cristina Degan.
A petição inicial : um estudo sociointeracionista da
peça jurídica na academia / por Cátia Cristina Degan
Fernandes. – 2019.
150 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do
Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em
Linguística Aplicada, São Leopoldo, RS, 2019.
“Orientação: Dr. Anderson Carnin”.

1. Escrita. 2. Petição inicial. 3. Interacionismo
sociodiscursivo. 4. Letramentos acadêmicos. I. Título.

CDU: 801:34

CÁTIA CRISTINA DEGAN FERNANDES

**A PETIÇÃO INICIAL: um estudo sociointeracionista da peça jurídica na
academia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Linguística Aplicada.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Anderson Carnin (Orientador)
Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Profa. Dra. Juliana Alves Assis
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)

Profa. Dra. Dorotea Frank Kersch
Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

*Ao Idelcio, cuja crença em mim e neste
título lhe permitiu ser menos importante
do que era, e me tornou mais forte do que
eu sou!*

AGRADECIMENTOS

É cruel a tarefa de terminar! Sempre! Principalmente porque o fim é uma imagem estanque de um processo, às vezes longo, às vezes nem tanto! Mas o momento final representa um “produto pronto e bem delimitado”, que pode ter dado certo, às vezes nem tanto! Contudo, no mestrado aprendi que a dissertação é uma obra inacabada. Trata-se mais de apresentar a apreensão e apropriação de um método, uma forma de fazer pesquisa (que se aprende no “durante”) do que ter uma criação perfeita dos resultados alcançados. Inspirada em alguém que também viveu a façanha de inúmeras viagens ao sul para se tornar “mestre”, quero expressar a minha gratidão a muitas pessoas que participaram e foram significativas neste discurso que ainda se movimenta:

A Deus, autor e consumidor da vida, em quem confio sem restrições.

Ao meu orientador, professor Anderson Carnin, pela exímia orientação, paciência e compreensão durante a elaboração deste trabalho e diante das intempéries da minha vida. Ninguém desvendaria J. P. Bronckart de uma forma mais fascinante.

Às professoras Cátia Fronza, Ana Zilles, por toda alegria, humanidade e os cafés tomados juntos com a turma durante o mestrado. Aos demais professores do PPGLA/Unisinos, pelos esforços em sempre nos fazer “sentir em casa”.

Às minhas filhas, Sofia e Olívia. Só vocês conseguem compreender o significado de cada viagem, cada ausência e nossas férias no Sul. Obrigada pelo amor de vocês.

Aos meus amigos do mestrado, especialmente ao Cristhiano Alessi, por todas as suas iniciativas de desvendar o universo jurídico e o campo desta pesquisa para mim. Aos demais: André Manteufeul, Alda Barreiros, Fernando Amâncio, Rodrigo Luz, que além de uma excelente diretoria formamos a melhor “Língua da Justiça” e seu Sexto Elemento. A companhia de vocês neste período foi fundamental para tornar a jornada mais leve e divertida.

A igreja de Jesus Cristo na terra: na qual incluo amigos, irmãos e todos que de alguma forma me orientaram, ampararam, acompanharam e torceram para que este processo fosse concluído. Minha gratidão!

Aos amigos e tremendas referências como pessoas e doutores que são: Carlos Lira e Nádia Biavati. Vocês foram grandes inspirações que o mundo profissional/acadêmico me proporcionou. Obrigada!

Ao meu amigo David Camilo, que com suas ligações semanais não me permitiu desistir ou pirar neste percurso.

A minha eterna aprendiz, Débora Braga, por sua vivacidade, coração ensinável, fidelidade e inúmeras formatações de acordo com as regras da ABNT. Que venha o doutorado!

A todos vocês, meu OBRIGADA!

*Tudo quanto te vier à mão para fazer,
faze-o conforme as tuas forças, porque na
sepultura, para onde tu vais, não há obra
nem projeto, nem conhecimento, nem
sabedoria alguma.*

[Eclesiastes 9:10](#)

RESUMO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Sabemos que se apropriar da habilidade de escrita de um gênero textual é uma competência essencial para o desempenho de atividades acadêmicas ou profissionais. Na área do Direito, essa situação não é diferente. É fundamental, para o pleno exercício da prática, o domínio de gêneros relacionados à esfera jurídica e suas práticas sociais de referência. Em virtude disso, este trabalho visa a discutir como a apropriação do gênero de texto petição inicial – e, mais especificamente, a utilização das operações linguístico-discursivas a ele inerentes – evidencia e potencializa o desenvolvimento do(s) processo(s) de letramento(s) acadêmico(s) do aluno do Curso de Direito, auxiliando em sua inserção no contexto de estágio profissional. Desenvolvido metodologicamente através de uma pesquisa qualitativa, de caráter interpretativista, este estudo analisa os mecanismos de textualização (coesão nominal, conexão e coesão verbal), a partir da perspectiva do Interacionismo Sociodiscursivo – ISD (BRONCKART, 1999). A interseção entre o quadro teórico do ISD (BRONCKART & MACHADO, 2004; SCHNEUWLY & DOLZ, 2004) e o dos estudos de letramentos acadêmicos (LEA, STREET, 2014; STREET, 2009) sustenta os aportes teóricos desta pesquisa e endossam as análises realizadas das petições iniciais dos alunos do 8º período e do Núcleo de Direito do Trabalho de uma faculdade do interior de Minas Gerais. Apoiadas no modelo de arquitetura textual de Bronckart (1999; 2006), as análises enfocaram as dimensões linguístico-textuais e discursivas mobilizadas na construção dos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa. Os resultados da pesquisa sugerem que a organização dos tipos de discurso teórico e narração, por meio do léxico e da gramática (sintagmas nominais, conectivos e tempos verbais) cooperam para a construção do sentido global da petição inicial e lhe asseguram a argumentatividade/persuasão. Dessa forma, concluímos que a peça jurídica se constitui uma prática de escrita que, ao ser apropriada, pode conduzir o estudante do contexto acadêmico às mais diferentes esferas de atuação do profissional em Direito.

Palavras-chave: Escrita. Petição Inicial. Interacionismo Sociodiscursivo. Letramentos Acadêmicos.

ABSTRACT

We know that the appropriation of text genre writing skills is an essential competence for the performance of academic or professional activities. In the field of Law this is by no means any different. It is fundamental, for the full exercise of those activities, to master the text genres related to the legal field and their social practices of reference. Therefore, this paper aims to discuss how the appropriation of petition text genres - and, more specifically, the use of linguistic-discursive operations inherent to it - evidences and potentiates the development of literacy processes by Law students, which in turn, helps them in their insertion in the context of a professional internship. Developed methodologically by a qualitative, interpretative research, this study analyzes the mechanisms of textualization (nominal cohesion, connection and verbal cohesion), from the perspective of Socio-Discursive Interactionism - SDI (BRONCKART, 1999). The intersection between SDI conceptions of text genres (BRONCKART & MACHADO, 2004; SCHNEUWLY & DOLZ, 2004) and academic literacy studies (LEA, STREET, 2014; STREET, 2009) supports the theoretical contributions of this research and endorses the analyzes of the petitions made by the Law students coursing the 8th semester and the ones made by Núcleo de Direito do Trabalho (Department of Labor Law) from a university in a city of Minas Gerais, Brazil. Based on Bronckart's model of textual architecture (1999, 2006), the analyzes focused on the textual-linguistic and discursive dimensions mobilized in the construction of the texts that form the *corpus* of this research. The results suggest that the organization of the types of theoretical discourse and narration, through the lexicon and grammar (nominal, connective and verbal phrases) cooperate to construct the overall meaning of the petition and assure the argumentativeness/persuasion. Thus, we conclude that this legal piece constitutes a writing practice that, when appropriated, can lead the student from the academic context to the most diverse areas of the professional practice of Law

Keywords: Writing. Petition. Socio-discursive Interactionism. Academic Writing Literacy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Modelo de petição inicial pública.....	48
Quadro 2: Proposta de atividade em sala de aula.....	76
Quadro 3: Petição 1 – Sala de aula (8º período).....	77
Quadro 4: Petição 2 – Sala de aula (8º período).....	78
Quadro 5: Petição 3 – Sala de aula (8º período).....	80
Quadro 6: Petição 1 – Núcleo de Direito do Trabalho.....	104
Quadro 7: Petição 2 – Núcleo de Direito do Trabalho.....	106
Quadro 8: Petição 03 – Núcleo de Direito do Trabalho.....	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Operações essenciais dos mundos discursivos e os tipos de discurso.....	32
Tabela 2: Sumarização das partes essenciais da petição inicial.....	44
Tabela 3: Caracterização do gênero petição inicial.....	51
Tabela 4: Número representativo dos textos coletados no 8º período.	65
Tabela 5: Número representativo de textos coletados no núcleo de prática.	66
Tabela 6: Elementos do contexto de produção.	72
Tabela 7: Categorias concernentes ao nível da infraestrutura textual.....	72
Tabela 8: Categorias de análise concernentes ao nível da textualização.....	73
Tabela 9: Parâmetros/Evidências do mundo físico.	81
Tabela 10: Síntese das petições de sala de aula.	84
Tabela 11: Evidências dos parâmetros do mundo físico.	110
Tabela 12: Síntese das petições do Núcleo de Prática do Trabalho.....	113

LISTA DE EXCERTOS

Excerto 1: Tipos de discursos predominantes.....	85
Excerto 2: Discursos predominantes.....	86
Excerto 3: Adicionar título.....	87
Excerto 4: Construção dos núcleos nominais.....	89
Excerto 5: Uso de Elipse.....	90
Excerto 6: Retomada de por outros termos.....	91
Excerto 7: Uso do gerúndio nas cadeias referenciais.....	91
Excerto 8: Uso do pronome possessivo.....	92
Excerto 9: Uso do pronome possessivo.....	93
Excerto 10: Uso do pronome possessivo.....	93
Excerto 11: Conexão entre os tipos de discurso.....	94
Excerto 12: Conexão entre os tipos de discurso.....	95
Excerto 13: Conexão entre os tipos de discurso.....	95
Excerto 14: situação inicial e final na narração.....	98
Excerto 15: Uso dos tempos verbais.....	99
Excerto 16: Uso dos tempos verbais.....	99
Excerto 17: Uso dos tempos verbais.....	100
Excerto 18: Partes da petição.....	113
Excerto 19: Discursos predominantes.....	115
Excerto 20: Discursos predominantes.....	115
Excerto 21: Discursos predominantes.....	115
Excerto 22: Discursos predominantes.....	115
Excerto 23: Discursos predominantes.....	115
Excerto 24: Discursos predominantes.....	116
Excerto 25: Discursos predominantes.....	116
Excerto 26: Discursos predominantes.....	116
Excerto 27: Qualificação das partes.....	120
Excerto 28: Retomadas de referentes.....	121
Excerto 29: Conexão entre os tipos de discurso.....	124
Excerto 30: Conexão entre os tipos de discurso.....	125

Excerto 31: Conexão entre os tipos de discurso.	125
Excerto 32: Conexão entre os tipos de discurso.	125
Excerto 33: Conexão entre os tipos de discurso.	125
Excerto 34: Uso dos tempos verbais.	128
Excerto 35: Uso dos tempos verbais.	128

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 O ENQUADRAMENTO TEÓRICO	23
2.1 Interacionismo Sociodiscursivo: perspectivas teóricas e metodológicas	23
2.1.1 A arquitetura textual: o modelo de análise de textos do ISD	27
2.2 Gêneros de Texto: entendimentos teóricos da área	39
2.2.1 Sobre os gêneros na academia e a petição inicial.....	40
2.2.2 Sobre a petição inicial: da sala de aula ao estágio supervisionado	42
2.3 Das práticas de escrita na academia: algumas perspectivas sobre letramento 53	
2.3.1 Letramento: eventos e práticas.....	55
2.3.2 Do letramento acadêmico: concepção e considerações.....	60
2.3.3 Os diferentes modelos de letramento(s) acadêmico(s)	61
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	63
3.1 O contexto e os colaboradores da pesquisa	64
3.2 Os métodos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa	68
3.3 Os procedimentos de geração e coleta de dados	69
3.4 As categorias de análise	71
3.4.1 Etapa 1: Contexto de produção	71
3.4.2 Etapa 2: Infraestrutura Textual	72
3.4.3 Etapa 3: Textualização	73
4 ANÁLISE DOS DADOS: o que o aluno de Direito evidencia em suas produções textuais acerca do domínio do gênero petição inicial	75
4.1 O gênero petição inicial no contexto acadêmico: o espaço da sala de aula	75
4.1.1 Etapa 1: Produzir a partir de que contexto comunicativo?.....	76
4.1.2 Etapa 2: Para produzir uma petição, o que é indispensável?.....	83
4.1.3 Etapa 3: Como textualizar o texto e torná-lo compreensível?	88
4.2 O gênero petição inicial no contexto profissional: o espaço do núcleo de prática (campo de estágio supervisionado obrigatório)	102
4.2.1 Etapa 1: Produzir a partir de que contexto comunicativo?.....	102
4.2.2 Etapa 2: Para produzir uma petição, o que é indispensável?.....	111

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	138
ANEXOS.....	144

1 INTRODUÇÃO

A atual demanda de qualificação das práticas de leitura e escrita de alunos de ensino superior demonstra que é importante enfrentar a situação, como relatado em pesquisas da área (CARVALHO, 2013; LOPES, 2016; RINCK; BOCH; ASSIS, 2015). Além disso, avaliações oficiais como o ENADE (BRASIL, 2015) e exames de classes, como o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB, 2018), reiteram a importância de se investir no desenvolvimento de competências de leitura e escrita de universitários brasileiros. Isso porque saber ler e escrever exerce influência significativa no desempenho acadêmico – e profissional – de alunos desse nível de ensino. Não é ingênuo lembrar que essa influência perpassa a formação de acadêmicos de qualquer curso de graduação.

No curso de Direito, isso não poderia ser diferente. Estudos voltados para as práticas de linguagem têm apresentado significativa importância entre os acadêmicos desse campo. Eles reconhecem que o domínio da língua pode determinar “uma mudança no mundo legalmente estruturado” (COLARES, 2010, p.13) por meio da fala ou da escrita. Segundo a autora,

a linguagem não é o instrumento precário e imperfeito do qual o pensamento se serve para realizar as operações de representação mental da realidade, a linguagem consiste na atividade de sujeitos sociais autênticos na dimensão da *práxis*. Donde, a importância de proceder ao estudo da linguagem jurídica *in vivo* no evento comunicativo e não *in vitro* nas páginas de livros *a priori* construídas pelos doutrinadores. (COLARES, 2010, p. 13).

Nesse sentido, este trabalho busca investigar questões relacionadas a uma prática de linguagem situada no campo do Direito: a produção (e apropriação) do gênero de texto Petição Inicial, largamente empregado no curso – e no universo profissional a ele correlato, e como a(s) prática(s) de escrita desse gênero de texto evidencia(m) as pistas dos letramentos acadêmico e jurídico de estudantes dessa área. Nossa premissa é que essa prática de letramento pode auxiliar na transição do contexto universitário para o mundo do trabalho, aqui representado pelo campo de estágio profissional.

Além disso, partimos do pressuposto de que, sendo esse gênero uma peça que encaminha a atividade judicial do seu início até a solução do caso concretamente, ele

também se configura como um dos textos principais e mais importantes na prática de escrita do bacharel em Direito. Ou seja, na graduação em Direito, trata-se de um gênero que possibilita a inserção dos estudantes no mundo acadêmico e constrói uma ponte significativa para o universo de trabalho/estágio profissional.

De acordo com Cruz (2010, p. 235), “A petição inicial, também chamada de peça de ingresso, [...] é considerada como o ato jurídico processual mais importante praticado pela parte autora dentro do processo.” Ela é um documento elaborado pelo advogado que esclarece os limites da demanda do autor do processo e provoca “a jurisdição a ser exercida pelo Estado-Juiz” (CRUZ, 2010, p. 235).

É um gênero de texto concernente à área do Direito, e, conforme Pimenta (2007, p. 2029), como outros gêneros da área, são “instrumentos sem os quais não pode haver a operacionalização do trabalho forense”. Ainda segundo a autora, havendo uma má elaboração desse gênero, haverá diretamente problemas nas demais peças processuais, podendo isso influenciar até a sentença jurídica do caso.

Dessa forma, reforçamos a ideia de que se apropriar da habilidade de escrita de um gênero textual é competência essencial para o desempenho de atividades acadêmicas ou profissionais dos quais se lance mão. E, na área do Direito, essa situação é reiterada. Aliás, é essencial, para o pleno exercício dessa prática, o domínio de gêneros relacionados à esfera jurídica e suas práticas sociais de referência.

A apropriação da habilidade de escrita do gênero Petição Inicial, ainda em contexto acadêmico, é tida como elemento crucial. Isso pode potencializar (ou comprometer) a inserção de alunos no universo profissional, haja vista a importância desse gênero nas mais diferentes esferas de atuação do profissional em Direito.

Uma das questões atreladas a isso é o domínio linguístico-discursivo desse gênero, proporcionado por meio das práticas de escrita nas diferentes disciplinas que preparam o aluno para a produção escrita da peça. No contexto desta pesquisa, a inserção dos alunos em práticas de letramento que exigem a produção do gênero é feita por professores especialistas na área do Direito (Civil e Trabalhista) em sala de aula e, em seguida, atualizada no contexto de prática profissional, por operadores do Direito, nos Núcleos de Prática Jurídica da própria faculdade.

Nesse sentido, indagarmos sobre como os alunos apropriam-se desse gênero e de suas especificidades linguístico-discursivas permite que reflexões teóricas e

aplicadas possam ser desenvolvidas, visando a contribuir para o aperfeiçoamento de práticas de ensino de texto em contexto de formação acadêmica.

Dessa forma, estabelecemos para esta pesquisa a seguinte pergunta:

- **Como a apropriação do gênero petição inicial contribui para tornar o estudante do Curso de Direito letrado no mundo acadêmico, auxiliando-o na transição do contexto universitário para o campo de estágio profissional?**

Na busca de responder à pergunta de pesquisa proposta, este trabalho tem por **objetivo central** analisar como a apropriação do gênero de texto petição inicial – e, mais especificamente, a utilização das operações linguístico-discursivas inerentes a ele – corrobora o desenvolvimento do(s) processo(s) de letramento(s) acadêmico(s) do aluno do Curso de Direito, e auxilia em sua inserção no contexto de estágio profissional.

A partir desse objetivo central, estabelecemos como **objetivos específicos**: a) analisar as petições produzidas pelos alunos do oitavo período do curso, para identificar quais as principais operações linguístico-discursivas por eles já mobilizadas; b) descrever as operações linguístico-discursivas empregadas pelos alunos para a produção da petição inicial que demonstrem pistas do desenvolvimento do letramento acadêmico, bem como possibilitam (ou comprometem) a sua inserção no contexto de estágio profissional.

Isso nos leva a formular a hipótese de que o domínio adequado das operações linguístico-discursivas do gênero e seu uso em contextos de prática jurídica podem contribuir fortemente para o desenvolvimento do(s) processo(s) de letramento(s) acadêmico(s) desse sujeito e poderão facilitar sua inserção no contexto de estágio profissional/mundo do trabalho.

Como forma de avançar nas reflexões sobre esse tema, que se soma a outras reflexões já produzidas na área (PIMENTA, 2007; CRUZ, 2010; COLARES, 2010), esta pesquisa foi realizada em uma faculdade de Direito privada, na região leste de Minas Gerais, tradicional na cidade e com bastante credibilidade na área de formação de bacharéis em Direito.

Para o desenvolvimento do trabalho, propusemo-nos a analisar textos dos alunos do curso de Direito em contextos de formação acadêmica, matriculados na segunda metade do curso (8º período). Esse é um dos dois períodos em que os estudantes têm contato formal com o gênero Petição Inicial, até utilizarem o gênero em contexto de trabalho, nos Núcleos de Prática Jurídica onde é realizado o Estágio Supervisionado Obrigatório. A geração dos dados foi realizada durante todo o primeiro semestre de 2018.

Para fundamentar esta pesquisa, foi utilizada uma interseção entre o quadro teórico-metodológico do Interacionismo Sociodiscursivo – ISD, de Jean-Paul Bronckart (1999; 2006; 2008) e dos estudos de letramentos acadêmicos (LEA, 2014; LEA, STREET, 2006; STREET, 2009). Esse referencial nos forneceu subsídios para a reflexão teórica sobre o agir languageiro realizado por meio da escrita da petição inicial. E, para a análise desse gênero de texto, foi utilizado o seu modelo de arquitetura textual (BRONCKART, 1999).

Como critérios analíticos foram enfocados: o contexto de produção, a infraestrutura geral do texto e os mecanismos de textualização. Quanto aos mecanismos de textualização, utilizamos mais especificamente as marcas de referenciação que constroem as principais cadeias de retomada no texto, na constituição da coesão nominal; as marcas de conexão, bem como os conectivos responsáveis pela relação estabelecida entre os tipos de discursos teórico e a narração; as marcas dos tempos verbais, que estabelecem a coesão verbal utilizada no gênero petição inicial.

Com base na investigação no repositório de teses e dissertações da Capes, realizada em abril/2017, a partir dos termos ISD, Petição Inicial e letramento acadêmico, concluímos que trabalhos como de Túllio (2012); Silva (2008); Pinto (2014) e Marinho (2010) poderiam contribuir para o embasamento do que procuramos investigar neste trabalho de pesquisa. Esses estudos poderiam também cooperar para o aprofundamento de como a apropriação do gênero petição inicial contribui para tornar o estudante do Curso de Direito letrado no mundo acadêmico, podendo inseri-lo no contexto de estágio supervisionado.

Mediante isso, salientamos que, para o desenvolvimento deste estudo, utilizaremos uma pesquisa qualitativa, de base interpretativista, para que possamos explorar em profundidade os dados empregados na nossa pesquisa. Acreditamos que

assim alcançaremos os objetivos propostos e teremos melhores condições de chegar aos nossos resultados.

Finalmente, com o estudo de cunho linguístico-textual-discursivo que aqui propomos, esperamos poder contribuir com a reflexão (e a prática) sobre produção textual e o letramento acadêmico dos alunos do ensino superior (do Curso de Direito, em especial). Esperamos com isso ainda encontrar pistas de como esse letramento pode facilitar a transição desses sujeitos entre o mundo acadêmico e o mundo do trabalho, a partir do domínio das práticas de linguagem situadas com o gênero petição inicial e as práticas de letramento (acadêmico) que o engendram.

Este trabalho está organizado em quatro capítulos. Inicialmente, é apresentado o tema desta pesquisa, contextualizando-o diante da pergunta sobre a relação existente entre a produção textual e as práticas desenvolvidas no ensino superior; dos objetivos propostos para a pesquisa; e da expectativa gerada com tal estudo. Em seguida, no capítulo II, é realizado um enquadramento teórico com vistas a dar suporte às análises dos dados gerados. O Interacionismo Sociodiscursivo – ISD, principal foco teórico deste trabalho, é apresentado a partir de uma relação com a nossa pesquisa e os objetivos propostos para alcançar os resultados, como a escrita da petição inicial. Além disso, os principais autores que discutem gênero de texto, tanto no mundo acadêmico como no contexto jurídico, foram utilizados para a discussão quanto à temática sobre gêneros e sobre petição inicial. Nesse capítulo, ainda foram utilizadas as discussões sobre as práticas de escrita na academia, com foco específico nas discussões sobre letramento acadêmico e nas implicações disso no mundo do trabalho. Tais discussões contribuem para alcançar o objetivo de verificar como o aluno do curso de Direito se insere no mundo do trabalho também por meio do gênero de texto petição inicial.

No capítulo III, há uma preocupação com a apresentação dos procedimentos metodológicos utilizados no estudo. São descritos o contexto e os sujeitos da pesquisa, os métodos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, os procedimentos de geração de dados, as categorias, a análise e o corpus utilizado na pesquisa.

Finalmente, no capítulo IV, procedemos à análise dos dados com o gênero de texto petição inicial tanto no contexto acadêmico quanto no contexto profissional. Os textos que compõem o corpus foram gerados em sala de aula e no Núcleo de Prática

de Direito do Trabalho, campos característicos da transição entre o universo acadêmico e o contexto profissional (neste trabalho representado pelo estágio supervisionado).

Finalmente, no capítulo de considerações finais apresentamos os resultados das análises realizadas. Esses resultados sugeriram como a organização dos tipos de discursos podem favorecer a construção do sentido do gênero de texto petição inicial e lhe garantir persuasão frente a seu interlocutor. Ou seja, apresentamos nossas conclusões sobre como a peça jurídica se constitui uma prática de escrita que ao ser apropriada pelo estudante do curso de Direito pode conduzi-lo entre os contextos acadêmico e profissional.

2 O ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Apoiado nas bases teórico-metodológicas do ISD, este trabalho discute os conceitos de gênero de texto e letramento acadêmico, por meio da acepção de texto como o produto de uma atividade linguageira. Dessa forma, as seções a seguir serão dedicadas às concepções que fundamentam a ciência do humano proposta por Jean-Paul Bronckart (BRONCKART, 1999, 2006, 2008) e os aportes procedentes das discussões a respeito dos estudos sobre letramentos acadêmicos (LEA; STREET, 2014; STREET, 2009; KLEIMAN, 2016).

2.1 Interacionismo Sociodiscursivo: perspectivas teóricas e metodológicas

As proposições do quadro interacionista sociodiscursivo tiveram sua origem na década de 1980, na Universidade de Genebra, na Suíça, por meio dos estudos de Jean-Paul Bronckart, principal mentor da teoria. Tais proposições baseiam-se nos princípios filosóficos de Vygostsky sobre o desenvolvimento humano, bem como nos pressupostos de Saussure (1916/1997), Volochínov (1926/1997) e Bakhtin (1953/2003) sobre a linguagem. Idealizado inicialmente como um projeto, conforme seu próprio expoente (BRONCKART, 2006, p. 38), o interacionismo sociodiscursivo - ISD – estabelece-se como a “ciência do humano” (BRONCKART, 2006, p. 10), tendo as práticas linguageiras como instrumento fundamental da evolução e desenvolvimento do indivíduo.

Neste estudo, tais práticas de linguagem serão entendidas como formas de ação significativa com função prioritária de socialização, a partir de comportamentos verbais. Elas são mobilizadas na produção de textos que se instituem como verdadeiros instrumentos do desenvolvimento humano (BRONCKART, 2006, p.13). Sendo assim, é importante pensar a relação que se busca estabelecer entre o quadro teórico do ISD e os objetivos propostos para esta pesquisa sobre a produção do gênero de texto petição inicial. Com base em Miranda (2008), entendemos que “o modelo da ação de linguagem e o modelo da arquitetura textual” são os “produtos”

principais do ISD. Esses “produtos” constituem-se como ligações de uma organização conceitual “teórico-epistemológica maior, que assume como perspectiva fundamental a abordagem descendente das práticas de linguagem” (MIRANDA, 2008, p. 82). É um movimento que segue das “actividades gerais e as actividades de linguagem para acções de linguagem, das acções para os textos, dos textos para as unidades linguísticas” (MIRANDA, 2008, p. 82), como apresentaremos nas análises deste estudo.

A partir da observação do funcionamento dos discursos e um modelo psicológico para examinar como os textos se constituem, Bronckart (1999) formulou um modelo de análise das características linguísticas e paralinguísticas de textos. O autor realizou estudos baseados no desenvolvimento do domínio de operações de planificação e de textualização, que pudessem calcar a elaboração de uma nova forma de analisar e ensinar textos. Nesse sentido, o autor constrói um quadro teórico que considera as condições de produção dos textos, os aspectos de descrição e análise textual e uma abordagem para as operações linguístico-discursivas envolvidas em sua produção e seu funcionamento.

Fundamentado no interacionismo social, Bronckart (1999) compreende a linguagem como “um produto de socialização” (BRONCKART, 1999, p.13) que materializa desde aspectos psíquicos até sociais. A linguagem é uma forma de ação semiotizada por agentes com condutas verbais, em um contexto psicossocial dotado de traços históricos e ideológicos. Esses agentes estão constantemente em interação entre si e com o meio que os rodeia, o que constitui uma consciência individual que, concomitantemente, é também social.

Por conta de sua natureza de textualização do mundo, a atividade de linguagem origina mundos virtuais. Logo, por meio deles, o homem transforma o meio e é nesse contexto que os fatos são inseridos. Ou seja, o mundo caracterizado por signos remete ao meio físico do homem e o mundo representado pela relação de cada indivíduo em particular com o conhecimento na esfera social depende do mundo social, visto que este é o mundo que apresenta a coletividade. Conforme Bronckart (1999), esses mundos constituem sistemas coordenados, por um lado opostos aos sistemas representados pelos usuários de uma língua; e, por outro, demonstram o tipo de relação que esses usuários estabelecem com as ações languageiras.

De acordo com Miranda (2008), desde Saussure (1916 [1997]) já se admitia o signo linguístico organizado em textos e discursos. Para a autora, a realização das práticas de linguagem ocorre sob a forma de textos, com finalidades específicas, em contextos determinados. Para o ISD, textos, quando utilizados no plural, são os correspondentes empíricos e linguísticos das atividades de linguagem de um grupo; e, quando utilizado no singular, texto é o correspondente empírico e linguístico de uma ação de linguagem (MIRANDA, 2008, p. 83). É esse conjunto de ações interacionais semiotizadas, fundado na e pela linguagem, que Bronckart (1999) denomina texto. O autor afirma que esse conceito (texto) abrange o entrelaçamento de uma produção única e individualizada, própria de um sujeito em um dado momento histórico-social. A esse entrelaçamento, atribui-se, simultaneamente, uma representação referente à inclusão desse indivíduo frente a um rol de outros textos em uma determinada formação social.

Nesse sentido, os textos são constituídos na intersecção dialética entre a ação individual situada socialmente e os constructos históricos que são denominados de gêneros de textos. Isto é, ao produzir um novo texto empírico, o indivíduo também transforma histórica e, permanentemente, as representações sociais. Representações essas que dizem respeito não só aos gêneros de textos, mas também à própria língua e às relações que são estabelecidas entre os textos e as situações em que atuam. (BRONCKART, 1999)

Importante ressaltar que tais representações se referem à determinação de três mundos, que foram interiorizados pelos agentes por meio das atividades de linguagem, a saber: o mundo referente aos parâmetros do ambiente – mundo objetivo; o mundo relativo aos parâmetros do gerenciamento da tarefa regulada por normas – mundo social; e o mundo concernente às experiências acumuladas que geram conhecimento na caracterização do individual – mundo subjetivo.

Assim, as atividades de linguagem consagram representações das ações humanas mobilizadas na produção de um texto como resultado de representações associadas às ações individuais e coletivas. No entanto, não deixam de definir as ações particulares em meio a cada atividade coletiva, implicando uma produção semiótica autônoma. Para Bronckart (2006b), são essas ações particulares que equivalem às práticas de linguagem projetadas pelos indivíduos em uma atividade social. Considerando esses mesmos indivíduos em uma atividade social, o autor

apresenta algumas possibilidades de entendimento de suas ações languageiras. De acordo com a responsabilidade enunciativa, eles são denominados emissor/enunciador, agente-produtor e autor. Sobre isso, Bronckart (1999) afirma que é a partir de um ponto de vista físico e sociosubjetivo que se demarca a instância responsável pela elaboração de um texto, uma vez que um mesmo emissor pode desempenhar papéis enunciativos distintos nos diversos textos que produz. Conforme considerações do autor,

Feita essa distinção, é necessário reconhecer, entretanto, que a instância responsável pela produção de um texto é uma entidade única (salvo casos raros de coescritura), que deve ser definida, ao mesmo tempo, de um ponto de vista físico e de um ponto de vista sociosubjetivo. Portanto, poderíamos chamar essa entidade de emissor-enunciador, mas, para simplificar, usaremos a expressão agente-produtor ou, mais simplesmente ainda, o termo autor. (BRONCKART, 1999, p. 95).

Ou seja, para Bronckart (1999), o agente produtor do texto está sempre em uma situação de agir languageiro, considerando essa situação como uma instância particular de atividade de linguagem. E, desse lugar, esse actante, chamado de autor, dispõe de conhecimento prévio, ainda que parcial, de um conjunto de gêneros que são produzidos e estão em uso em sua comunidade discursiva.

No tocante aos critérios relativos às condições de produção dos textos, Bronckart (1999) elabora um modelo arquitetônico, chamado por ele de arquitetura interna dos textos. Nesta pesquisa, esse é o modelo de análise utilizado para observar na petição inicial como o aluno do Curso de Direito mobiliza os mecanismos de textualização: coesão nominal, conexão e coesão verbal para a constituição e manejo dos tipos de discurso teórico e a narração. Com isso, pretendemos identificar pistas do processo de letramento desse sujeito por meio da sua apreensão das operações languageiras.

Para o autor, as condições de produção dos textos são propriedades dos mundos formais (físico, social e subjetivo) que influenciam as produções textuais. “Esses mundos formais constituem conjuntos de representações sociais” (BRONCKART, 2003, p. 91) que retratam as situações de ação e a ação de linguagem que poderá ser interna ou externa nesse processo.

Segundo Bronckart (1999), o interesse pela situação de ação interiorizada para a produção de um texto empírico tem como parâmetro um universo de decisões dos actantes:

Essas decisões consistem, primeiramente, em escolher, dentre os modelos disponíveis no intertexto, o gênero de texto que parece ser o mais adaptado às características da situação interiorizada e também em escolher os tipos de discurso, as sequências, os mecanismos de textualização, e os mecanismos enunciativos que compõem o gênero de texto escolhido.” (BRONCKART, 2003, p. 92).

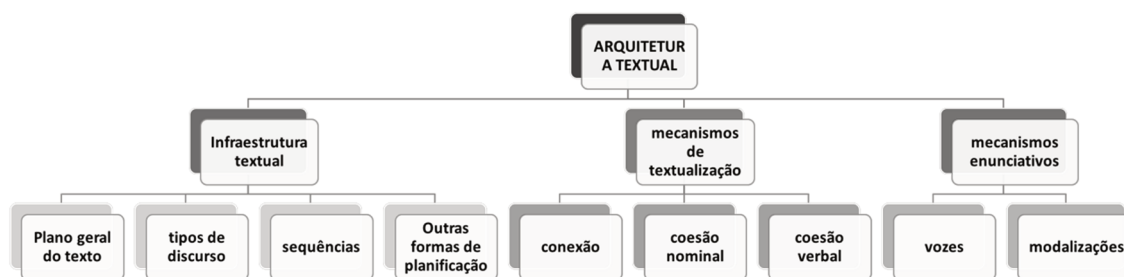
Dessa forma, é essencial para a produção textual, portanto, a mobilização de duas representações: o contexto de produção e o conteúdo temático. De acordo com o ISD, uma análise deve ser realizada no modelo chamado de "descendente", aquele que, inicialmente, parte do contexto social para uma análise dos aspectos linguísticos. Salientamos que, neste trabalho de pesquisa, esse é o modelo que usaremos para as análises dos textos dos alunos do curso de Direito produzidos tanto em sala de aula quanto no Núcleo de Prática Jurídica.

2.1.1 A arquitetura textual: o modelo de análise de textos do ISD

Com base em sua compreensão a respeito do conceito de texto, Bronckart (1999) concebe um modelo de organização textual, defendendo a possibilidade de um mesmo gênero de texto ser constituído de diferentes tipos de discurso¹. A arquitetura textual de Bronckart (1999) delinea a constituição do texto em três camadas referentes aos aspectos linguístico-discursivos que cumprem papéis específicos na tessitura da organização textual. Trata-se de níveis superpostos e hierarquizados que são denominados de infraestrutura geral, mecanismos de textualização e mecanismos enunciativos (FIGURA 01).

¹ Conforme Bronckart (1999), **os tipos de discurso** são definidos como as "línguas, linguagens, e estilos, como elementos constitutivos da heterogeneidade textual". "Na proposta do ISD, defende-se a existência de quatro tipos de discurso (interactivo, teórico, narração e relato interactivo), cuja identificação é possível a partir das unidades linguísticas que neles ocorrem". (MIRANDA, 2008, p. 82) Já **discurso**, para o autor, significa "um objeto concreto que combina propriedades textuais e as características de um ato (ou de uma conduta de linguagem), realizado (a) em uma determinada situação". (BRONCKART, 1999, p.145).

Figura 1: Níveis da Arquitetura Interna dos Textos.



Fonte: Elaborado pela autora.

Nesta pesquisa, os mecanismos de textualização serão os principais elementos analisados nas petições iniciais produzidas pelos alunos do curso de Direito. Olhar para esses mecanismos nos possibilita investigar as evidências do(s) processo(s) de letramento(s) acadêmico(s) por meio da apropriação das operações linguístico-discursivas empregadas na produção desse gênero.

A infraestrutura textual, **primeira camada** da arquitetura, é o nível mais profundo do folhado textual, constituído pelo plano geral da ação de linguagem explícita no texto. É a camada que relaciona o conteúdo temático, os tipos de discurso, as articulações entre os tipos de discurso e as sequências que porventura aparecem na constituição desses tipos de discurso. Pode apresentar variadas formas, determinadas pelas especificidades de cada gênero, sua extensão, natureza do conteúdo temático e condições de produção.

Os tipos de discurso, denominados elementos que constituem a heterogeneidade dos textos e identificados a partir de unidades linguísticas que neles se verificam, serão apresentados mais profundamente em seção a seguir. Eles representam os segmentos que incitam à ação conjuntos de recursos linguísticos, que, por sua vez, revelam a construção dos mundos discursivos (DREY, 2008).

Os mecanismos de textualização, **segunda camada** da arquitetura textual de Bronckart (1999), constituem um nível intermediário, responsável por estabelecer a coerência temática do texto. Esses mecanismos estão relacionados à linearidade e resumem-se em criar séries isotópicas que demonstrem as articulações lógicas e/ou temporais. São distinguidos no texto por conexão, coesão nominal e coesão verbal.

Essas articulações, aprofundadas na subseção sobre os mecanismos de textualização, são caracterizadas, de acordo com o proposto por Bronckart (1999) da seguinte forma:

a) **conexão**: distingue as articulações da progressão temática concretizada por meio dos organizadores textuais. Conforme Drey (2008, p. 65), “Os organizadores podem marcar as fases de uma sequência, as transições entre os diferentes tipos de discurso utilizados no texto ou as articulações entre frases sintáticas.”

b) **coesão nominal**: acumula a função de inserção de argumentos no texto e as formas de organização da retomada desses argumentos na sequência textual, garantindo uma continuidade e uma totalidade temática. A coesão nominal abrange os mecanismos de referenciação, que se caracterizam pela inserção de novos referentes recategorizados, fundamentais para garantir a argumentação do texto e contribuir para a constituição do próprio gênero de texto. Os mecanismos de coesão nominal são realizados por meio das anáforas, assinaladas no texto por "pronomes pessoais, relativos, demonstrativos e possessivos, e também alguns sintagmas nominais" (BRONCKART, 1999, p. 123).

c) **coesão verbal**: constitui-se pela explicitação das relações de continuidade, descontinuidade e/ou de oposição existentes entre os elementos de significação explícitos pelos sintagmas verbais. (BRONCKART, 2003, p. 273). Trata-se do emprego de organizadores que assegurem ao texto uma disposição hierárquica das relações expressas pela semântica dos verbos utilizados na produção do texto.

A **terceira camada** da arquitetura textual de Bronckart (1999), nível dos mecanismos enunciativos, constitui-se o mais superficial do modelo de análise do autor. Esse nível é responsável, mais do que os anteriores, pela realização da coerência pragmática do texto. Essa coerência possibilita maior interatividade com o texto e elucida os posicionamentos do enunciador.

Além disso, essa terceira camada demonstra como o enunciador se apropria das vozes das personagens, das vozes sociais e das vozes do autor empírico, inserindo-as em seu texto, por meio de modalizações. Para o autor, essas modalizações representam avaliações estabelecidas sobre alguns aspectos do conteúdo temático e demonstram a relação do enunciador frente aos mundos discursivos do narrar e do expor.

2.1.1.1 Os tipos de discurso na arquitetura textual

No quadro do ISD (BRONCKART, 1999), a temporalidade tem uma significância fundamental para a investigação dos mundos discursivos no texto e a distinção entre a ordem do narrar e do expor (mundos discursivos presentes na petição inicial, em estudo nesta pesquisa). Os tipos de discurso, na abordagem do ISD, conforme Bronckart (2006), caracterizam-se como segmentos que mobilizam um conjunto de recursos linguísticos, que, por sua vez, ao serem aplicados, revelam a construção dos mundos discursivos.

Presentes na infraestrutura textual, que é o nível que coloca também em destaque a planificação geral do texto, os tipos de discurso evidenciam o funcionamento da representação dos mundos discursivos (*Vide TABELA 01*). Essa representação pode se apresentar de forma conjunta ou disjunta, implicada ou autônoma às coordenadas gerais dos mundos, segundo Bronckart (1999). Para o autor, isso significa considerar que os textos, como produto do agir linguageiro dos indivíduos de uma língua, constroem uma relação estreita entre os mundos discursivos e as possibilidades de marcarem as suas finalidades enunciativas no gênero de texto que produzem.

Nessa perspectiva, é válido considerar que as operações que discriminam a relação existente entre as coordenadas gerais de organização do conteúdo temático de um texto e as coordenadas gerais do mundo ordinário a ele correlato linguisticamente são bastante diferentes das coordenadas gerais referentes ao relacionamento entre as diversas instâncias de agentividade e seu registro espaço-temporal. Isto é, com base no autor, podemos afirmar que essas operações de construção das coordenadas organizadoras do conteúdo temático são disjuntas daquelas coordenadas do mundo ordinário da ação da linguagem, ou conjuntas àquelas que organizam a ação da linguagem.

O eixo conjunto retrata as coordenadas espaço-temporais estabelecidas nas coordenadas gerais do mundo da ação da linguagem em curso (BRONCKART, 1999), caracterizando a ordem do “expor”. É a exposição de fatos acessíveis ao mundo ordinário dos atores principais da interação linguística, quando as representações

acionadas não têm ancoragem em alguma origem específica, mas são organizadas em torno das coordenadas gerais do mundo.

Por outro lado, o eixo disjunto retrata as coordenadas instituídas em um espaço situado e em um tempo específico, distinguindo a ordem do “narrar”. Trata-se de representações acionadas como conteúdo relativo a fatos passados, futuros, históricos, admissíveis no mundo concreto ou imaginário. Com o intuito de diferenciar o mundo historicamente passado de fato e o mundo atemporal, autônomo e narrado simplesmente, essas representações têm ancoragem na marcação espaço-tempo.

Da mesma forma, o eixo implicado é aquele em que o texto aciona elementos referenciais e dêiticos, relacionados ao conteúdo temático do próprio texto, que traduzem a pertinência desse texto a uma ação de linguagem. Ou seja, conforme Bronckart (1999), a atividade de linguagem pode ser considerada como ação de linguagem² e o seu significado é o próprio texto.

Conseqüentemente, a proposta do ISD sustenta, com base nos mundos discursivos, a existência de quatro tipos de discurso: o discurso interativo, o discurso teórico, a narração e o relato interativo. Isso ocorre pela relação que se estabelece na produção textual entre as coordenadas organizadoras do conteúdo temático (mobilizado no texto) e as coordenadas do mundo concernente à situação de ação (BRONCKART, 1999), a partir de unidades linguísticas presentes nos textos.

Para o autor, esses tipos de discursos, considerados também como unidades linguísticas, podem constituir, a partir de possíveis combinações, qualquer gênero de texto. Tais discursos podem ser sintetizados no QUADRO 03, traduzido de Bronckart (1997) e inspirado em Drey (2008):

² **Ação de linguagem** é constituída pela apropriação do ser humano das propriedades inerentes à atividade social que é mediada pela linguagem. Está intrinsecamente relacionada a uma intenção e uma responsabilidade dos sujeitos frente às suas condutas humanas. (BRONCKART, 1999). **Atividade de linguagem** pode ser considerada uma ação de linguagem (nesse caso, será o próprio texto) em que o agente é o responsável pela ação (da produção do texto). Trata-se de uma manifestação individual, porém de caráter coletivo. As atividades de linguagem possibilitam que os seres humanos acessem o meio ambiente construindo conhecimento, pelo agir comunicativo e pelas interações verbais. Uma atividade de linguagem retrata, pelo uso da linguagem, as maneiras como os seres humanos caracterizam suas formas de organização das atividades no mundo. (BRONCKART, 1999).

Tabela 1: Operações essenciais dos mundos discursivos e os tipos de discurso.

		COORDENADAS GERAIS DOS MUNDOS	
		Conjunção EXPOR	Disjunção NARRAR
RELAÇÃO AO ATO DE PRODUÇÃO	Implicação	Expor Implicado <i>DISCURSO INTERATIVO</i>	Narrar Implicado <i>RELATO INTERATIVO</i>
	Autonomia	Expor Autônomo <i>DISCURSO TEÓRICO</i>	Narrar Autônomo <i>NARRAÇÃO</i>

Fonte: Traduzido de Bronckart (1997, p. 159) e inspirado em Drey (2008).

Conforme Miranda (2008), a concepção de tipos de discurso apresentada nesse modelo de arquitetura interna de textos, embora pudesse “parecer apenas um elemento entre outros, sem nenhum destaque especial”, configura-se, “sem dúvida, uma noção que se coloca no centro do modelo e poder-se-ia dizer que constitui um dos maiores contributos do ISD para a análise dos textos e dos gêneros.”(MIRANDA, 2008, p. 85). Dessa forma, consideramos importante o aprofundamento do que são esses tipos de discurso, bem como esmiuçar a implicação de cada um deles na composição dos gêneros de textos, traduzindo as particularidades dos diferentes mundos discursivos. Ou seja, é importante identificar as unidades linguísticas desses tipos de discurso e delinear as operações psicológicas que os constituem.

Para o autor, são quatro os tipos de mundo, a saber: "mundo do EXPOR implicado"; "mundo do EXPOR autônomo"; "mundo do NARRAR implicado"; e "mundo do NARRAR autônomo". Esses mundos, bem como as operações que lhe dão embasamento, são distinguidos nas formas linguísticas que o semiotizam, tornando-os completamente dependentes dessas formas linguísticas (BRONCKART, 1999, p. 155).

Da ordem do EXPOR resultam o "discurso interativo", exprimido como um mundo conjunto e implicado e o "discurso teórico", expresso como um mundo conjunto, mas autônomo. Da ordem do NARRAR procedem o "relato interativo", que é disjunto, mas implicado e a "narração", que é disjunta e autônoma.

Conforme Drey (2008):

Cada tipo de discurso emerge do cruzamento entre as coordenadas gerais dos mundos discursivos e a relação do agente e sua ação de linguagem com relação ao ato de produção. Assim, os discursos interativo e teórico

caracterizam-se por serem **conjuntos** ao mundo ordinário do agente. No entanto, o primeiro remete diretamente aos agentes da interação, pois **implica** certos parâmetros físicos da ação, enquanto o segundo tem como característica a **autonomia** completa destes parâmetros. Nesta mesma linha, o relato interativo e a narração caracterizam-se, ambos, por serem **disjuntos** das coordenadas do mundo ordinário do agente-produtor e dos agentes leitores. Porém, o narrar do relato interativo **implica** personagens, acontecimentos e também ações que **implicam**, ou seja, relacionam-se com a realidade da ação de linguagem ocorrente, ao passo que, na narração, há uma **autonomia** em relação aos parâmetros físicos, reais, da ação narrada, com a ausência de referências ao agente-produtor e aos personagens do texto. (DREY, 2008, p. 68).

Para Bronckart (1999), esses tipos de discurso foram determinados na análise qualitativa e quantitativa de diversos gêneros de textos produzidos em francês contemporâneo. Sobre isso, afirma Miranda (2008) que “não compromete o trabalho, mas limita necessariamente, como o autor reconhece, o alcance dos resultados obtidos” (MIRANDA, 2008, p. 86).

Todavia, como a autora, acreditamos que, longe de ser um impedimento para a análise do gênero de texto petição inicial, a arquitetura textual possibilita abertura para alcançar o nosso objetivo principal. Desse modo, consideramos que pelo modelo do ISD conseguiremos analisar como ocorre a apropriação do gênero de texto petição inicial – e, mais especificamente, a utilização das operações linguístico-discursivas inerentes a ele pelo aluno de Direito.

Para isso, enfocamos, sobretudo, a identificação e descrição dessas operações que evidenciam pistas e corroboram o desenvolvimento do(s) processo(s) de letramento(s) acadêmico(s) desse sujeito, podendo vir a auxiliar em sua inserção no estágio supervisionado como um contexto de trabalho.

2.1.1.2 Os mecanismos de textualização: coesão nominal, conexão e coesão verbal

Para uma discussão mais aprofundada sobre os níveis da arquitetura textual, abordaremos como é concebida a camada dos mecanismos de textualização. Ela é caracterizada pela inter-relação entre os tipos de discursos, designados pelos elementos que constituem a heterogeneidade dos textos.

Os mecanismos de textualização, dimensão da infraestrutura textual que contribui para a progressão textual do conteúdo temático, marcam as relações de

continuidade, de ruptura e contraste, cooperando para estabelecer a coerência temática do texto. Eles podem se constituir pelos elementos de conexão, os de coesão nominal e os de coesão verbal.

Os **mecanismos de coesão nominal** asseguram, à estrutura da frase, uma relação de dependência ou descontinuidade entre os subconjuntos de constituintes internos, que partilham de uma ou várias propriedades referenciais na tarefa de introduzir temas e/ou pensamentos novos no texto. Essas relações ocorrem por meio de sintagmas nominais ou sintagmas pronominais, construindo as chamadas cadeias anafóricas.

Como elementos de coesão nominal, podem ser elencados os mecanismos de referenciação, que, segundo Koch (2004), ocorrem durante o processo de interação verbal, no qual o actante introduz, modifica, desativa, reativa e/ou recategoriza o material linguístico disponível. A finalidade é construir e reconstruir sentido no percurso do desenvolvimento do texto, fazendo escolhas significativas para representar coisas no mundo com um objetivo comunicativo, em uma situação de comunicação determinada.

Desse modo, interpretar uma expressão referencial, nominal ou pronominal, não é unicamente constatar seu antecedente (no mundo ou no texto), representado por uma forma linguística. Identificar e compreender essa expressão é também averiguar as informações acionadas na memória discursiva do usuário da língua (KOCH, 2004).

Mondada e Dubois (2003) afirmam que a referenciação configura uma prática simbólica de estruturação do mundo por meio das atividades humanas. Sobre esse aspecto, é possível uma relação com o interacionismo sociodiscursivo de Bronckart (1999), que toma a linguagem como uma forma de ação do agir humano. Segundo as autoras, a referência procede das interações dos indivíduos (forma de ação) entre si e com o mundo que os rodeia.

Essas relações podem ser evidenciadas no texto pelos objetos de discurso, os quais rompem com a concepção de linguagem tão somente como uma forma de rotular ou nominalizar os objetos no mundo. São esses objetos que estabelecem a linguagem e as atividades de significação como uma atividade cognitiva e social responsáveis pela constituição da realidade humana.

Desse modo, o ato de referenciar e construir os objetos de discurso consiste em uma ação interativa em que os sujeitos elaboram o seu discurso. Denominados, com base em Bronckart (1999), como interactantes, esses sujeitos utilizam estratégias de referenciação (CAVALCANTE, 2014) para imprimir coerência a sua produção de texto.

A coesão nominal, realizada via mecanismos de referenciação, ocorre, essencialmente, pelo processo de retomar um termo já mencionado no texto para evocar ou explicitar um referente. Desse modo, realiza-se o processo denominado de anáfora. Esse recurso é utilizado na produção textual com o objetivo de assegurar a continuidade do tópico e do assunto abordado anteriormente.

Segundo Bronckart (2003, p. 270), a coesão nominal pode ocorrer por meio de duas categorias de anáforas: a) anáforas pronominais – aquelas compostas por pronomes pessoais, relativos, possessivos, demonstrativos e os reflexivos; b) anáforas nominais – aquelas constituídas por diversos tipos de sintagmas nominais. No quadro teórico do ISD, ressaltamos que, nos tipos de discurso da ordem do narrar, em que se situa a narração, ocorre maior frequência de anáforas pronominais de 3ª pessoa. Por outro lado, nos tipos de discurso da ordem do expor, no discurso teórico, é comum a retomada por meio de anáforas nominais associadas a relações complexas de correferência (OLIVEIRA; CORDEIRO, 2008). Essas anáforas são responsáveis por sustentar a coesão nominal na camada intermediária da unidade textual, referindo-se às relações de sentido estabelecidas. Elas podem se organizar em cadeias anafóricas instituindo verdadeiras séries de introdução e retomada, acionadas na situação de produção do texto, o que garante a ele um todo coerente.

No gênero de texto petição inicial, conforme Silva (2002), os mecanismos de coesão nominal inserem argumentos e realizam as suas retomadas dentro das sequências textuais. Conforme já mencionado neste trabalho, esses recursos garantem por meio de sintagmas nominais ou recursos anafóricos o encadeamento das ideias, a manutenção do referente e construção dos responsáveis pela ação expressa pelo verbo.

Os **mecanismos de conexão** garantem, conjuntamente à organização do plano geral, a coerência temática e a progressão do conteúdo do texto por meio de organizadores textuais. Esses organizadores sinalizam as articulações da progressão

temática do texto, tanto no nível do plano geral, quanto na transição entre os tipos de discurso ou sequências, além de articulações da sintaxe local.

Dessa forma, ressaltamos que os mecanismos de conexão têm a função de comportar as relações semânticas e/ou discursivas estabelecidas entre os diferentes níveis de organização do texto, com base em alguns processos denominados por Bronckart (1999) de segmentação, demarcação e empacotamento de unidades. Para o autor, a conexão é assinalada na produção textual por meio de "conjunções, advérbios ou locuções adverbiais, grupos preposicionais, grupos nominais e segmentos de frases." (BRONCKART, 1999, p. 122).

Na construção da argumentação no gênero petição, a conexão tem a função de balizar e apresentar a ordem lógica dos acontecimentos e embasamentos do texto. Análoga à coesão nominal, a conexão também tem a função de introduzir e retomar informações na produção textual. Essas informações podem ser referentes a todos os elementos da situação comunicativa: lugar da interação, requerente e requerido (personagens), destinatário, textualizador.

Ainda concernente aos mecanismos de textualização, os **mecanismos de coesão verbal**, discutidos pelo ISD, contribuem para a explicitação das "relações de continuidade, descontinuidade e/ou de oposição existentes entre os elementos de significação expressos pelos sintagmas verbais" (BRONCKART, 2003, p. 273). A coesão verbal constitui um dos pilares da coerência temática, incluindo os aspectos de temporalidade e aspectualidade do verbo.

Bronckart (2003) propõe uma análise da coesão verbal por meio do valor do verbo inserido no discurso, ou seja, verificar o seu funcionamento efetivo nos textos. Para o autor, os valores dos verbos devem ser analisados em relação entre o momento da fala e o momento do processo expresso pelo verbo, corroborando os estudos pela temporalidade e aspectualidade do verbo. Para o ISD, essas duas categorias verbais são muito importantes na constituição da coesão verbal e por isso devem ser estudadas à luz de uma metodologia que leve à compreensão dos discursos humanos. Certamente, desvendar a noção de tempo e como isso funciona na linguagem humana é bastante complexo e vai além da compreensão prescrita pelos paradigmas que a gramática tradicional nos aponta (BARROS, 2009).

Conforme Silva (2002), a coesão verbal no gênero de texto petição inicial é marcada por uma temporalidade elementar estabelecida no sincronismo entre o ato

em que a ação é produzida e o processo expresso pelo verbo no presente do indicativo. Por outro lado, ocorre na peça jurídica também uma temporalidade caracterizada pela anterioridade, expressa pelo verbo no pretérito perfeito.

Compreendemos que os mecanismos de textualização explanados nesta subseção são importantes para a constituição de um texto coeso, coerente e com sentido no mundo. Para Bronckart (1999), todo texto constitui uma totalidade coerente; uma unidade básica de comunicação vinculada a uma situação de ação. Tal unidade remete à compreensão e interpretação do texto pelos seus destinatários, aqueles a quem se destina tal mensagem. É inquestionável que essa totalidade coerente dos textos decorra dos mecanismos de textualização e dos enunciativos, como afirma o autor:

qualquer que seja a diversidade e a heterogeneidade dos componentes da infraestrutura de um texto empírico, ele constitui um todo coerente, uma unidade comunicativa articulada a uma situação de ação e destinada a ser compreendida e interpretada como tal por seus destinatários. Essa coerência geral procede, de um lado, do funcionamento dos mecanismos de textualização e, de outro, dos mecanismos enunciativos (BRONCKART, 1999, p. 259).

Na perspectiva de análise do gênero de texto petição inicial, observar os mecanismos de textualização pode ser muito revelador do modo como o aluno do Direito compreende o gênero e, posteriormente, o produz. Mais especificamente, olhar os elementos de conexão, de coesão verbal e de coesão nominal pode fornecer pistas da inserção desse sujeito no contexto profissional (estágio supervisionado), em virtude do seu processo de letramento acadêmico.

Conforme Bronckart (1999), “a noção de gênero está associada à de discurso [...] e a noção de tipo, à de textos [...] e, conseqüentemente, a dimensão textual aparece subordinada à dimensão discursiva.” (BRONCKART, 1999, p. 121). Dessa forma, em nossa pesquisa, é pertinente averiguar os mecanismos de textualização (conexão, coesão verbal e nominal) na dimensão textual, analisando como isso corre na elaboração dos fatos que fundamentam os pedidos no gênero de texto petição inicial. Desse modo, acreditamos que a prática de escrita da petição pode contribuir para a inserção desses sujeitos no contexto acadêmico e torná-los autônomos na produção textual de suas peças jurídicas. Ou seja, torná-los capazes de interagir com

as situações de comunicação no estágio supervisionado e/ou contexto profissional que exijam a produção do mesmo gênero.

2.1.1.3 As vozes e as modalizações na arquitetura textual

Nos textos em geral, há uma instância de enunciação a quem é atribuída a responsabilidade do dizer. De acordo com Bronckart (1999), essa instância são as "entidades que assumem (ou às quais são atribuídas) a responsabilidade do que é enunciado" (BRONCKART, 1999, p.326). No modelo de análise de textos do autor também são denominadas de "vozes". Segundo Bronckart (1999), com o objetivo de traduzir avaliações e comentários, a partir de qualquer voz enunciativa presente no texto, ocorrem as modalizações. Elas são concebidas como auxiliares para estabelecer a coerência pragmática do texto. O autor, inspirado na proposta de Habermas (1987 apud BRONCKART, 1999), reestabelece as modalizações para o seu modelo de análise, conservando as mesmas funções oriundas da Grécia Antiga.

Conforme Machado e Bronckart (2009), as modalizações podem ser distribuídas em duas categorias: as do enunciado e as pragmáticas. Os modalizadores de enunciado são unidades linguísticas que expressam o grau de verdade (modalização lógica), ou de necessidade (modalização deôntica), ou de avaliação subjetiva (modalização apreciativa) de uma posição enunciativa sobre o conteúdo da proposição emitida. Tais modalizações podem ser distinguidas como:

a) **Modalizações lógicas (epistêmicas):** são avaliações que garantem, segundo seu conteúdo, o grau de certeza dos fatos possíveis no mundo objetivo (BRONCKART, 1999, p. 330). São apoiadas essencialmente nas condições de verdade e expressas por verbos como *dever e poder*, e por palavras como *talvez e necessariamente* (BUENO, 2007, p. 65)

b) **Modalizações deônticas:** são avaliações que atribuem ao conteúdo temático os valores, a obrigatoriedade, a conformidade com as normas de uso social, as opiniões e sugestões alheias (BRONCKART, 1999, p. 331). São amparadas nas regras que constituem o mundo social comum, sendo expressões como *dever, ter a obrigação, é preciso, não posso*, mais usuais.

c) **Modalizações apreciativas:** são avaliações que se originam no julgamento de valor subjetivo, do ponto de vista do avaliador, sobre o conteúdo temático. (BRONCKART, 1999, p. 332). São apoiadas no mundo subjetivo e expressas por verbos como *gostar, amar, ter prazer em, ter a impressão de, odiar* e termos como *infelizmente e quem me dera*.

No tocante às modalizações pragmáticas, conforme Machado e Bronckart (2009), convém ressaltar que se trata de avaliações atribuídas a um grupo, a uma instituição ou a uma personagem em relação ao texto em que esse próprio grupo é agente. Essencialmente são

Os verbos auxiliares, que se intercalam entre o sujeito e o verbo, atribuindo ao(s) actante(s) determinadas intenções, finalidades, razões (motivos, causas, restrições etc.), capacidades (e incapacidades), julgamentos, etc. Em outros termos, explicitam uma interpretação de aspectos subjetivos do agir, ou ainda, assinalam determinadas categorias da semiologia do agir ao actante (MACHADO; BRONCKART, 2009, p. 62).

Com base nisso, entendemos que compreender os mecanismos enunciativos (as modalizações) e os mecanismos textuais nos ajuda a compreender os aspectos subjetivos do agir do actante no texto. Dessa forma, as análises de textos a partir da relação desses mecanismos com as ações languageiras e a materialização dessas ações em textos são realizadas sempre pelo mesmo prisma de observação.

Na próxima seção, será discutido o conceito de gêneros de texto, conforme os entendimentos da área. Acreditamos que essa discussão fortalece a análise sobre a apropriação da petição inicial, e, mais especificamente, a utilização das operações linguístico-discursivas inerentes a ela. Isso nos fornecerá pistas do desenvolvimento do(s) processo(s) de letramento(s) acadêmico(s) do aluno do Curso de Direito, o que pode auxiliá-lo na inserção no contexto de estágio profissional.

2.2 Gêneros de Texto: entendimentos teóricos da área

A partir do arcabouço teórico do Interacionismo Sociodiscursivo – ISD – abordaremos aspectos pertinentes à compreensão do conceito de gênero de texto como um instrumento do agir languageiro que acompanha o aluno do Direito do

contexto acadêmico ao contexto de estágio profissional, e mesmo durante toda sua vida profissional. Nesta seção, nossas discussões serão no sentido de tratar o gênero como um construto histórico (BRONCKART, 1999), produzido a partir de relações estabelecidas entre os textos e as situações em que atuam.

2.2.1 Sobre os gêneros na academia e a petição inicial

Consideramos as práticas de leitura e escrita, neste trabalho de pesquisa, muito importantes para que o aluno do ensino superior tenha acesso aos gêneros de textos veiculados neste meio. Além disso, a inserção desse sujeito nas práticas formativas do seu processo de profissionalização revela-se necessária e determinante, para que esse estudante seja reconhecido como integrante do universo acadêmico. Dessa forma, acreditamos que compreender o gênero de texto petição inicial e dominar as operações linguístico-discursivas inerentes a ele pode ser crucial para a inserção do sujeito no contexto de formação. A escrita da peça jurídica pode garantir ao estudante a capacidade de expressar-se por meio da modalidade legitimada pela comunidade discursiva da qual faz parte, validando sua formação e seu pertencimento ao meio jurídico. Por meio de situações de interação que são promovidas especialmente no universo acadêmico, imputa-se a familiaridade do aluno com a petição inicial, de forma que ele compreenda o objetivo comunicativo desse gênero, os papéis sociais que o sujeito deve exercer em cada situação comunicativa, a situação de comunicação demandada, bem como o conteúdo temático que envolve essa peça jurídica. Ou seja, em seu percurso de formação, o estudante precisa descobrir o gênero de texto como uma prática de escrita e fazer uso dele.

Com base em Schneuwly (2004), consideramos os gêneros como artefatos culturais, constituídos sócio-historicamente. Desse modo, compreendemos a petição inicial, no universo jurídico, como um instrumento importante do agir languageiro do aluno do curso de Direito. Para o autor, o gênero é o vetor de desenvolvimento das capacidades de linguagem e de ação discursiva e linguístico-discursiva do sujeito. Ele intermedeia o processo de ensino e de aprendizagem no contexto acadêmico, por

colocar-se entre o indivíduo e seu objeto de estudo, ou seja, o interlocutor e o texto (SCHNEUWLY, 2004, p. 23).

Ainda segundo Schneuwly (2004), entendemos por gêneros acadêmicos aqueles produzidos na academia para um fazer científico, atendendo a condições de produção, finalidade comunicativa, conteúdos temáticos, estilo, linguagem e normas do texto científico. Para o autor, esses gêneros são produzidos segundo a necessidade e um contexto específicos, considerando os participantes (tanto enunciador/interlocutor), em contato com os aspectos culturais da comunidade discursiva acadêmica. Ou seja, os gêneros requerem o exercício das habilidades de leitura e escrita por meio das experiências vivenciadas pelo aluno do curso de Direito no contexto acadêmico.

Embora possuam uma organização esquemática, os gêneros acadêmicos fazem uso de elementos essenciais para determinar o seu estilo composicional, conforme já mencionado. No entanto, ressaltamos que nem todos os textos de um mesmo gênero são estruturados de uma mesma forma; eles possuem seu estilo próprio. Nesse sentido, salientamos o valor da petição inicial, para este trabalho, como um gênero de texto jurídico utilizado em contexto acadêmico, capaz de conduzir o aluno entre a academia e o contexto de estágio profissional.

A peça jurídica, dessa forma, se configura como um gênero na academia por algumas razões pontuais: ser ensinado/trabalhado no ambiente acadêmico; estar previsto nas ementas das disciplinas do Curso de Direito; revelar o desenvolvimento de leitura e escrita do sujeito para interagir com o mundo; tornar-se um texto necessário ao graduando para acessar as práticas da profissão ainda no estágio supervisionado, inserindo-se no mundo do trabalho. Por exigência no mercado de trabalho, o gênero também se configura como um instrumento eficaz para promover o aprendizado de conteúdos inerentes à formação desse bacharel. Por meio da apreensão da petição inicial, o aluno pode manejar, explorar, avaliar, organizar e sintetizar ideias como um conjunto de estratégias necessárias à comunicação no contexto acadêmico e, posteriormente, no contexto profissional. Desse modo, consideramos que a petição, materializada em gênero acadêmico no contexto de formação universitária, determina o domínio de operações textuais linguístico-discursivas que ultrapassam o simples arranjo de formas gramaticais da língua. Sua

elaboração requer também o domínio do conhecimento especializado da área jurídica, como uma escrita especializada da vida profissional.

Mesmo como uma peça jurídica/acadêmica, com requisitos estabelecidos no Novo Código de Processo Civil – NCPC (BRASIL, 2015), em seu artigo 319, a petição é destinada a resguardar os direitos protegidos pela ordem jurídica, demarcar a demanda do autor do processo e provocar “a jurisdição a ser exercida pelo Estado-Juiz” (CRUZ, 2017). Além disso, é um gênero que promove a interação do sujeito-produtor com uma situação comunicativa, mediante representações mentais que o agente constrói em relação aos parâmetros do contexto material ou físico.

Sendo assim, é altamente pertinente e coerente a expectativa de que o aluno do curso de Direito se habitue com essa prática de escrita, chegando ao domínio do gênero no contexto acadêmico. Tal domínio garantirá a ele saber utilizar a peça jurídica como uma prática de escrita profissional, a começar no estágio curricular supervisionado, mas também depois de formar-se um profissional da área do Direito.

Na seção seguinte, a petição inicial como um gênero de texto será apresentada de forma mais minuciosa, especialmente com o intuito de esclarecer como esse gênero, considerado nesta pesquisa, pelas razões mencionadas anteriormente, pode possibilitar a inserção dos estudantes no mundo acadêmico e constrói uma ponte significativa para o universo de trabalho.

2.2.2 Sobre a petição inicial: da sala de aula ao estágio supervisionado

Nesta subseção, conceituaremos o gênero petição inicial sob a ótica de alguns documentos/referenciais importantes nas áreas do Direito e da Linguística. Consideramos neste estudo o Novo Código de Processo Civil – NCPC; os critérios de correção das peças jurídicas elaboradas para a prova da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (2ª etapa/prova discursiva); os manuais que orientam a produção do gênero para estudantes e pesquisadores da área do Direito; as pesquisas linguísticas que já tenham se dedicado a descrever esse gênero.

A petição inicial é o primeiro ato para a formação do processo judicial. É um documento escrito em que o sujeito-reclamante, por meio de um advogado, apresenta

sua causa à Justiça. Trata-se de um gênero de texto em que o sujeito-textualizador (o advogado) expõe a seu destinatário (o juiz) informações básicas e necessárias para a análise e julgamento de um direito negado³.

É uma peça jurídica que propicia o acesso do sujeito-reclamante ao Poder Judiciário, provocando-o a atuar concretamente em prol de uma decisão representativa da vontade das partes. Segundo o Tribunal de Justiça do Distrito Federal – TJDF (2014), “além dos requisitos legais, é importante que a peça seja redigida em bom português e de forma objetiva, com informações claras e dados suficientes para que o magistrado possa julgar o direito pleiteado.” (TJDF, 2014)

Por outro lado, nos termos defendidos pela Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, do Novo Código de Processo Civil – NCCP, a petição inicial é um gênero de texto que apresenta uma estrutura composicional definida, pré-determinada, constituída por uma superestrutura própria. Em seu capítulo II, seção I, o artigo 319 estabelece rigorosamente para sua elaboração os seguintes requisitos:

I – o juízo a que é dirigida;

II – os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu;

III – o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;

IV – o pedido com as suas especificações;

V – o valor da causa;

VI – as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados;

VII – a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação;

§ 1º Caso não disponha das informações previstas no inciso II, poderá o autor, na petição inicial, requerer ao juiz diligências necessárias a sua obtenção.

§ 2º A petição inicial não será indeferida se, a despeito da falta de informações a que se refere o inciso II, for possível a citação do réu.

§ 3º A petição inicial não será indeferida pelo não atendimento ao disposto no inciso II deste artigo se a obtenção de tais informações tornar impossível ou excessivamente oneroso o acesso à justiça.

Art. 320. A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.

Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos artigos 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.

Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. (BRASIL, 2015).

³ Neste trabalho os direitos negados ao sujeito-reclamante são apenas de ordem trabalhista, já que nosso campo de pesquisa foi a disciplina e o núcleo de Direito do Trabalho.

Dessa forma, é importante ressaltar que a rigidez com que é tratada a estrutura composicional do gênero tem amparo legal, inclusive nas edições mais modernas do Código de Processo Civil. Por outro lado, a mesma determinação não se identifica tão claramente com relação à função da petição como uma prática de escrita inerente à futura vida profissional do estudante do Direito.

Segundo Saraiva (2011), “a primeira preocupação que o aluno deve ter ao se deparar, no Exame da Ordem, com um problema envolvendo uma inicial de trabalhista é observar o rito (também chamado de procedimento).” (SARAIVA, 2011, p. 111). A abordagem do autor expõe, sobretudo, a preocupação com a estrutura composicional da peça. A tabela 02 sumariza essas informações com base no Novo Código de Processo Civil.

Tabela 2: Sumarização das partes essenciais da petição inicial.

PREÂMBULO	Endereçamento do juízo competente.
QUALIFICAÇÃO	Informações como nome completo, estado civil, nacionalidade, profissão, endereço e CPF. Se for pessoa jurídica observa-se o tipo da pessoa jurídica e o CNPJ, da parte reclamante.
FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS	Narração do ocorrido que motivou proposta de ação. A causa de pedir “é o fato ou conjunto de fatos jurídicos (fato (s) da vida juridicizado (s) pela incidência da hipótese e normativa) e a relação jurídica, efeito daquele fato jurídico, trazidos pelo demandante como fundamento do seu pedido.” (DIDIER, 2014, p. 464).
PEDIDOS	É o núcleo da petição inicial. A sentença será limitada ao conteúdo pedido pelo autor.
VALOR	Deve ser atribuído à causa um valor certo e em moeda corrente nacional. (arts. 258, 260, NCPC)
FECHAMENTO	Requerimento de prova Requerimento de citação Local e data Assinatura do responsável

Fonte: Elaborada pela autora, com base no Novo Código de Processo Civil (BRASIL, 2015)

Além dos parâmetros legais de definição da escrita, a OAB também estabelece critérios de avaliação da peça jurídica, elaborados para a correção da prova aplicada

no Exame da Ordem⁴, que é um exame regional. A fase⁵ que contempla a prova prático-profissional é composta por duas escritas discursivas conforme o edital: a) redação de uma peça profissional, sobre o tema da área jurídica, conforme opção do direito processual do examinando; e b) respostas a 4 (quatro) questões discursivas, sob a forma de situações-problema.

Como critérios de avaliação dessa etapa, o edital prevê que o examinando elabore um texto conforme a extensão máxima definida na capa do caderno de provas. O documento, além de estabelecer uma produção textual legalmente orientada, preocupa-se, fundamentalmente, em dar um enfoque para concurso público, bem comum na área do Direito. Conforme o que discutimos neste trabalho, consideramos que essa se configura apenas uma faceta da petição inicial como uma prática social de escrita.

Por fim, no tocante aos critérios destinados especificamente à escrita da petição e das questões discursivas, conforme o edital, elas são avaliadas quanto à adequação ao problema apresentado, ao domínio do raciocínio jurídico, à fundamentação e sua consistência, à capacidade de interpretação e exposição e à técnica profissional demonstrada. O edital menciona ainda a não possibilidade de mera transcrição de dispositivos legais, desprovida do raciocínio jurídico.

Por se tratar de um gênero de texto largamente empregado no curso de Direito (e no universo profissional a ele correlato), entendemos que é importante pensarmos a petição do ponto de vista de alguns manuais teóricos da área jurídica. Isso contribuirá para fortalecer nossas discussões sobre a importância do gênero na transição do sujeito entre os contextos acadêmico e o mundo do trabalho.

Os manuais que esclarecem estudantes e pesquisadores da área do Direito sobre a peça jurídica são embasados, essencialmente, no Novo Código de Processo Civil (BRASIL, 2015). Dessa forma, a petição inicial exige um padrão de escrita voltado sempre para a apresentação dos elementos mencionados na tabela 02 deste trabalho. Ressaltamos que essa é uma orientação bastante similar à proposta no edital do exame da OAB, conforme mencionado anteriormente.

⁴ O Exame da Ordem é uma prova exigida dos bacharéis recém-formados e pretendentes à inscrição na OAB – sem a qual, legalmente, não se estará habilitado ao exercício da profissão de advogado.” (OABMG, 2018). A peça é produzida na 2ª etapa do Exame, etapa das avaliações discursivas.

⁵ Edital do XXV exame da OAB, lançado em janeiro/2018.

Ademais, visando à interseção Direito e Linguística Aplicada apresentada neste trabalho, constatamos que é, ainda, de fundamental importância tecer considerações sobre o gênero com base em pesquisas linguísticas. Por meio de uma investigação em bancos de teses e dissertações, verificamos que são fomentados estudos que tenham se dedicado a descrever esse gênero, como Túllio (2012), Silva (2002), Rosa (2018).

Conforme Túllio (2012), a petição inicial é um gênero de texto escrito em que o autor, por meio de um enunciador (também textualizador), apresenta a um co-enunciador os fatos ocorridos, o direito negado e um pedido. Ou seja, em um contexto de produção de comunicação real, existe um sujeito responsável por uma demanda, inserido em uma situação particular de atividade de linguagem. Em virtude disso, há a necessidade de produção de uma petição cujo conteúdo temático da interação é construído na própria ação proposta. De acordo com a autora, a argumentação é estabelecida a partir dessa interação e, em seguida, entre o textualizador (advogado) e seu destinatário (juiz). Nesse contexto de comunicação real, os fatos relatados pelo autor servem de base para os fundamentos do Direito e os pedidos que são mencionados no documento.

Em uma situação comunicativa real, considerando o discurso um “objeto concreto que combina propriedades textuais e as características de uma conduta de linguagem realizado(a) em uma determinada situação” (BRONCKART, 1999, p. 145), a petição inicial carrega em si também a produção de um texto como um veículo de interação. Dessa forma, esse gênero, em sua infraestrutura textual, é constituído por tipos de discurso encaixados que evidenciam os mundos discursivos em seu plano de texto. Com base nisso, autores da área da linguística que pesquisam sobre a petição ressaltam o discurso teórico e a narração⁶ como os tipos de discurso predominantemente mobilizados na estruturação dessa peça jurídica. Isto é, para esses autores, o discurso teórico estabelece no texto a relação jurídica que sustenta os fatos apresentados para a ação. Por outro lado, a narração, segundo ela, estabelece a explanação dos fatos que envolvem os argumentos arrolados no documento e evidencia a inter-relação com o discurso teórico.

⁶ Em seu texto, Túllio (2012) utiliza o tipo de discurso narração, conforme Bronckart (1999), como sinônimo de discurso narrativo e substitui um termo pelo outro.

O gênero é marcado por elementos dêiticos de pessoa e lugar que indicam o enunciador, o destinatário e o contexto da interação. Apresenta os dêiticos temporais, com os verbos flexionados no presente do indicativo, que tem o objetivo de amparar os argumentos do enunciador, sustentando os pedidos realizados. Além disso, os tempos verbais sustentam os tipos de discurso e os papéis no desenho textual do gênero (TULLIO, 2012).

Por outro lado, a petição apresenta verbos no pretérito perfeito que têm o papel de envolver os personagens principais presentes – o requerente e os requeridos – entre os trechos inicial e final do gênero. Sobre isso, Silva (2002, p.86) defende:

[...] a Petição Inicial organiza-se por critérios de conjunção e de disjunção estipulados, respectivamente, a partir de uma relação direta entre o conteúdo temático e a ação de linguagem, e a partir do distanciamento entre conteúdo temático e a ação de linguagem. No primeiro caso, tem-se o discurso interativo marcado pela implicação na ordem do expor; no segundo, o discurso narrativo, marcado pela autonomia na ordem do narrar. Esses tipos de discurso têm uma indexação funcional, qual seja, a de estabelecer uma interação a fim de que um pedido legal seja feito frente a fatos e fundamentos apresentados. (SILVA, 2002, p. 86).

Excetuando os tipos de discurso, observamos ainda as modalizações que são realizadas no texto. Elas procedem de avaliação social, sobressaindo-se a modalização deôntica, que enfatiza a obrigatoriedade de uma proposição sobre o conteúdo. Para Silva (2002), essas modalizações são as que têm sua origem no domínio “do direito, da obrigação social e da conformidade com as normas em uso” (SILVA, 2002, p. 104). Elas fazem alusão aos dispositivos legais e à referência aos documentos que auxiliam a petição. Além das modalizações deônticas, no gênero petição inicial pode ocorrer o uso de modalizações pragmáticas e/ou lógicas. Essas são articuladas, expressando as pretensões do textualizador (o que determina a pragmática) e os fatos narrados pelo autor (resultado da exposição da lógica). Conforme a autora, são os fatos que, no mundo jurídico, são os elementos avaliados socialmente.

Segundo Silva (2002), encontramos ainda na petição inicial os tipos de discurso acionados pelas sequências textuais. A sequência argumentativa, caracterizada por fases, é a principal sequência presente no texto, pois “o argumento tem por base fatos que lhe servem de fundamentos e são apresentados a partir de uma ordem

cronológica” (SILVA, 2002, p. 89). O modelo de petição pública a seguir, apresentado no quadro 01, nos orienta quanto às considerações das autoras:

Quadro 1: Modelo de petição inicial pública.

<p>EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DO TRABALHO DA ___ª VARA DO TRABALHO DA COMARCA DE NATAL/RN.</p> <p>(autor), brasileiro, casado, profissão..., filho de..., portador da carteira de identidade de nº..., com o CPF/MF nº..., CTPS nº..., série..., PIS nº..., residente e domiciliado à Rua..., nº..., bairro..., CEP nº 59.122-490, Natal/RN, por meio dos seus advogados que esta subscreve, nos termos da procuração (anexa), com escritório à Rua Marize Bastier, nº 1853, Lagoa Nova, Natal/RN, em nome de quem e para onde quer que sejam remetidas as notificações, vem, perante a Vossa Excelência propor a presente:</p> <p style="text-align: center;">RECLAMAÇÃO TRABALHISTA</p> <p>Pelo rito sumaríssimo, contra a Empresa....., CNPJ nº..., situada (endereço), nº..., bairro:..., CEP:.....\... o que faz de acordo com os fundamentos fáticos e jurídicos a seguir expostos:</p> <p>I. DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA</p> <p>Cumpra salientar que a Requerente não possui condições financeiras de arcar com custas processuais e honorárias advocatícias, sem prejuízo ao seu próprio sustento e de sua família, requerendo desde já os benefícios da justiça gratuita, nos termos do artigo 4º da Lei 1.060/50, com redação introduzida pela Lei 7.510/86.</p> <p>II. SÍNTESE DO CONTRATO DE TRABALHO</p> <p>O Reclamante foi admitido pelo Reclamado no dia. De abril de 2012, para exercer o CARGO DE DESCONECTO- TÉCNICO CLARO, percebendo o salário mensal de R\$.... (reais), acrescidos de comissão no valor de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por equipamento recolhido.</p> <p>Em média, o autor procedia ao recolhimento de 200 (duzentos) equipamentos por mês, o que totalizava um montante de R\$ 500,00 (quinhentos reais) pago ao trabalhador a título de comissão, sem, contudo tal pagamento ser integrado em seu salário, nem mesmo ter seus reflexos remuneratórios.</p> <p>O Reclamante cumpria uma jornada de 48 (quarenta e oito) horas semanais, sendo 4 (quatro) horas extras todos os sábados, no período entre 02 de abril de 2012 até 11 de julho de 2014, totalizando 118 (cento e dezoito) sábados.</p> <p>Tendo em vista os argumentos jurídicos a seguir apresentados, interpõe-se a presente Reclamação Trabalhista no intuito de serem satisfeitos todos os direitos da Reclamante.</p> <p>III. DO DIREITO</p> <p>1. DO SALDO DE SALÁRIO</p> <p>A Reclamante trabalhou até..., mês que lhe informaram sua demissão, nada recebendo a título de saldo de salários.</p> <p>De acordo com o art. 4º da CLT, considera-se como tempo de serviço o tempo efetivamente trabalhado pelo empregado, integrando-se os dias trabalhados antes de sua dispensa injusta a seu patrimônio jurídico, consubstanciando-se direito adquirido de acordo com o inciso IV do art. 7º e inciso XXXVI do art. 5º, ambos da CF/88, de modo que faz a Reclamante jus ao saldo salarial.</p> <p>2. DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO</p> <p>Tendo em vista a inexistência de justa causa para a rescisão do contrato de trabalho, surge para a Reclamante o direito ao Aviso Prévio indenizado, uma vez que o § 1º do art. 487, da CLT, estabelece que a não concessão de aviso prévio pelo empregador dá direito ao pagamento dos salários do respectivo período, integrando-se ao seu tempo de serviço para todos os fins legais.</p> <p>Dessa forma, o período de aviso prévio indenizado, corresponde a mais 30 dias de tempo de serviço para efeitos de cálculo do 13º salário, férias + 40%.</p> <p>A reclamante faz jus, portanto, ao recebimento do Aviso Prévio indenizado.</p> <p>3. DAS FÉRIAS PROPORCIONAIS + 1/3</p> <p>A reclamante tem direito a receber o período incompleto de férias, acrescido do terço constitucional, em conformidade com o art. 146, parágrafo único da CLT e art. 7º, XVII da CF/88.</p> <p>O parágrafo único do art. 146 da CLT, prevê o direito do empregado ao período de férias na proporção de 1/12 por mês trabalhado ou fração superior a 14 dias.</p> <p>Sendo assim, tendo o contrato iniciado no mês de Abril de 2012 e terminado no mês de Julho de 2014, a reclamante faz jus às férias proporcionais acrescidas do terço constitucional.</p> <p>4. DO 13º SALÁRIO PROPORCIONAL</p>
--

As leis 4090/62 e 4749/65 preceituam que o décimo terceiro salário será pago até o dia 20 de dezembro de cada ano, sendo ainda certo que a fração igual ou superior a 15 dias de trabalho será havida como mês integral para efeitos do cálculo do 13% salário.

Assim, tendo iniciado o contrato da reclamante no mês de Abril de 2012 e terminado no mês de Julho de 2014, deverá ser paga a quantia de 35/12 em relação à remuneração percebida.

5. DO FGTS + MULTA DE 40%

Diz o art. 15 da lei 8036/90 que todo empregador deverá depositar até o dia 7 de cada mês na conta vinculada do empregado a importância correspondente a 8% de sua remuneração devida no mês anterior.

Sendo assim, Vossa Exa. Deverá condenar a Reclamada a efetuar os depósitos correspondentes todo o período entre 07 de abril de 2012 e demais depósitos não realizados até a data de 11 de julho de 2014.

Além disso, por conta da rescisão indireta do contrato de trabalho, deverá ser paga uma multa de 40% sobre o valor total a ser depositado a título de FGTS, de acordo com § 1º do art. 18 da lei 8036/90 c/c art. 7º, I, CF/88.

IV. MULTA DO ART. 477 DA CLT

No prazo estabelecido no art. 477, § 6º, da CLT, nada foi pago à Reclamante pelo que se impõe o pagamento de uma multa equivalente a um mês de salário revertida em favor da Reclamante, conforme § 8º do mesmo artigo.

V. MULTA DO ART. 467 DA CLT

A Reclamada deverá pagar à Reclamante, no ato da audiência, todas as verbas incontroversas, sob pena de acréscimo de 50%, conforme art. 467 da CLT, transcrito a seguir:

“Art. 467. Em caso de rescisão de contrato de trabalho, havendo controvérsia sobre o montante das verbas rescisórias, o empregador é obrigado a pagar ao trabalhador, à data do comparecimento a Justiça do Trabalho, a parte incontroversa dessas verbas, sob pena de pagá-las acrescidas de cinquenta por cento.”

Dessa forma, protesta a Reclamante pelo pagamento de todas as parcelas incontroversas na primeira audiência.

VI- DA CONCLUSÃO E CÁLCULOS

Diante dos fatos expostos, segue resumo do valor devido pelo Réu:

ÍNDICE -VERBAS RESCISÓRIAS

DESCRIÇÃO

VALOR R\$

01 - *SALDO DE SALÁRIO - vr. Ref: a 11/30 dias trabalhados no mês de julho de 2014 - **R\$ 448,80**

02 - *HORAS EXTRAS - vr. Ref: a 472 horas (50%) trabalhadas aos sábados (4 horas por dia) - **R\$ 3.610,80**

03 - *MULTA - ART. 477, § 8º, /CLT

A inobservância do disposto no § 6º deste artigo sujeitará o infrator à multa de 160 btn, por trabalhador, bem assim ao pagamento da multa a favor do empregado, **em valor equivalente ao seu salário, devidamente corrigido pelo índice de variação do btn, salvo quando, comprovadamente, o trabalhador der causa à mora.** - **R\$ 1.224,00**

04 - *13º SALÁRIO PROPORCIONAL - vr. Ref: a 35/12 avos de 13º não pago ao empregado - **R\$ 3.570,00**

05 - *FÉRIAS PROPORCIONAIS - vr. Ref: a 3/12 avos das férias entre 02 de abril de 2014 a 11 de julho de 2014 - **R\$ 306,00**

06 - *TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS PROPORCIONAIS - vr. Ref: a 1/3 das férias proporcionais - **R\$ 102,00**

07 - *FÉRIAS - AVISO PRÉVIO INDENIZADO - vr. Ref: a 1/12 avos do aviso prévio indenizado - **R\$ 102,00**

08 - *TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - AVISO PRÉVIO - vr. Ref: a 1/3 das férias referentes ao aviso prévio - **R\$ 34,00**

09 - *AVISO PRÉVIO INDENIZADO - vr. Ref: o aviso prévio indenizado não pago ao empregado - **R\$ 1.224,00**

10 - *13º SALÁRIO (AVISO PRÉVIO INDENIZADO) - vr. Ref: ao pagamento do 13º sobre aviso prévio não pago ao trabalhador - **R\$ 102,00**

11 - *MULTA DO ART. 467 DA CLT

Em caso de rescisão de contrato de trabalho, havendo controvérsia sobre o montante das verbas rescisórias, o empregador é obrigado a pagar ao trabalhador, à data do comparecimento à justiça do trabalho, a parte incontroversa dessas verbas, sob pena de pagá-las acrescidas de cinquenta por cento". (redação dada pela lei nº 10.272, de 5.9.2001). - **R\$ 612,00**

12 - **TOTAL = R\$11.335,60**

*FONTE: (cliente), CPF:... CTPS: NÚMERO... SÉRIE..., PIS:...

VII. DOS PEDIDOS

Diante das considerações expostas, pleiteia a Reclamante a condenação da Reclamada nos seguintes pedidos, resumidamente:

1. Que seja designada audiência de conciliação ou mediação na forma do previsto no artigo 334 do NCPC;
2. A citação do Réu para oferecer resposta no prazo legal sob pena de preclusão, revelia e confissão;
3. Que seja deferido o benefício da assistência judiciária gratuita, devido à difícil situação econômica do autor, que não possui condições de custear o processo, sem prejuízo próprio;
4. Reconhecimento e aplicação do artigo 483 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para reconhecer a demissão indireta por justa causa, tendo em vista o real descumprimento das obrigações do contrato de trabalho;
5. Julgar ao final TOTALMENTE PROCEDENTE a presente Reclamação, declarando o vínculo empregatício existente entre as partes, condenando o Reclamado a:
 6. Pagar o Aviso Prévio indenizado, saldo de salário, 13º salário proporcional, terço constitucional de férias, horas extras, proporcionais + 1/3, os depósitos de FGTS de todo o período acrescido de multa de 40% a título de indenização, conforme cálculos explicativos em tabela acima assinalada;
 7. Liberar as guias do seguro-desemprego ou indenização correspondente;
 8. Condenar o Reclamado ao pagamento de diferença salarial e férias dos anos entre abril de 2012 a junho de 2014, valor assinalado em parecer contábil anexo a petição.
 9. Condenar o Reclamado ao pagamento da multa prevista no § 8º, do art. 477 da CLT, e, em não sendo pagas as parcelas incontroversas na primeira audiência, seja aplicada multa do art. 467 da CLT, tudo acrescido de correção monetária e juros moratórios.
 10. Condenar o Reclamado ao pagamento das contribuições previdenciárias devidas em face das verbas acima requeridas, visto que caso tiverem sido pagas na época oportuna, não acarretariam a incidência da contribuição previdenciária.
11. Pugna para que todas as intimações sejam realizadas exclusivamente em nome do patrono ou advogada **RAQUEL SOUZA DA COSTA MEDEIROS - OAB/RN nº...**

VII – DAS PROVAS

Requer a produção de todas as provas em direito admitidas, na amplitude dos artigos 369 e seguintes do NCPC, em especial a prova documental, a prova pericial, a testemunhal e o depoimento pessoal do Réu.

Dá-se à causa o valor de R\$ 11.335,60 (onze mil, trezentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos) para efeitos fiscais.

Nestes termos pede e espera deferimento.

Natal, XX de janeiro de 2017.

RAQUEL SOUZA DA COSTA MEDEIROS
ADVOGADA – OAB/RN nº...

Fonte: Disponível em <<https://juridicocerto.com/p/ivonildo-reis-santo/artigos/peticao-trabalhista-como-fazer-3417>>. Acesso em 08/08/2018.

De acordo com o quadro anterior, a petição inicial é dividida em três partes: apresentação dos dados (premissa); script dos acontecimentos narrados, que é a apresentação de argumentos; e, pedidos, designada conclusão. Com base em Silva (2002), na apresentação dos argumentos, não podemos deixar de reconhecer a interposição da sequência narrativa na narração dos fatos.

Ainda, na peça jurídica, quanto aos aspectos concernentes aos mecanismos de textualização, Silva (2002) ressalta a conexão, a coesão nominal e a coesão verbal como importantes na constituição do gênero petição inicial. Conforme já mencionados anteriormente, e como categorias de análise deste trabalho, esses aspectos são caracterizados teoricamente por Cavalcante (2014) e Koch (2015).

Finalmente, no gênero de texto em questão na nossa pesquisa, Silva (2002) menciona os mecanismos enunciativos. Com discussões embasadas em Bronckart (2003), a autora salienta a presença de vozes no texto que podem ser dos

personagens (requerido e requerente) ou do autor empírico. Os personagens retratam seu envolvimento na situação comunicativa como agentes dos fatos ou das ações que constituem o conteúdo temático, e o autor empírico, voz reconhecida em uma instância social jurídica, marca uma linha de raciocínio segundo os ordenamentos jurídicos, com o intuito de acionar o Judiciário para solucionar a demanda proposta na ação.

Face ao exposto, a tabela 03 a seguir pode caracterizar, de forma mais esclarecedora e sintetizada, a constituição do gênero de texto petição inicial conforme as discussões realizadas do ponto de vista das pesquisas linguísticas:

Tabela 3: Caracterização do gênero petição inicial.

GÊNERO	PETIÇÃO INICIAL
Objetivo	Propor uma ação judicial, para resguardar o direito violado ou em vias de ser violado. Essa proposição é marcada por verbos no tempo presente;
Contexto de produção	Enunciador-textualizador (advogado); primeiro destinatário (juiz); segundo destinatário (requeridos); lugar social de produção (vara cível e comarca)
Plano Geral do Texto	O conteúdo temático da interação se constrói a partir da ação proposta. No plano actancial, a argumentação estabelecida a partir dos fatos e do direito implica a interação entre o sujeito textualizador e o sujeito destinatário;
Tipos de Discurso	Discurso teórico e Narração
Sequências	Argumentativa e narrativa;
Modalização	Deôntica, pragmática e lógica
Coesão Nominal	Três cadeias referenciais (enunciador-textualizador; destinatário e personagens)
Coesão Verbal	Temporalidade primária em situação de simultaneidade associada ao discurso interativo e temporalidade secundária em situação de anterioridade associada ao discurso narrativo.
Vozes	Polifonia, em que se destacam, de acordo com o tipo de discurso, as vozes do advogado enunciador- textualizador (por meio de expressões legais, em especial) e dos autores (requerentes)

Fonte: Elaborada pela autora, inspirada em Tullio (2012).

Diante dessas discussões, entendemos que a petição inicial é motivada a partir de um contexto extralinguístico, em que propor uma ação está corroborado pelos fatos e ações ocorridos. Ou seja, em busca do nosso objetivo de analisar como a apropriação desse gênero e a utilização das operações linguístico-discursivas inerentes a ele corroboram o desenvolvimento do(s) processo(s) de letramento(s) acadêmico(s) do aluno, auxiliando-o em sua inserção no estágio profissional, consideramos serem de bastante importância as ponderações teóricas apresentadas nesta subseção. Mais que um excesso de adornos e um cumprimento legal para marcar o lugar social do operador do Direito no mundo (TÚLLIO, 2012), a elaboração da peça jurídica como uma prática social de escrita pode conduzir o sujeito em formação entre os contextos acadêmico e profissional.

A análise focada nos mecanismos de textualização pode demonstrar pistas do processo de inserção do graduando no contexto de estágio profissional. O foco, mais especificamente, nas marcas de referenciação que constroem as principais cadeias de retomada no texto, na constituição da coesão nominal; nas marcas de conexão e os conectivos, na relação estabelecida entre os discursos teórico e a narração; nas marcas dos tempos verbais, que estabelecem a coesão verbal utilizada no gênero petição inicial poderão evidenciar como as operações linguístico-discursivas, ao serem apreendidas, facilitam (ou comprometem) esse processo.

Finalmente, como uma forma de avançar nas reflexões sobre o tema, que se soma a outras reflexões já produzidas na área (PIMENTA, 2007; CRUZ, 2010; COLARES, 2010), esta pesquisa procura ser uma contribuição para outras indagações/reflexões futuras. Nosso intuito é ampliar as discussões a respeito da apropriação do gênero petição inicial e de suas especificidades linguístico-discursivas, destacando a forma como o estudante de Direito atribui significados a essas práticas de escrita (STREET, 1984).

Face a sua importância para o desenvolvimento deste trabalho, bem como para a análise dos dados gerados, essas práticas de escrita, compreendidas como letramento, por ocorrerem durante todo o percurso de formação do estudante do Direito, serão discutidas mais detalhadamente na próxima subseção.

2.3 Das práticas de escrita na academia: algumas perspectivas sobre letramento

Escrever na universidade, além de uma tarefa árdua, requer especificidades que vão além daquelas adquiridas em níveis anteriores de ensino. A começar por um vocabulário especializado, ao chegar ao ensino superior, os alunos têm contato com uma linguagem nova, bem como uma diversidade de gêneros e práticas de escrita que comumente são utilizadas para comprovar que eles se apropriaram de/construíram determinado conteúdo e conhecimento. Todavia, com alguns anos de trabalho nesse nível de ensino e em diferentes áreas na graduação, vivenciei experiências que demonstram o distanciamento entre as práticas acadêmicas daquilo que, de fato, o sujeito está preparado para apropriar-se. Dito de outra forma, as expectativas geradas na academia quanto às práticas de escrita acabam não sendo concernentes aos resultados produzidos pelo aluno. Mais que se valer do conteúdo de cada disciplina, o estudante precisa também valer-se das práticas de escrita deste contexto como forma de se inserir no universo acadêmico e na sociedade em que vive. Além disso, por meio dessas práticas, esses sujeitos atentam-se para mudar a opinião das pessoas, seus conhecimentos, valores, assim como os seus próprios. Ou seja, na perspectiva do que entendemos letramento, a escrita deve ter, acima de tudo, o objetivo de fazer-se comunicar, com uma função, construindo sentido no mundo.

Neste trabalho de pesquisa, letramento é tomado na perspectiva sociocultural, amparado pelos Novos Estudos do Letramento (*New Literacy Studies*). Esta concepção considera a leitura e a escrita situadas em práticas sociais específicas, privilegiando o sentido sobre as habilidades mecânicas, além de ser compreendido em termos de processos socioculturais, conforme Gee (2000).

A palavra letramento foi incorporada às pesquisas brasileiras no final da década de 1980, nos campos da Linguística Aplicada e da Educação. De acordo com Soares (2011) e Kleiman (1995), os pesquisadores brasileiros precisavam dar sentido ao termo *literacy* e estabelecer os limites de entendimento para os significados atribuídos aos estudos sobre o ensino da língua escrita.

Um dos principais proponentes desses novos estudos sobre letramento foi Street (2009), motivado pelo interesse em uma perspectiva etnográfica e acadêmica

das práticas de leitura e escrita. Nesse sentido, a abordagem de uma vertente sociocultural designa no Brasil os estudos de letramento centrados nas práticas de usos da escrita como “práticas sociais plurais e heterogêneas, vinculadas às estruturas de poder das sociedades” (VIANNA et al., 2016, p. 29).

A forma como os sujeitos atribuem significados a essas práticas de escrita merece reflexão, uma vez que o conceito de leitura e escrita para cada sociedade é bastante particular. Para Street (1984), uma nova proposta de letramento na teoria e na prática se depara com pressupostos desafiantes para o que já estava estabelecido nesse campo de estudos:

Vou tentar estabelecer alguns dos fundamentos teóricos para uma descrição de tais práticas e concepções e vou desafiar os pressupostos, implícitos ou explícitos que atualmente dominam o campo do letramento. Devo afirmar que o que as práticas particulares e os conceitos de leitura e escrita são para uma dada sociedade depende do contexto, que já estão incorporados em uma ideologia e não podem ser isolados ou tratados como “neutros” ou meramente “técnicos”. (STREET, 1984, p. 1).

Na perspectiva dos novos estudos, letramento, para o autor, é concebido como um movimento que marca um novo pensar em questão de pesquisas sobre a língua escrita. Essas pesquisas eram “antes centradas na escritura do indivíduo e sua mente” (VIANNA et al., 2016, p. 30). Desse modo, os novos estudos de letramento pressupõem avançar além da noção de habilidades a serem conhecidas e dominadas.

Face a isso, entendemos que é nesse lugar de interações interpessoais (uma situação de ação de linguagem), com a finalidade de atender a um objetivo comunicativo, que o sujeito, agente e produtor do texto se encontra. Entendemos ainda que é esse o espaço em que os letramentos se ajustam, tornando-se essencialmente sociais, assim como são todas as atividades humanas. Com base nessa asserção, partilhamos da ideia de que o sujeito letrado participa das práticas sociais, revelando ou não seu papel nas diversas interações. Neste trabalho de pesquisa, ao textualizar o mundo (ou uma parcela dele) por meio do gênero petição inicial, esse sujeito revela nas suas interações tanto em contexto acadêmico quanto profissional a sua atitude de textualizador. Ou seja, essa participação reforça o caráter social, contextualizado e histórico do letramento, que é também responsável por distinguir, em um dado momento e espaço, o percurso pessoal e social desse sujeito como letrado.

Desse modo, distinguir os conceitos de eventos e práticas de letramento configura-se importante para o aprofundamento do assunto e melhor compreensão dos processos vividos pelo sujeito para inserir-se no contexto acadêmico e, em seguida, no contexto profissional.

2.3.1 Letramento: eventos e práticas

Na perspectiva de compreender a natureza social do letramento, os conceitos de *eventos* e *práticas*, conjugados entre si, tornam-se importantes a partir das pesquisas desenvolvidas no bojo dos novos estudos do letramento. Nesse sentido, eventos e práticas são dois conceitos que embasam a compreensão dos usos e significados da leitura e da escrita para diversos grupos sociais em situações de comunicação variadas.

O termo “práticas de letramento”, correlacionado ao conceito do termo “eventos de letramento”, é resultado do distanciamento do sujeito de uma situação imediata em que ocorrem eventos de leitura e escrita. Nesse distanciamento, o sujeito compreende tais eventos, posiciona-se diante deles e, desse modo, torna-se capaz de atribuir sentido à leitura e à escrita em contextos diversos.

Segundo Heath (1983), os eventos de letramento são distinguidos pelas ocorrências de uso da leitura e da escrita que o sujeito faz em uma situação comunicativa. Isto é, para a autora, nos eventos pode ser observada a apreensão do que é indispensável à interação e aos processos de compreensão dos indivíduos nas situações de comunicação.

De acordo com essas asserções, valemo-nos, para este estudo, do conceito de Heath (1983), de eventos de letramento. A autora considera-os “ocasiões em que a língua escrita é integrante da natureza das interações dos participantes e de suas estratégias e processos interpretativos” (HEATH, 1983, p. 319). Com base nessa definição da autora, é possível descrever a forma de interação dos participantes a partir de um texto escrito. Logo, neste trabalho de pesquisa, entendemos que podemos analisar nas petições iniciais produzidas pelos alunos do Direito, tanto em sala de aula quanto no núcleo de prática, os “encontros interacionais nos quais a

escrita está em foco na situação comunicativa” (VIANNA et al., 2016, p. 31). Dessa forma, os eventos de letramento evidenciam o que, de fato, emerge da petição inicial produzida por esse sujeito como uma prática social da escrita.

Por outro lado, é inegável que as práticas de letramento se consolidem como base, implicando valores ideológicos, não materiais e de compreensão própria do sujeito. Nesse sentido, caracterizar os eventos de letramento ocorridos no universo acadêmico do curso de Direito é trazer à tona a natureza das práticas de leitura e escrita desenvolvidas nesse contexto, constituídas ao longo de uma histórica jornada de trabalho com o ensino de textos. (HAMILTON, 2000).

Os eventos de letramento, portanto, assumem formas diversificadas, em lugares sociais variados como igrejas, escolas, faculdades, núcleos de prática. Além disso, compreendemos que esses eventos desempenham diferentes funções no universo das ações de linguagem como informar, registrar, divulgar, dentre outras relacionadas ao cotidiano dos sujeitos para se comunicarem.

É dominando as atividades de leitura e de escrita que os sujeitos participam dos chamados eventos de letramento, sempre de forma visível, concreta. É construindo seus saberes científicos, seus pontos de vista ideológicos, significados culturais e suas estruturas de poder que eles constroem a forma cultural de manuseio dos textos em circulação na sociedade. Conseqüentemente, são eventos de letramento dessa forma os responsáveis por proporcionar ao aluno do Direito participar da construção do ser profissional no contexto jurídico e se integrar eficientemente em espaços e situações de comunicação que requerem a prática social de escrita do gênero de texto petição inicial.

Já as práticas de letramento, expressão criada por Street (1993), são definidas, de forma ampla e abstrata, como as ações que os sujeitos realizam e as conceituações que eles elaboram ao utilizarem socialmente a leitura e a escrita. Nesse sentido, estudar tais práticas inclui também o conceito de eventos de letramento, acrescido de “os valores, as crenças, os discursos [...], as atitudes e as construções sociais dos participantes dessas situações de escrita”. (VIANNA et al, 2016, p. 31). Ou seja, é compreender que os sujeitos manifestam as práticas de letramento em sua forma de pensar, avaliar, experimentar, sentir e fazer uso da escrita de uma forma em geral.

Para Street (2014), a noção de práticas está relacionada àquilo que se repete nos eventos, ou seja, a “aspectos que nos possibilitam começar a ver padrões nesses eventos e situar conjuntos de eventos de forma a dar a eles um padrão” (STREET, 2014, p. 38). Para o autor, tal padronização acarreta significados para o sujeito e possibilita que ele, como integrante de um grupo, construa e reconstrua as práticas de leitura e escrita em seu cotidiano.

A partir de um estudo etnográfico, Street (2014) aponta dois modelos de letramentos, associados a diferentes competências desempenhadas na vida rotineira: o ideológico e o autônomo. Esses modelos são importantes e necessários para explicar as pesquisas realizadas sobre a cultura escrita. Ele acredita que o conceito de eventos de letramentos somente não é suficiente para “uma teoria mais ampla sobre os usos da escrita”. (VIANNA et al, 2016, p. 32). Nesse sentido, Street (2014) concebe, respectivamente, os modelos autônomo e ideológico de letramentos como representantes de uma nova abordagem de estudos. Uma perspectiva de estudos sobre letramento que se constitui como uma abordagem crítica às pesquisas existentes e “se orientar para as estruturas de poder da sociedade”. (VIANNA et al, 2016, p. 32)

Conforme Vianna et al (2016), nos últimos anos, os estudos da escrita sofreram significativas mudanças em suas concepções e consenso geral. Os estudos avançaram de um modelo que concebia a apreensão e o uso da escrita como uma habilidade individual e cognitiva para um entendimento de escrita oriundo das práticas socioculturais historicamente situadas. O uso da desinênciã de plural em ambos os conceitos (eventos e práticas) traduz bem o valor social atribuído aos usos da escrita de um grupo para outro. Letramentos, nessa concepção, está imbuído de diversos embates e depende do jogo de forças econômicas, sociais, religiosas e políticas em um contexto determinado, ou entre um contexto local e contextos mais distantes.

Street (2014) posiciona-se em favor do **letramento ideológico**, definindo esse modelo de letramento como o uso da escrita numa prática concreta. Segundo o autor, o modelo de **letramento autônomo** acarreta uma dicotomia entre oralidade e escrita, pelo especial comprometimento das funções lógicas da linguagem ao desvincular a escrita dos contextos de uso. Por outro lado, o modelo ideológico do letramento implica um aprendizado da escrita, considerando as práticas letradas como um produto da cultura, da história e do discurso, que aliás, por vezes, pode se revelar

como bastante excludente. Ao propor a distinção entre esses modelos, Street (2014) ressalta a existência de letramentos dominantes, geridos e manipulados por membros de uma mesma sociedade, embora pertencentes a diferentes classes, grupos étnicos e localidade.

Com base nessa asserção, podemos entender o letramento jurídico como um letramento dominante. Trata-se de uma prática que possibilita os membros de diferentes grupos, classes sociais, lugar e posição social distintos, com manejo de gêneros próprios cumprirem objetivos bastante específicos conforme as demandas recebidas. Nesse sentido, é fato o papel e a importância da escrita para a organização cotidiana da vida dos sujeitos. Essa importância é endossada por Street (2010, 2014) ao discutir o modelo ideológico de letramento. Esse modelo, decididamente, apresenta características intrínsecas ao mundo do trabalho, evidenciadas por meio dos textos. Na nossa pesquisa, destacadas nas petições iniciais produzidas pelos alunos de Direito em dois momentos distintos: na sala de aula, na disciplina de Prática Processual de Direito do Trabalho; e, no núcleo de prática jurídica, no estágio supervisionado obrigatório.

Finalmente, concordamos com Oliveira e Kleiman (2010) ao afirmar que:

Enxergar o letramento como algo 'singular' é esquecer que a vida social é permeada por linguagem de múltiplas formas e destinada a diferentes usos. Nela, são veiculados gêneros diversos que são praticados por diferentes pessoas nas mais diversas atividades sociais, orientadas a partir de propósitos, funções, interesses e necessidades comunicativas específicas, não obstante a compreensão de que alguns textos são considerados canônicos e, por isso, mais legitimados que outros, socialmente. E é exatamente porque se constitui como algo 'plural' que vale a pena problematizar, examinando as diversas facetas que o constituem e as razões por que esse fenômeno tem se tornado um verdadeiro 'campo de batalha'. (OLIVEIRA; KLEIMAN, 2010, p. 329).

Para as autoras, é nesse campo de batalha que, por meio de interações verbais, os alunos do curso de Direito pensam, ponderam e interagem conjuntamente às atividades languageiras, (BRONCKART, 2006), construindo e desenvolvendo um processo de letramento. Nesse processo, esses sujeitos vão “demonstrando quem são e o que estão fazendo diante dos outros e deles mesmos, em circunstâncias, tempos e lugares apropriados” (GEE, 1999, p. 129).

Ademais, esse processo de letramento revela-se também um ciclo. À medida que os sujeitos participam das práticas de escrita da sua comunidade, inserem-se em

situações sociais e acadêmicas, desempenhando papéis autônomos e críticos. Na relação e na interação com os seus pares e os textos que vão produzindo, eles também vão se constituindo como profissionais em seus cursos de formação. Desse modo, aventamos que é também por meio das práticas languageiras que os alunos se assumem participantes do contexto acadêmico e se apropriam das operações linguístico-discursivas da petição. Essa apropriação evidencia pistas do domínio das práticas de escrita do universo acadêmico, contribuindo para a inserção do sujeito no contexto de estágio profissional.

São essas práticas languageiras que dão sentido e relevância aos discursos. E, é nos discursos, conforme Gee (1999, 2001), que estão envolvidas as formas de escrever, ler, agir, interagir, sentir, utilizar os símbolos, objetos, imagens, dentre outras formas de transmitir uma mensagem. Tudo isso, sempre com o objetivo de acionar atividades e identidades significativas, socialmente situadas. (GEE, 2001).

Face às práticas significativas realizadas no curso de Direito, assumimos a lógica dos usos sociais a que a escrita se presta para estudar o gênero de texto petição inicial. Ou seja, reconhecemos que estudar letramento acadêmico e a representação disso no mundo do trabalho implica acreditar em uma perspectiva prática de escrita para o ensino de produção textual nos cursos de formação dentro da universidade, especialmente no curso de Direito.

Esclarecemos que nesta pesquisa, os estudos de letramentos seguem paralelamente aos estudos dos gêneros de texto (Bronckart, 2006). Ambos ressaltam as relações específicas entre as práticas de leitura e escrita desenvolvidas em diversos contextos. Aplicados ao contexto acadêmico, os usos da língua oportunizam, em cada situação de comunicação, cada uma das instâncias da atividade humana, por meio das atividades languageiras. Dessa forma, este trabalho foi motivado, sobretudo, pelas considerações teóricas a respeito dos usos sociais da escrita. Entendemos que esses usos sustentam a necessidade de o aluno do Curso de Direito interagir conjuntamente às atividades de linguagem lançando mão do gênero de texto petição inicial. Afinal, acreditamos que, à medida que esses sujeitos se inserem em situações sociais (acadêmicas e/ou profissionais), eles podem desempenhar papéis autônomos e críticos, constituindo-se como operadores do Direito, durante seu percurso de formação.

2.3.2 Do letramento acadêmico: concepção e considerações

Do ponto de vista dos Letramentos Acadêmicos, comungamos da premissa de que não é possível ao aluno chegar à universidade dominando todas as práticas de leitura e escrita pertencentes apenas a esse contexto. Apropriar-se dos gêneros que circulam no ensino superior é uma ação que precisa ser desenvolvida desde o momento de inserção do sujeito nesse contexto. No entanto, não podemos excluir a universidade de seu papel de formação e de orientação quanto às suas próprias práticas de escrita. Mesmo sabendo da necessidade de domínio de práticas letradas com as quais não temos familiaridade, é também responsabilidade da instituição lidar com os gêneros de textos que circulam exclusivamente no contexto acadêmico ou que são destinados à vida profissional.

Nesse sentido, integrar os sujeitos principiantes a práticas letradas do ensino superior, conforme Lea e Street (1998), torna-se algo difícil e limitante, frente aos modelos de letramentos presentes no contexto universitário. Tal contexto, além de dificultar o processo, também colabora para o fracasso dos alunos durante a sua formação nos cursos de graduação. Além disso, é necessário contar com outra premissa. A expectativa de conseguir reparar todos os problemas textuais e gramaticais dos alunos que estão no ensino superior a partir da ideia de domínio de uma escrita técnica também não colabora. Isso só impede o avanço desses alunos no domínio dos gêneros de textos e de uma escrita acadêmica que faça sentido para a vida, especialmente a profissional.

Desse modo, na tentativa de conceber a escrita como um meio de interação e construir com os alunos a cultura acadêmica, a princípio homogênea, Lea e Street (2006) propõem o modelo dos letramentos acadêmicos. Esse modelo, segundo os autores, é uma forma de aproximar os sujeitos da realidade universitária e contribuir para o progresso de suas práticas de escrita.

Na próxima subseção, o modelo de letramento acadêmico, concomitante à caracterização dos demais tipos de letramentos discutidos pelos autores, será explanado mais detalhadamente.

2.3.3 Os diferentes modelos de letramento(s) acadêmico(s)

Conforme Lea e Street (2006), o letramento acadêmico apresenta três modelos, assim designados: o modelo das habilidades, o modelo da socialização acadêmica e o modelo dos letramentos acadêmicos. **O modelo das habilidades** é aquele que considera a escrita e o letramento como uma habilidade cognitiva e individual. Por esse modelo, após desenvolvidas essas habilidades, o sujeito tem capacidade de utilizá-las em qualquer contexto.

Já **o modelo da socialização acadêmica** prediz uma aculturação do sujeito em comunidades de práticas de leitura e escrita definidas, diferentemente **do modelo do letramento acadêmico**, que assume características dos modelos anteriores. O modelo da socialização acadêmica aponta para a produção de sentidos situados e influenciados por questões de identidade e poder que existem nos discursos acadêmicos.

Compreender e aprofundar essa teoria do modelo de letramento pode resultar em implicações nas práticas de escrita dos gêneros de texto. Ou seja, com base em Lea e Street (2006), a construção do conhecimento de qualquer conteúdo ocorre também por meio das práticas textuais e, para que isso seja mais eficiente, é necessário distanciar-se da ideia dos conteúdos apenas como um depósito de conhecimento específico.

Os conteúdos precisam ser propostos como veículos de interação e mediação dos sujeitos, adquiridos por meio da linguagem. A linguagem, após internalizada, tem papel principal na comunicação, organização e planejamento das ações humanas. Ou seja, a linguagem é uma capacidade humana de garantir a comunicação e o pensamento dos sujeitos socialmente constituídos e dispostos enquanto instrumentos do agir (BRONCKART, 2006). Conforme o autor, é imputado às práticas de linguagem papel primordial no desenvolvimento do ser humano.

Sem considerar os modelos de letramento como excludentes, tanto Lea (2014) quanto Bronckart (1999) propõem princípios de abordagem para escrita como uma forma de ação de linguagem conforme a perspectiva do letramento acadêmico. Essa concepção implica considerar que os sujeitos ou grupos sociais, independente do nível de letramento, possuem experiências anteriores com a escrita e a sua utilização

prática na sociedade. Sendo assim, os alunos que chegam à universidade são considerados letrados, munidos de concepções de leitura e escrita constituídas ao longo da vida, mesmo que não sejam suficientes para o seu engajamento imediato nas práticas de leitura e escrita do contexto acadêmico. As novas práticas de escrita, inerentes a esse contexto, estabelecerão interação dialógica com esse sujeito e permitirão uma reconfiguração de suas ações humanas. Dessa forma, eles se apropriarão e interiorizarão propriedades sociossemióticas que o constituirão actantes neste universo acadêmico e, em seguida, no profissional.

Face a isso, consideramos que as atividades de leitura e escrita excedem as competências individuais e comprovam a inserção social dos sujeitos nos contextos. Desse modo, ressaltamos que, no Curso de Direito, as atividades desenvolvidas com a petição inicial têm uma ação muito importante. Essas atividades se configuram como uma prática de escrita que proporciona aos alunos reflexão na ação e sobre a ação, tanto em sala de aula, quanto no núcleo de prática jurídica, contribuindo para o letramento acadêmico.

Não é suficiente identificar se o aluno do curso de Direito sabe ou não escrever uma petição inicial. Conforme Hall (2002), também não é o bastante saber se ele é letrado ou não academicamente. Para nosso trabalho de pesquisa, é importante ainda compreender o que esse aluno em formação aprende com o gênero petição inicial e como ele apreende o que é importante para si e para sua formação. Além disso, é importante identificar como ele se torna letrado por meio desse gênero, que, ao final de sua formação acadêmica, vai inseri-lo no contexto de trabalho, a partir da sua prática de escrita.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção tem o objetivo de relacionar a prática de escrita de textos às considerações teóricas apresentadas nos capítulos anteriores, à luz da proposta teórico-metodológica do Interacionismo Sociodiscursivo (BRONCKART, 1999) empregada neste estudo. Dessa forma, serão detalhados o contexto e os colaboradores da pesquisa, os métodos utilizados, os procedimentos de geração e coleta de dados, e as categorias de análise.

Além disso, este capítulo é importante para esclarecer o que na pesquisa constitui os procedimentos da geração (questionários de professores e alunos) e da coleta dos dados (todos os textos da sala de aula e do núcleo de prática jurídica). Esse entendimento é necessário durante a descrição das etapas da pesquisa para se chegar aos resultados esperados.

Quanto aos procedimentos de análise, ainda é fundamental esclarecer como critérios analíticos: o contexto de produção, a infraestrutura geral do texto e os mecanismos de textualização. Mais especificamente foram destacadas: a) as marcas que evidenciem/constroem as principais cadeias referenciais no texto, na construção da coesão nominal; b) as marcas de conexão que interligam os tipos de discurso e as sequências; e, c) os tempos verbais que demonstram a relação estabelecida entre os tipos de discurso teórico e narração, na construção da coesão verbal.

Acreditamos que esses mecanismos poderão colaborar para a apreensão das operações linguístico-discursivas inerentes ao gênero e evidenciar o processo de letramento(s) acadêmico(s) do aluno do Curso de Direito, que possibilita a sua inserção no contexto de estágio supervisionado. A indicação dos recursos linguísticos foi realizada a partir da concepção de texto proposta por Bronckart (1997/2003), baseada em seu modelo analítico da arquitetura textual.

3.1 O contexto e os colaboradores da pesquisa

O interesse pelo universo jurídico se deu especialmente por um processo de perda. Como professora universitária há dezessete anos, trabalhar com o aluno que chegava à universidade e apresentava dificuldades e entraves para se apropriar dos gêneros de textos que circulavam naquele contexto não era nenhuma novidade. No entanto, por vários fatores de ordem institucional, associados à minha entrada no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UNISINOS, perdi meu vínculo trabalhista com a instituição de ensino superior em que trabalhava até então. Com isso, de uma forma bastante abrupta, perdi o campo de pesquisa, o corpus, os participantes e a segurança do objeto de pesquisa.

O que inicialmente gerou muita insegurança e dúvida, por outro lado, suscitou infinitas possibilidades de projetos, com novos objetos de pesquisa, outros contextos e outras pessoas. Dadas as longas discussões com o orientador, a influência do meio em que estava e dos advogados que acompanharam bem de perto esse processo (por comporem a mesma turma do mestrado), migrei para o universo jurídico. Tinha a finalidade de verificar como se apropriar do gênero de texto petição inicial potencializa o desenvolvimento do(s) processo(s) de letramento(s) acadêmico(s) do aluno do Curso de Direito e auxilia-o em sua inserção no contexto de estágio profissional.

Com este trabalho, acredito que podemos contribuir para as práticas de ensino que cooperem com o desempenho da competência de escrita da petição inicial como prática social dos alunos do curso de Direito. Ao verificar as operações linguístico-discursivas empregadas por esse aluno em seus textos, tanto na sala de aula quanto no Núcleo de Prática Jurídica, procuramos pistas de como apropriar-se de tais recursos pode, eventualmente, refletir na sua inserção no mercado como profissionais.

Mediante essa problemática, a pesquisa proposta neste trabalho foi realizada no contexto de um curso de Direito de uma faculdade privada do Vale do Rio Doce, região leste de Minas Gerais. O curso foi instituído há cerca de 50 anos no mercado e, segundo o site da instituição, a faculdade é comprometida em formar profissionais humanistas, com capacidade de enfrentar o desafio das constantes transformações do mundo contemporâneo.

Uma das mais antigas faculdades da cidade, a instituição representa um ícone na educação superior e grande referência na formação de bacharéis em Direito na região. Divide o interesse dos candidatos de toda a região com outros três cursos de instituições privadas ou pública. Durante a pesquisa e em conversas informais com os professores, percebemos que a faculdade se preocupa com o desenvolvimento linguístico dos alunos, sobretudo, em razão da prova da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e do Exame Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior – ENADE.

Com oferta nos turnos matutino e noturno, o curso de Direito dessa instituição é realizado em cinco anos, totalizando dez períodos. Dentre os sujeitos representativos do universo de alunos participantes da nossa pesquisa estão aqueles regularmente matriculados no 1º semestre/2018, no turno noturno, distribuídos em dois grupos. Um grupo foi constituído pelos sujeitos matriculados na disciplina de Prática de Processo do Trabalho e outro grupo foi composto pelos alunos que frequentavam o Núcleo de Direito do Trabalho.

Ressaltamos que os alunos que frequentavam o Núcleo de Direito do Trabalho realizavam Estágio Supervisionado Obrigatório. Em virtude da forma de funcionamento do núcleo, participaram da pesquisa os alunos que realizavam o estágio em qualquer dia da semana. As tabelas 4 e 5 a seguir demonstram os dados da coleta:

Tabela 4: Número representativo dos textos coletados no 8º período.

Coleta dos TEXTOS	Número de textos utilizados
	8º período
Coleta Única (<i>abril/2018</i>)	42
Válidos para a pesquisa	14

Fonte: Elaborado pela autora.

No 8º período, foram produzidos 42 textos. Desse total coletado em sala de aula, foram excluídos 28 com base nos seguintes critérios de inclusão e/ou exclusão: a) os alunos não terminaram a atividade no momento da aula em que estava sendo produzido o texto; b) os textos estavam ilegíveis para análise; c) os textos foram

produzidos por alunos sem o TCLE assinado; d) os textos não possuíam identificação; e) os alunos desistiram ou reprovaram na disciplina ou estágio supervisionado; f) os alunos não entregaram seus textos, conforme os procedimentos desta pesquisa; ou g) os textos não apresentaram condições de serem empregados nesta pesquisa, por questões pessoais, profissionais ou éticas.

Tabela 5: Número representativo de textos coletados no núcleo de prática.

Coleta dos TEXTOS	Número de textos Utilizados
	Núcleo de Direito do Trabalho e Previdenciário
Coleta Única (junho/2018)	4
Válidos para a pesquisa	3

Fonte: elaborado pela autora.

Dos quatro textos coletados no núcleo de prática, nem todos foram considerados válidos para a pesquisa. Um deles foi descartado com base nos seguintes critérios: a) texto com a intervenção do coordenador do núcleo; e b) texto produzido em grupo com alunos sem o TCLE assinado.

Conforme lista de matriculados fornecida pela instituição, o 8º período era constituído por 45 alunos. Desse total, participaram da pesquisa somente aqueles alunos que assinaram o TCLE e concordaram em disponibilizar seus textos para análise na pesquisa. Além disso, é importante ressaltar que a pesquisa foi realizada na disciplina Prática de Processo do Trabalho e no Núcleo de Direito do Trabalho por razão concernente à nossa questão norteadora. Ou seja, esses contextos representam um momento de transposição dos conhecimentos do universo acadêmico para o contexto de prática profissional. É no estágio supervisionado obrigatório realizado no Núcleo de Direito do Trabalho que o aluno demonstra, como um profissional, após receber uma demanda que é real, o que apreendeu sobre a escrita da petição inicial na disciplina de Prática de Processo do Trabalho.

Salientamos ainda que o 8º período foi a turma selecionada para a pesquisa, uma vez que o plano de ensino da disciplina Prática de Processo de Trabalho contempla a escrita da peça jurídica. A ementa prevê o estudo da petição inicial desde a sua concepção teórica até a elaboração prática, a fim de munir o aluno para o

ingresso no estágio supervisionado no núcleo de prática jurídica para atendimento direto à população.

Além da coleta das petições produzidas pelos estudantes em sala de aula e no núcleo de prática, esta pesquisa consistiu ainda na aplicação de um questionário⁷ aos participantes deste estudo. O questionário era composto de perguntas discursivas e objetivas, com o intuito de obter outras informações relacionadas ao conhecimento dos estudantes e do professor sobre o gênero de texto e a experiência com a prática da petição inicial.

Foi aplicado no final do semestre 1/2018 a todos os alunos que estavam em sala no dia 19/06/2018 (8º período), durante a aula do professor participante. Apesar de entregue a todos os alunos presentes em sala, foram considerados nesta pesquisa, para a construção do corpus, apenas os questionários daqueles que assinaram o Termo de Livre Consentimento Esclarecido⁸.

Os alunos do núcleo de prática responderam ao instrumento em decorrência de estarem matriculados na turma participante da pesquisa. Do total de alunos em sala, 35 alunos do 8º período responderam de livre e espontânea vontade. A aplicação do questionário implicou minha entrada (como pesquisadora) na sala de aula, após a anuência do professor responsável pela disciplina.

Um questionário⁹ semelhante ao dos alunos foi aplicado ao professor da disciplina, participante da pesquisa. Esse instrumento tinha a finalidade de identificar as práticas de leitura e de escrita de textos acadêmicos que esse professor trabalha com os alunos em sala de aula. Para o professor, a aplicação ocorreu simultaneamente à aplicação do questionário aos alunos, em sala de aula. O professor também participou de livre e espontânea vontade e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Em virtude das proporções que este trabalho tomou, nosso enfoque analítico restringiu-se aos textos produzidos pelos alunos. Dessa forma, ressaltamos ainda que, com os objetivos específicos encaminhados nesta pesquisa e as mudanças efetivas no objetivo geral ao longo deste trabalho, os dados dos questionários não foram incorporados a este texto. Entretanto, essas informações nos possibilitaram

⁷ O questionário elaborado para esta pesquisa e aplicado aos alunos encontra-se anexo a este trabalho.

⁸ O Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) foi aprovado pelo Comitê de Ética da UNISINOS, juntamente com o projeto de pesquisa em 13/12/2017, sob o nº CAAE: 80629417.0.0000.5344 e Parecer: 2.447.018.

⁹ O questionário elaborado para ser aplicado aos professores encontra-se anexo a este trabalho.

conhecer o contexto de pesquisa do ponto de vista dos alunos e do professor da disciplina Prática de Processo do Trabalho, o que enriqueceu bastante nossas análises.

3.2 Os métodos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa

Para o desenvolvimento do nosso estudo, com o intuito de alcançar os objetivos propostos e responder a nossa pergunta-problema, optamos por uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, respaldada na perspectiva teórico-metodológica do Interacionismo Sociodiscursivo – ISD.

Temos uma pesquisa qualitativa, conforme Creswell (2014), sempre quando temos um problema a ser explorado e uma população que precisa ser estudada sem a facilidade de definição de variáveis. Dessa forma, neste tipo de pesquisa, não serão utilizadas informações já predeterminadas para se chegar a conclusões ou mesmo a resultados já conhecidos por outros estudos. Em nosso estudo, isso se revela quando partimos do pressuposto de que as práticas de leitura e escrita são capazes de produzir um impacto significativo na formação dos alunos do Direito, conduzindo-os de um contexto a outro. (LEA; STREET, 1998).

Metodologicamente, conforme os princípios da pesquisa qualitativa, o nosso corpus foi gerado¹⁰ em dois momentos distintos. Os textos produzidos em sala de aula foram coletados, após o conteúdo teórico ministrado pelo professor, em abril/2018. Por outro lado, os textos produzidos no Núcleo de Prática do Trabalho foram coletados em junho/2018. No núcleo, a elaboração da petição inicial está vinculada à demanda recebida de pessoas que precisam de assistência jurídica.

As petições produzidas nesses contextos serão analisadas com base no plano da arquitetura textual de Bronckart (1999), com vistas, especificamente, à segunda camada de seu modelo de análise – os mecanismos de textualização. O objetivo é

¹⁰ Importante esclarecer novamente que neste trabalho constituem os procedimentos da geração de dados aqueles produzidos especialmente para esta pesquisa, conforme solicitação da pesquisadora (questionários de professores e alunos); e da coleta dos dados produzidos conforme a rotina dos espaços, sem a intervenção da pesquisado (todos os textos produzidos pelos alunos em sala de aula e do núcleo de prática jurídica).

verificar as operações linguístico-discursivas mobilizadas na apropriação do gênero de texto petição inicial e como isso favorece o processo de letramento acadêmico(s) do aluno do Curso de Direito, auxiliando-o na transição entre os contextos acadêmico e de estágio supervisionado.

3.3 Os procedimentos de geração e coleta de dados

Tanto a geração quanto a coleta dos dados para este trabalho ocorreram no primeiro semestre de 2018, no período compreendido entre fevereiro e junho, conforme os seguintes procedimentos e atividades na disciplina e no núcleo de prática, no curso de Direito:

a) No Oitavo período

No 8º período, a pesquisa foi realizada na disciplina **Prática de Processo do Trabalho**, que ocorre uma vez por semana, em duas aulas. O professor, conforme ementa da disciplina, inicia o semestre apresentando teoricamente a petição inicial e desenvolve atividades em grupo e/ou individual ao final do conteúdo. As atividades em torno da prática de escrita da petição encerraram-se na metade do semestre, no mês de abril/2018. O trabalho do professor foi desenvolvido com base em casos reais e simulados, e os alunos produziram seus textos individualmente em sala de aula, recorrendo ao material teórico e ao professor sempre que necessário.

Os textos coletados para a pesquisa foram produzidos durante o horário de aula do professor. Ele solicitou a elaboração da petição inicial como uma atividade regular da disciplina, não sendo os alunos informados antecipadamente do que produzir. A situação de produção foi a habitual e rotineira da aula, já prevista no planejamento do conteúdo do professor para o semestre. Não foi realizada qualquer intervenção nessa etapa da produção escrita. Todos os textos produzidos nessa situação foram coletados para a pesquisa pelo professor da disciplina e repassados à pesquisadora.

A pesquisa foi realizada com a única turma do turno noturno, e o nosso critério de escolha ocorreu em função de ser este o período com a prática da petição como gênero de texto previsto na ementa do curso. Foi utilizada somente uma coleta deste período que consistiu em uma atividade prática, configurando o encerramento do conteúdo sobre o tema.

b) No Núcleo de Direito do Trabalho e Previdenciário

O Núcleo de Direito do Trabalho e Previdenciário recebe alunos de todos os períodos do curso de Direito para o cumprimento do Estágio Supervisionado Obrigatório. Nesse espaço, os alunos produzem o gênero de texto petição inicial conforme a demanda de novos casos de pessoas que procuram o núcleo em busca de assistência jurídica.

O Núcleo funciona na própria instituição, é aberto ao público da cidade, coordenado por profissional da área do Direito, oferece atendimento de segunda a sexta-feira, por quatro horas diárias, no período da tarde. O espaço recebe dezesseis estagiários por vez (à medida que os estagiários cumprem sua carga horária de estágio, abre-se a oportunidade para novos estudantes). Esses estagiários se revezam, conforme distribuição dos coordenadores e disponibilidade do pessoal, ao longo da semana.

Desse contexto foram selecionadas as petições iniciais produzidas dentro do período da pesquisa, ou seja, que tiveram a recepção do caso no primeiro semestre/2018 e os alunos produziram a peça jurídica integralmente entre fevereiro e junho/2018. Ressaltamos que as demandas recebidas neste núcleo são trabalhadas em grupo e, conseqüentemente, a produção escrita da petição inicial também.

Após a coleta realizada, procedemos a um tratamento dos dados, classificando e organizando as produções de acordo com categorias analíticas derivadas do quadro teórico-metodológico do ISD (BRONCKART, 1999; 2006; 2008). No tocante à produção do gênero de texto Petição Inicial e às dimensões linguístico-textuais, os textos foram separados com base nos critérios de inclusão e exclusão, já mencionados neste trabalho.

3.4 As categorias de análise

A partir da compreensão do conceito de texto no quadro geral do ISD (BRONCKART, 1999), o modelo de organização textual proposto pelo autor será a sustentação para as categorias que, conforme ele mesmo (BRONCKART, 2006), constituem um modelo possível de análise dos textos. Desse modo, nesta subseção intencionamos analisar como a apropriação do gênero de texto petição inicial e, especificamente, das operações linguístico-discursivas inerentes a ele, pode sinalizar o desenvolvimento de letramento(s) acadêmico(s) do aluno de Direito, auxiliando-o na inserção no contexto de estágio profissional.

É importante lembrarmos aqui que os textos para análise foram produzidos por dois grupos de alunos regularmente matriculados no curso de Direito, no primeiro semestre de 2018, no turno noturno. Um grupo era composto por alunos da disciplina Prática de Processo do Trabalho, e outro grupo constituído por alunos que realizaram estágio supervisionado no Núcleo de Prática do Trabalho na faculdade.

Para a análise dos dados, as categorias foram distribuídas em três etapas distintas para melhor organização e clareza de apresentação neste trabalho:

3.4.1 Etapa 1: Contexto de produção

Nesta etapa, foi levado em consideração o contexto de produção, ou seja, a situação comunicativa que motivou a elaboração da petição inicial pelos alunos dos dois grupos. Ademais, para a realização da pesquisa, examinamos todas as petições da sala de aula e do Núcleo de Prática de Direito do Trabalho, consideradas válidas para análise (Conforme tabelas 4 e 5).

Ao analisar o contexto de produção dessas petições, enfocamos os parâmetros concernentes aos mundos físico e socio subjetivo do gênero de texto, conforme a tabela 6 a seguir:

Tabela 6: Elementos do contexto de produção.

PARÂMETROS DO CONTEXTO DE PRODUÇÃO	
Mundo Físico	Mundo Sociossubjetivo
Emissor Físico (produtor do texto)	Emissor Social papel social do emissor)
Receptor Físico (a quem o texto se dirige)	Receptor Social (papel social do receptor)
Lugar físico da produção (em que o texto é produzido)	Lugar Social (onde ocorre a interação entre os interlocutores)
Momento de produção	Formação social a qual participa a interação
Objetivo da interação	
Conteúdo temático	

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

3.4.2 Etapa 2: Infraestrutura Textual

Nesta etapa, com base em Bronckart (1999), foi levado em consideração o primeiro nível da arquitetura de análise, ou seja, a infraestrutura textual das petições. Nessa camada, a análise teve como foco principal, além do plano geral de texto, os tipos de discursos do mundo do narrar e do mundo do expor, propostos pelo autor. A tabela 7 a seguir sintetiza os elementos da infraestrutura textual que utilizamos nas análises:

Tabela 7: Categorias concernentes ao nível da infraestrutura textual.

INFRAESTRUTURA TEXTUAL	
Plano Geral do texto	
Conteúdo temático	
Tipos de discursos (Bronckart (1999))	
Discursos Teórico	Narração

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

3.4.3 Etapa 3: Textualização

Nesta etapa, a partir da infraestrutura geral do texto e dos mecanismos de textualização (BRONCKART, 1999), a análise foi concentrada mais especificamente nas marcas de construção das principais cadeias referenciais do gênero; nas marcas de conexão e os conectivos, que estabelecem as relações entre os tipos de discursos teórico e a narração; e nas marcas dos tempos verbais, que estabelecem a coesão verbal utilizada no gênero petição inicial.

Voltada para o objetivo geral deste trabalho e conseguir verificar as operações linguístico-discursivas realizadas na escrita da petição inicial, nesta terceira etapa, a análise foi concentrada nos mecanismos de coesão nominal, conexão e coesão verbal. Acreditamos que esses mecanismos podem garantir a manutenção dos referentes nominais no texto, a progressão textual do gênero, bem como a argumentação/persuasão do documento.

A tabela 8 a seguir sintetiza e apresenta essas categorias concernentes ao nível da textualização utilizadas em nossa pesquisa:

Tabela 8: Categorias de análise concernentes ao nível da textualização.

OPERAÇÕES	FUNÇÃO	ESTRUTURAS LINGUÍSTICAS	EXEMPLOS
Conexão	Explicar as correlações existentes entre os níveis de organização do texto	Conectores interacionais que expressam relações de coordenação; Conectores interacionais que expressam relações de subordinação adverbial; Conectores textuais que especificam, reforçam, contrastam ideias e intencionam consequências;	conclusão, adversidade e explicação com ideia de causa, finalidade e conformação Assim Pelo contrário

Coesão nominal	Explicar as correlações de cooperação entre as entidades textuais que partilham uma ou mais propriedades referenciais de introdução ou retomada	Sintagmas nominais Elipses Pronomes Demonstrativos	reclamante reclamado (elipses)
Coesão verbal	Explicitar as correlações de cooperação entre os tempos verbais que compartilham propriedades temporais e aspectuais	Sintagmas Verbais Formas nominais	Presente do Indicativo Pretérito Perfeito do Indicativo Pretérito Imperfeito do Indicativo

Fonte: Elaborado pela autora.

Como a ênfase deste trabalho recai, sobretudo, sobre as operações linguístico-discursivas já mencionadas nesta subsecção, não temos a intenção de desvalorizar as demais operações presentes no gênero petição inicial. Ressaltamos que apenas estabelecemos como foco analítico as unidades e os recursos linguísticos que se associam aos dois tipos de discursos predominantes no gênero: a narração e o discurso teórico.

Nesta pesquisa, de caráter exploratório, as categorias elencadas para a análise dos dados foram determinantes para verificar como o aluno do Curso de Direito estabelece as relações de significado entre os tipos de discurso e constrói a argumentação no gênero de texto. As marcas utilizadas na elaboração do texto (conectivos e outros elementos linguísticos), após análise, irão revelar como esse sujeito, ao apropriar-se da petição inicial, no contexto acadêmico, se insere no estágio supervisionado e, acreditamos que futuramente, no contexto profissional.

4 ANÁLISE DOS DADOS: o que o aluno de Direito evidencia em suas produções textuais acerca do domínio do gênero petição inicial

Nesta seção será apresentada uma análise de dados das petições produzidas em sala de aula, na disciplina **Prática de Processo do Trabalho** e no **Núcleo de Prática do Trabalho**, durante o Estágio Supervisionado Obrigatório. Os textos serão analisados a partir do seu contexto de produção e sua arquitetura interna, enfocando, sobretudo, o nível dos mecanismos de textualização. Acreditamos que os recursos utilizados pelo sujeito-produtor para a manutenção da informação e organização dos tipos de discursos no gênero podem indicar a forma como ele opera as sequências argumentativas e narrativas para construir a persuasão na produção de seus textos.

Vale lembrar que, para a análise dos dados, serão levadas em conta: a) as marcas de construção das principais cadeias referenciais na petição, para a construção da coesão nominal; b) as marcas de conexão entre os tipos de discurso teórico e a narração; e c) os tempos verbais que constituem a coesão verbal no texto. Ressaltamos que os demais elementos dos mecanismos de textualização também operam significativamente na construção da textualidade/genericidade. Contudo, por questões de foco analítico, eles não serão considerados na análise que aqui empreendemos, podendo ser analisados em estudos futuros ou outras pesquisas semelhantes a esta.

4.1 O gênero petição inicial no contexto acadêmico: o espaço da sala de aula

A petição inicial possui elementos fundamentais para a sua constituição organizacional previstos nos ordenamentos legais. Segundo NCPC (BRASIL, 2015), podemos afirmar que se trata de um gênero jurídico pouco aberto a mudanças em sua estrutura composicional. As petições iniciais analisadas nesta seção são de reclamatória trabalhista, produzidas em situação simulada, em uma atividade de sala de aula. Considerando a forma de coleta mencionada anteriormente nesta pesquisa, nessa aula, os textos foram elaborados individualmente, conforme orientação do

professor e contexto de produção apresentado na subseção a seguir.

4.1.1 Etapa 1: Produzir a partir de que contexto comunicativo?

O contexto de produção das petições analisadas é o de sala de aula. Trata-se de uma atividade proposta na disciplina de **Prática de Processo do Trabalho**, pelo professor, como conclusão das aulas dedicadas ao ensino da petição inicial. Destacamos que o professor não utiliza essa atividade como uma avaliação na disciplina, mas atribui pontos de participação segundo o nível de apreensão dos alunos.

A avaliação formal desse conteúdo ocorre no final do semestre, momento em que os alunos devem produzir uma petição inicial de reclamatória trabalhista, juntamente aos demais conteúdos ministrados no semestre. Assim, a proposta de produção textual que dá origem ao corpus desta pesquisa foi aplicada na metade no semestre ao final de uma unidade da disciplina em que o professor ensinava petição inicial.

O professor propôs que os alunos elaborassem uma petição (rito ordinário), com base em um caso simulado de litígio trabalhista. Os estudantes deveriam pleitear os direitos que entendessem devidos ao reclamante. Todos os alunos presentes em sala receberam a proposta apresentada a seguir:

Quadro 2: Proposta de atividade em sala de aula.

PETIÇÃO INICIAL – RITO ORDINÁRIO
<p>Reclamante: José Maria da Silva, brasileiro, casado, industrial, CTPS nº XXXX, série XXX/MG, CPF nº 098.651.706-87, filho de Maria da Silva residente e domiciliado na Av. JK nº 2.000 Bairro Vila Rica, Governador Valadares. O reclamante trabalhou na empresa Industrial Valadares Ltda., inscrita no CNPJ nº 09.876.581/0001-89 situada na Av. Industrial nº 1.000 Distrito Industrial, Governador Valadares. Foi admitido em 18/06/2011, exercendo a função de auxiliar de produção, recebendo salário de R\$ 1.500,00 por mês. Sua jornada de trabalho era das 07h às 17h00min com 01 hora de intervalo para alimentação e descanso de segunda a sábado, com descanso aos domingos. Trabalhou em ambiente com ruído acima do limite de tolerância, porém nunca recebeu qualquer valor em contrapartida. Foi dispensado sem justa causa em 30/11/2017, tendo recebido as parcelas rescisórias.</p> <p>Fazer uma petição inicial, pleiteando os direitos que entender devidos.</p>

Fonte: professor da disciplina.

Com base nessa proposta, os alunos poderiam consultar uns aos outros, a internet ou outros modelos que já tivessem sido produzidos na disciplina ou a que tivessem acesso. Porém, eles precisavam obedecer às informações apontadas no caso simulado indicado pelo professor. A produção textual deveria ser realizada individualmente, em sala de aula, e entregue ao final da aula (duração de 1h40min).

Face aos textos produzidos, constatamos que os alunos cumpriram o objetivo de elaborar uma petição inicial. Dos 14 textos do 8º período válidos para a pesquisa, todos iniciaram um litígio de interesse do reclamante, junto a uma Vara do Trabalho, a fim de impetrar um processo de reclamatória trabalhista.

De todos esses textos, para melhor orientação das análises, apresentamos a seguir três petições que exemplificam os fenômenos linguístico-discursivos recorrentemente encontrados no nosso corpus. Essas petições foram selecionadas entre as demais por terem sido entregues digitadas pelos alunos e apresentarem todos os elementos que os demais textos também apresentaram, sendo assim representativas do corpus desta pesquisa.

Petição 1 – sala de aula

Quadro 3: Petição 1 – Sala de aula (8º período).

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA – VARA DO TRABALHO DE GOVERNADOR VALADARES – MG

JOSÉ MARIA DA SILVA brasileiro casado industrial, portador da Carteira de Identidade n° MG(...), do CPF n° (...) e da CTPS n° (...) -série (...), inscrito no PIS sob o n° (...), filho de (...), residente e domiciliado na Avenida JK, n° 2. 000 Bairro vila Rica nesta cidade, CEP 35. 000-000 e-mail: (...), por seu procurador e advogado que esta subscreve, mandato incluso com escritório profissional no endereço Rua (...), n° (...), Bairro (...), nesta cidade, CEP 35. 000-000 onde recebem avisos e intimações, vem, com base no artigo 840 e seguinte da CLT, à presença de V. Exa. para propor a presente:

RECLAMATÓRIA TRABALHISTA em face de:

INDUSTRIAL VALADARES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 09. 876. 581/0001-89, estabelecida na Av. Industrial n° 1. 000 distrito Industrial, nesta cidade, CEP 35. 000-000 e-mail: xxx em face dos fatos motivos e fundamentos a seguir aduzidos:

I – DO CONTRATO DE TRABALHO

O Reclamante foi admitido em 18 de junho de 2011, para prestar serviços à reclamada exercendo a função de auxiliar de produção recebendo o salário de R\$ 1. 500,00, sendo dispensado em 30 de novembro de 2017 sem justa causa, sendo indenizado o aviso prévio.

II – JORNADA DE TRABALHO

O reclamante laborava de segunda-feira a sábado, das 07 às 17 horas com 01 hora de intervalo para alimentação e descanso, perfazendo o total de 54 horas semanais.

Como a jornada máxima prevista no artigo 7º, inciso XIII da Constituição Federal é de 08 horas diárias e 44 horas semanais, percebe-se que o reclamante prorrogava sua jornada, sem receber a correspondente contraprestação pecuniária destas horas extraordinárias e seus reflexos, tampouco na sua rescisão contratual valores estes que faz jus o reclamante em receber.

III – DA INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE

O Reclamante, no exercício de sua função de auxiliar de produção, ficava exposto a ruído excessivo, em razão do maquinário utilizado na fabricação dos produtos da reclamada, porém nunca recebeu nenhum valor em contrapartida.

O artigo 189 da CLT considera como insalubres as atividades que exponham os empregados a agentes nocivos à sua saúde.

Por sua vez, a NR-15, aprovada pela portaria nº 3. 214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, ao classificar as atividades insalubres, inclui o ruído dentre os agentes agressores, fixando no Anexo 1 os limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente.

IV-DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

a) o pagamento de horas extras excedentes à 44ª hora semanal acrescidas do adicional de 50%, mais reflexos sobre R.S.R., 13º salário, férias mais 1/3, FGTS mais 40% e aviso prévio: R\$ 34.930,00;

b) o pagamento do adicional de insalubridade, em grau médio no percentual de 20% sobre o salário mínimo, mais reflexos sobre 13º salário férias mais 1 / 3, FGTS mais 40% e aviso prévio: R\$ 14.870, 00.

Requer a concessão dos benefícios da assistência judiciária nos termos do artigo 98 do CPC, por ser o Reclamante pobre no sentido legal, não podendo arcar com as despesas do processo sem prejuízo de seu sustento, consoante declaração anexa.

Requer que seja determinada a notificação da Reclamada, no endereço acima mencionado, para comparecer à audiência a ser designada, quando, querendo, poderá apresentar defesa sob pena de revelia e confissão bem como ao final, que seja a presente reclamatória julgada totalmente procedente, condenando-se a Reclamada no pagamento das parcelas pleiteadas acrescidas de juros e correção monetária além de honorários advocatícios no percentual de 5% a 15% (artigo 791-A da CLT), custas e demais cominações de estilo.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito.

Dá-se à causa o valor de R\$ 49. 800, 00 (quarenta e nove mil e oitocentos) para fins de alçada e rito processual.

Termos em que,

Pede Deferimento, Governador Valadares, 20 de março de 2018.

ADVOGADO
OAB/MG

Fonte: Sala de aula de Prática de Processo do Trabalho.

Petição 2 – sala de aula

Quadro 4: Petição 2 – Sala de aula (8º período).

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA – VARA DO TRABALHO DE GOVERNADOR VALADARES – MG

JOSÉ MARIA DA SILVA, brasileiro, casado industrial, portador da Carteira de Identidade nº MG-XXXXX SSP/MG, do CPF nº 098. 651. 706-87 e da CTPS nº xxxxx-série xxx, inscrito no PIS sob o nº xx.xxx.xxx.xx, filho de Maria da Silva residente e domiciliado na Av. JK nº 2. 000, Bairro Vila Rica, nesta cidade, CEP 35.000-000, e-mail: xxxxxx, por seus procuradores e advogados que esta subscrevem, mandato incluso, com escritório profissional no endereço abaixo impresso, onde recebem avisos e intimações vem, com base, no artigo 840 e seguinte da CLT, à presença de V. Exa. para propor a presente

RECLAMATÓRIA TRABALHISTA

pelo **RITO ORDINÁRIO** (art. 840, CLT), em desfavor do contra **INDUSTRIAL VALADARES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.876.581/0001-89 estabelecida na Av. Industrial nº 1.000, distrito Industrial, nesta cidade, CEP 35.000-000 e-mail: xxxxx, em face dos fatos motivos e fundamentos a seguir aduzidos:

DO CONTRATO DE TRABALHO

1. O Reclamante foi admitido para prestar serviços ao Reclamado em 18 de junho de 2011, exercendo a função de auxiliar de produção, recebendo salário de R\$ 1.500,00 mensais.

2. Em 30 de novembro de 2017, o Reclamante foi dispensado, sem justa causa, sendo indenizado o aviso prévio.

JORNADA DE TRABALHO

3. A jornada de trabalho cumprida pelo autor era das 07 às 17 horas, com 01h de intervalo para alimentação e descanso, de segunda-feira a sábado, perfazendo o total de 54 horas semanais.

4. Como a jornada máxima prevista no artigo 7º, inciso XIII, da Constituição Federal é de 08 horas diárias e 44 horas semanais, percebe-se que o reclamante prorrogava sua jornada sem receber a correspondente contraprestação pecuniária.

5. As horas extras devem ser pagas com adicional de 50%, conforme estabelecido pelo artigo 7º, inciso XVI da Carta Magna

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

6. O Reclamante, no exercício de sua função de auxiliar de produção ficava exposto a ruído excessivo, em razão do maquinário utilizado na fabricação dos produtos da reclamada.

7. O artigo 189 da CLT considera como insalubres as atividades que exponham os empregados a agentes nocivos à sua saúde

8. Por sua vez, a NR-15, aprovada pelo Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, ao classificar as atividades insalubres inclui o ruído dentre os agentes agressores, fixando no Anexo 1, os limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente.

9. O ruído no ambiente de trabalho do reclamante era acima do limite de tolerância previsto na norma acima mencionada.

10. Sendo assim, nos termos do artigo 192 da CLT, o autor tem o direito ao recebimento do adicional de insalubridade, em grau médio, no percentual de 20% do salário mínimo.

DO PEDIDO

11. Ante o exposto, requer:

a) o pagamento de horas extras excedentes à 44ª hora semanal, acrescidas do adicional de 50%, mais reflexos sobre R.S.R., 13º salário, férias mais 1/3, FGTS mais 40% e aviso prévio: R\$ 34.930,00;

b) o pagamento do adicional de insalubridade, em grau médio, no percentual de 20% sobre o salário mínimo, mais reflexos sobre 13º salário, férias mais 1/3, FGTS mais 40% e aviso prévio: R\$ 14.870,00.

12. Requer que seja determinada a notificação da Reclamada, no endereço acima mencionado, para comparecer à audiência a ser designada, quando, querendo, poderá apresentar defesa, sob pena de revelia e confissão, bem como, ao final, que seja a presente reclamatória julgada totalmente procedente, condenando-se a Reclamada ao pagamento das parcelas pleiteadas, acrescidas de juros e correção monetária, além de honorários advocatícios no percentual de 5% a 15% (artigo 791-A da CLT), custas e demais cominações de estilo.

13. Requer a concessão dos benefícios da assistência judiciária, nos termos do artigo 98 do CPC, por ser o Reclamante pobre no sentido legal, não podendo arcar com as despesas do processo sem prejuízo de seu sustento, consoante declaração anexa.

14. Protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, tais como depoimento pessoal do representante legal da Reclamada sob pena de confissão, inquirição de testemunhas, juntada posterior de documentos, especialmente a produção de prova pericial para apuração da insalubridade, como exige o artigo 195, § 2º da CLT.

15. Dá-se à causa o valor de R\$ 49.800,00 (quarenta e nove mil e oitocentos) para fins de alçada e rito processual.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Governador Valadares/MG, XX/XX/XXXX.

ADVOGADO
OAB/MG nº XXXXX

Fonte: Sala de aula de Prática de Processo do Trabalho.

Petição 3 – sala de aula

Quadro 5: Petição 3 – Sala de aula (8º período).

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA – VARA DO TRABALHO DE GOVERNADOR VALADARES – MG

JOSÉ MARIA DA SILVA, brasileiro, casado, auxiliar de Produção, RG nº MG-XXXXX SSP/MG, CPF nº 098.651.706-87 e da CTPS nº 86754 - série 0030/MG, inscrito no PIS sob o nº 123.6789. 948, filho de Maria da Silva, residente e domiciliado na Israel pinheiro nº 4.500, Bairro de Lourdes, Governador Valadares-MG, CEP (...), e-mail: (...), por seu procurador e advogado que esta subscreve, procuração em anexo, com escritório profissional na rua (...), bairro (...), e-mail (...), Governador Valadares-MG onde recebe avisos e intimações, vem com fulcro no artigo 840 e seguintes da CLT, à presença de V.Exa. para propor a presente

RECLAMATÓRIA TRABALHISTA

contra **INDUSTRIAL VALADARES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.876.581/0001-89, estabelecida na Av. Industrial nº 1. 000, Distrito Industrial, Governador Valadares-MG, CEP (...), e-mail: (...), em face dos fatos, motivos e fundamentos a seguir:

DO CONTRATO DE TRABALHO

O Reclamante foi admitido para prestar serviços ao Reclamado em 18 de junho de 2011, exercendo a função de auxiliar de produção, recebendo salário de R\$ 1. 500, 00 mensais.

Em 30 de novembro de 2017, o Reclamante foi imotivadamente dispensado sem justa causa sendo indenizado o aviso prévio.

JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho cumprida pelo autor era das 07 às 17 horas, com 1h de intervalo para alimentação e descanso, de segunda-feira a sábado, perfazendo o total de 54 horas semanais.

Como a jornada máxima prevista no artigo 7º, inciso XIII, da Constituição Federal é de 08 horas diárias e 44 horas semanais, percebe-se que o reclamante prorrogava sua jornada, sem receber a correspondente contraprestação pecuniária.

As horas extras devem ser pagas com adicional de 50%, conforme estabelecido pelo artigo 7º, inciso xvi da carta Magna

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

O Reclamante, no exercício de sua função de auxiliar de produção, ficava exposto a ruído excessivo, em razão do maquinário utilizado na fabricação dos produtos da reclamada.

O artigo 189 da CLT considera como insalubres as atividades que exponham os empregados a agentes nocivos à sua saúde.

Por sua vez, a NR-15, aprovada pelo Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, ao classificar as atividades insalubres inclui o ruído dentre os agentes agressores, fixando no Anexo 1, os limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente.

O ruído no ambiente de trabalho do reclamante era acima do limite de tolerância previsto na norma acima mencionada.

Sendo assim nos termos do artigo 192 da CLT, o autor tem direito ao recebimento do adicional de insalubridade, em grau médio, no percentual de 20% do salário mínimo.

DO PEDIDO

Ante o exposto, requer:

a) O pagamento de horas extras excedentes à 44ª hora semanal, acrescidas do adicional de 50%, mais reflexos sobre R.S.R., 13º salário, férias mais 1/3 FGTS mais 40% e aviso prévio: R\$ 30. 000, 00

b) O pagamento do adicional de insalubridade, em grau médio, no percentual de 20% sobre o salário mínimo, mais reflexos sobre 13º salário, férias mais 1/3, FGTS mais 40% e aviso prévio: R\$ 20. 000,00.

c) Requer que seja determinada a notificação da Reclamada, no endereço acima mencionado, para comparecer à audiência a ser designada, quando, querendo, poderá apresentar defesa sob pena de revelia e confissão, bem como, ao final, que seja a presente reclamatória julgada totalmente procedente, condenando-se a Reclamada no pagamento das parcelas pleiteadas, acrescidas de juros e correção monetária, além de honorários advocatícios no percentual de 5% a 15% (artigo 791-A da CLT), custas e demais cominações de estilo.

Requer a concessão dos benefícios da assistência judiciária nos termos do artigo 98 do CPC, por ser o Reclamante pobre no sentido legal, não podendo arcar com as despesas do processo sem prejuízo de seu sustento, consoante declaração anexa.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, tais como depoimento pessoal do representante legal da Reclamada, sob pena de confesso, inquirição de testemunhas, juntada posterior de documentos, especialmente a produção de prova pericial para apuração da insalubridade, como exige o artigo 195, § 2º da CLT.

(quarenta e nove mil e oitocentos) para fins de alçada e rito processual.¹¹

Dá-se à causa o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Termos em que, pede deferimento,

Governador Valadares, 21 de Fevereiro de 2018

Nome do Advogado
OAB (...)

Fonte: Sala de aula de Prática de Processo do Trabalho.

Inicialmente, com a análise atenta das petições produzidas em sala de aula, encontramos evidências concernentes aos parâmetros do mundo físico e, conforme o contexto de produção, os parâmetros do mundo sociossubjetivo. A tabela 9 a seguir apresenta tais evidências relacionadas à/ao **emissor físico e social; receptor físico e social; lugar físico; momento de produção; formação social; objetivo da interação; conteúdo temático**.

Tabela 9: Parâmetros/Evidências do mundo físico.

Parâmetros do mundo físico	Evidências nos textos
Emissor Físico	Estudantes do Curso de Direito que cumprem a disciplina Prática de Processo do Trabalho e estão em fase final da graduação (8º período do curso).
Emissor Social (papel social do emissor)	Advogado (que o estudante simula ser ao final da petição inicial).
Receptor Físico	Professor (representando o papel de juiz).
Receptor Social (papel social do receptor)	Autoridade máxima no universo jurídico que decidirá sobre os direitos pleiteados na petição. Com graduação em Direito e aprovação em um concurso, o juiz tem preparação para o cargo e determina, inclusive, o que deve ou não conter uma petição inicial.
Lugar físico da produção	Sala de aula
Momento de produção	Momento da aula, durante 1h40min. A petição atende a um caso apresentado pelo professor da disciplina, de demanda trabalhista, para treinamento da produção da petição inicial.

¹¹ No excerto em análise, entendemos que o trecho que sobra na petição 03 é fragmento copiado das petições 01 e 02 (únicas digitadas entre os alunos da turma). Dessa forma, consideramos que o ato de copiar-colar (RINCK, 2014) surge como uma possibilidade para melhor compreender a relação entre a cultura dos "nativos digitais", as expectativas da academia e as dificuldades do indivíduo que chega ao ensino superior. Porém, em virtude do nosso foco analítico, a questão não será desenvolvida nesta análise.

	O tempo para a elaboração da petição foi de 1h40min, durante duas aulas geminadas do professor com a turma.
Formação social a qual participa a interação	Esfera jurídica (situação simulada em sala de aula).
Objetivo da interação	O objetivo é apresentar, em uma situação simulada de interlocução, uma demanda a um juiz, acionando um processo jurídico. A situação simulada refere-se a uma tarefa de sala de aula.
Conteúdo temático	Reclamatória trabalhista

Fonte: Elaborado pela autora.

O aluno de Direito, nos textos aqui analisados, reconhece e caracteriza linguisticamente os emissores, os receptores, o lugar físico e o momento da produção, a formação social na qual se insere o gênero de texto, o objetivo da interação. Além disso, no texto elaborado, ele retrata o conteúdo temático da petição, a formatação da página, e a assinatura do advogado (do aluno em situação simulada). Esses são elementos sinalizadores importantes para a produção de texto de acordo com as especificidades do gênero petição inicial.

Há, nas produções analisadas, uma recorrência desses elementos que compõem um conjunto de informações importantes para a estrutura do texto: endereçamento ao juiz do caso; qualificação das partes; os fatos e fundamentos jurídicos; os pedidos; o valor da causa; o fechamento da petição. Em virtude dessas características formulaicas, a análise desta etapa é importante para a compreensão da relação que o sujeito-produtor estabelece entre os parâmetros do mundo físico e os do mundo sociossubjetivo.

Além disso, essa recorrência corrobora o fato de o aluno de Direito ter assimilado, desde a sala de aula, pela sua prática de escrita, aspectos concernentes ao gênero de texto petição inicial. Acreditamos que (re)conhecer esses recursos pode cooperar com a inserção do estudante no contexto de estágio supervisionado obrigatório (contexto profissional no caso desta pesquisa).

Nossos dados indicam que os parâmetros do mundo físico a que o gênero está atrelado já são dominados pelos alunos do curso de Direito que colaboraram com esta pesquisa, com base em todos os textos da sala de aula válidos para análise nesta seção. Na subseção a seguir, investiremos no aprofundamento do estudo no que tange a questões relacionadas à infraestrutura textual do gênero em foco.

4.1.2 Etapa 2: Para produzir uma petição, o que é indispensável?

No nível da estrutura composicional, conforme arquitetura textual de Bronckart (1999), identificamos nos textos produzidos em sala de aula um plano de texto bem definido. De acordo com o gênero solicitado na proposta do professor, os textos apresentam:

- a) endereçamento ao juiz responsável pelo caso;
- b) qualificação das partes: do reclamante (com todas as informações fornecidas na proposta);
- c) os fatos e fundamentos jurídicos (relacionados aos direitos do reclamante, segundo a narração do ocorrido e apresentado na proposta de atividade – do contrato de trabalho, jornada de trabalho, da insalubridade/periculosidade);
- d) os pedidos;
- e) o valor da causa;
- f) o fechamento da petição.

Nesses textos, há uma preocupação do sujeito-produtor com o destinatário, que é um leitor específico da petição. A partir disso, o aluno tem clareza de que no plano da ação de linguagem, ele precisa organizar a argumentação a partir da interação com esse destinatário. Aventamos a hipótese de que obedecer à estrutura composicional proposta no NCPC (BRASIL, 2015) é importante para o sujeito-produtor em virtude de sua petição não ser rejeitada pelo seu destinatário que tem o poder para fazê-lo. Nesse sentido, o sujeito-produtor dá destaque, entre as partes da petição, para a proposição “*Reclamatória Trabalhista*” (sintagma nominal acompanhado de expressão caracterizadora), a fim de identificar a demanda adequada à Vara a que se destina a petição.

Reforçamos que não nos causa surpresa o aluno utilizar os elementos da estrutura composicional do gênero adequadamente, ainda que seja uma das primeiras

produções desse gênero durante o curso¹². Por se tratar de uma atividade de sala de aula, a proposta do professor objetiva que o aluno demonstre o (re)conhecimento das características do gênero petição, as quais ele já vinha trabalhando ao longo do semestre.

Diante da situação de comunicação proposta (no contexto acadêmico), o aluno é chamado a exercer sua capacidade de manejar elementos linguístico-discursivos que permitam que seu texto seja reconhecido como pertencente ao gênero petição inicial. A tabela 10 a seguir evidencia como os principais elementos textuais inerentes à petição inicial aparecem nos textos que compõem nosso corpus de pesquisa.

Tabela 10: Síntese das petições de sala de aula.

PETIÇÃO INICIAL	ENDEREÇAMENTO	QUALIFICAÇÃO DO RECLAMANTE	PROPOSIÇÃO: RECLAMATÓRIA TRABALHISTA	QUALIFICAÇÃO DO RECLAMADO	FATOS E FUNDAMENTOS			PEDIDOS	VALOR DA CAUSA	DESPEDIDA	DATA	ASSINATURA/REGISTRO OAB
					C. T.	J. T.	I./P.					
P1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
P2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
P3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
P4	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
P5	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
P6	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
P7	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
P8	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
P9	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
P10	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
P11	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
P12	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
P13	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

¹² A disciplina de Prática de Processo do Trabalho é a disciplina destinada a ensinar o aluno a produzir a petição inicial de reclamatória trabalhista.

P14	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
-----	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: Elaborado pela autora.

LEGENDA
(Teses defendidas em favor do reclamante)
C.T.: Contrato de Trabalho
J.T.: Jornada de Trabalho
I./P.: Insalubridade/Periculosidade

Ressaltamos que as petições que compõem o corpus de textos da sala de aula, sintetizadas na tabela anterior, demonstram a recorrência dos elementos que compõem o gênero e foram utilizados pelos alunos como sujeitos-produtores. Em virtude disso, passaremos a uma análise mais detalhada no tocante aos aspectos de infraestrutura textual, demonstrando como os tipos e discurso compõem essa primeira camada da arquitetura textual (BRONCKART, 1999).

Quanto ao uso dos tipos de discursos propostos por Bronckart (1999), nos textos produzidos na sala de aula, identificamos o uso constante do discurso teórico e da narração, como exemplificam os excertos 1 e 2 a seguir. Esses tipos de discurso são utilizados para construir de modo adequado a persuasão nas petições iniciais, em estudo neste trabalho.

Excerto 1: Tipos de discursos predominantes.

I – DO CONTRATO DE TRABALHO

O Reclamante foi admitido em 18 de junho de 2011, para prestar serviços à reclamada exercendo a função de auxiliar de produção recebendo o salário de R\$ 1. 500,00, sendo dispensado em 30 de novembro de 2017 sem justa causa, sendo indenizado o aviso prévio.

II – JORNADA DE TRABALHO

O reclamante laborava de segunda-feira a sábado, das 07 às 17 horas com 01 hora de intervalo para alimentação e descanso, perfazendo o total de 54 horas semanais.

[...]

Fonte: Petição 01 da sala de aula

No excerto 1 "*O Reclamante foi admitido em 18 de junho de 2011*" e "*O reclamante laborava de segunda-feira a sábado, das 07 às 17 horas com 01 hora [...]*", a narração resulta do objetivo do sujeito-produtor de retratar dados concretos sobre o fato que motiva o litígio. Informações como a data da admissão, a frequência com a qual trabalhava o reclamante (*de segunda a sábado*) e o horário de trabalho demonstram a disjunção do fato às coordenadas gerais do mundo discursivo do sujeito-produtor.

Esses recursos assinalam o fato no tempo e no espaço e cooperam para a

semiotização do mundo discursivo do "narrar". Por outro lado, a organização da oração com sujeito em 3ª pessoa do singular (*O reclamante*) e os verbos de ação (*prestar, exercendo, recebendo, laborava, perfazendo*) registram a autonomia desse tipo de discurso (BRONCKART, 1999). Constatamos que há um distanciamento do sujeito-produtor do fato relatado pelo reclamante.

Ainda sobre os tipos de discursos presentes nas petições de sala de aula, vale ressaltar a presença do discurso teórico como no excerto 2 a seguir:

Excerto 2: Discursos predominantes.

II – JORNADA DE TRABALHO
 [...]
 Como a jornada máxima prevista no artigo 7º, inciso XIII da Constituição Federal é de 08 horas diárias e 44 horas semanais, percebe-se que o reclamante prorrogava sua jornada, sem receber a correspondente contraprestação pecuniária destas horas extraordinárias e seus reflexos, tampouco na sua rescisão contratual valores estes que faz jus o reclamante em receber.

III – DA INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE
 O Reclamante, no exercício de sua função de auxiliar de produção, ficava exposto a ruído excessivo, em razão do maquinário utilizado na fabricação dos produtos da reclamada, porém nunca recebeu nenhum valor em contra partida.
O artigo 189 da CLT considera como insalubres as atividades que exponham os empregados a agentes nocivos à sua saúde.
Por sua vez, a NR-15, aprovada pela portaria nº 3. 214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, ao classificar as atividades insalubres, inclui o ruído dentre os agentes agressores, fixando no Anexo 1 os limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente.

Fonte: Petição 01 da sala de aula

Nesse excerto, o discurso teórico em: "**Como a jornada máxima prevista no artigo 7º, inciso XIII da Constituição Federal é de 08 horas diárias e 44 horas semanais[...]**"; "**O artigo 189 da CLT considera como insalubres as atividades que exponham os empregados a agentes nocivos à sua saúde.**"; e, "**Por sua vez, a NR-15, aprovada pelo portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, ao classificar as atividades insalubres[...]**" é resultado da intenção de fundamentar os fatos relatados. Ou seja, demonstrar a implicação desse tipo de discurso na composição do gênero, utilizando unidades linguísticas inerentes a ele (BRONCKART, 1999).

Para fundamentar o direito do reclamante, o sujeito-produtor utiliza os documentos da área jurídica (grifos no excerto), construindo uma exposição conjunta às coordenadas gerais do seu mundo discursivo. De igual forma, ao utilizar a construção da oração em 3ª pessoa do singular, tornando o discurso impessoal, esse sujeito evidencia a autonomia frente ao seu ato de produção.

Há uma preocupação do aluno do curso de Direito em relacionar os documentos legais aos direitos que foram negados ao reclamante, com base nos fatos ocorridos. Com os recursos linguísticos "*jornada máxima prevista*", "*considera como insalubres as atividades que exponham*" e "*ao classificar as atividades insalubres*", esse aluno demonstra sua apropriação das operações linguísticas-discursivas que lhe permitem relacionar o conteúdo temático da petição, seu propósito comunicativo, o estilo e a composição do gênero.

O excerto 3 a seguir exemplifica como, após assimilar os tipos de discursos predominantes da petição, o sujeito-produtor constrói a argumentação no gênero. Ele combina esses tipos de discursos, articulando as sequências narrativa e expositiva (BRONCKART, 1999) na seção fatos e fundamentos da peça jurídica:

Excerto 3: Relação entre as sequências narrativa e expositiva

JORNADA DE TRABALHO

3. A jornada de trabalho cumprida pelo autor era das 07 às 17 horas, com 01h de intervalo para alimentação e descanso, de segunda-feira a sábado, perfazendo o total de 54 horas semanais.

4. Como a jornada máxima prevista no artigo 7º, inciso XIII, da Constituição Federal é de 08 horas diárias e 44 horas semanais, percebe-se que o reclamante prorrogava sua jornada sem receber a correspondente contraprestação pecuniária.

5. As horas extras devem ser pagas com adicional de 50%, conforme estabelecido pelo artigo 7º, inciso XVI da Carta Magna

Fonte: Petição 02 da sala de aula.

No excerto 3, a sequência narrativa: "*A jornada de trabalho cumprida pelo autor era das 07 às 17 horas*" é seguida por uma sequência expositiva: "*Como a jornada máxima prevista no artigo 7º, inciso XIII, da Constituição Federal é de 08 horas diárias e 44 horas semanais [...]*". Essa operação deixa claro o objetivo do sujeito-produtor de estabelecer uma interação com seu destinatário (o juiz) e endossar um pedido legal: "***As horas extras devem ser pagas com adicional de 50%, conforme estabelecido pelo artigo 7º, inciso XVI da Carta Magna.***"

A partir dessa análise, aventamos que o aluno do Curso de Direito percebe a necessidade de combinar na seção fatos e fundamentos da petição sequências narrativas e expositivas, a fim de construir os tipos de discurso teórico e a narração. Dessa forma, consideramos que esse sujeito se apropria das unidades linguísticas essenciais para a progressão de seu texto, manutenção da informação, bem como a persuasão de seus argumentos frente ao destinatário dessa peça.

Nessa análise, com base no modelo da arquitetura interna de textos (BRONCKART, 1999), a noção de tipos de discursos nos parece somente uma das nossas categorias entre as demais. No entanto, sem dúvida alguma, esta é a ideia central no modelo e consideramos que ele constitui uma das maiores contribuições do ISD para a análise de textos e de gêneros de textos.

Portanto, reforçamos que os tipos de discursos são definidos como segmentos que, essencialmente, entram na constituição dos gêneros de textos, vistos como uma prática social de escrita. Na proposta deste trabalho, essa noção de gênero nos possibilita uma aproximação com a noção de letramento que entendemos como um lugar de interações, em uma situação de ação de linguagem com a finalidade de atender a um objetivo comunicativo. (STREET, 2011).

Como em todas as atividades humanas, nesse lugar das interações, o sujeito é agente e produtor em e do seu texto (BRONCKART, 1999). Como sujeitos letrados (ou em processo de letramento) esses alunos participam das práticas sociais de escrita promovidas pelo professor da disciplina *Prática de Processo do Trabalho*, visando à produção da petição inicial por ele demandada e aqui em análise.

Desse modo, nossa pesquisa corrobora o caráter social, contextualizado e histórico dos letramentos acadêmico e profissional que o aluno desenvolve ao longo de sua formação no Curso de Direito. Analisar a textualidade dessas peças jurídicas evidencia o percurso pessoal do sujeito em valer-se da escrita como uma forma de inserir-se no contexto profissional do operador do Direito. Afinal, esse profissional, em vários momentos, deve produzir uma petição inicial ou lidar com ela.

É fato que identificar nos textos produzidos em sala de aula a construção dos tipos de discursos teórico e a narração demonstra a preocupação do aluno do Direito com a argumentatividade na sua petição e a assimilação da relação entre o ato de produção e as coordenadas gerais dos mundos discursivos. Porém, isso não deixa de ser um aspecto que precisamos aprofundar, na subseção a seguir, sob outras perspectivas, utilizando categorias que nos possibilitam olhar o texto na camada mais interna da arquitetura textual de Bronckart (1999).

4.1.3 Etapa 3: Como textualizar o texto e torná-lo compreensível?

Quanto aos mecanismos de textualização, na construção da petição da sala de aula chamam-nos a atenção aspectos como a coesão nominal, a conexão e a coesão verbal. Dessa forma, nesta subseção nos deteremos nas marcas de construção das cadeias referenciais na petição, na construção da coesão nominal; nas marcas de conexão (os conectivos) entre os tipos de discurso teórico e a narração; os tempos verbais na correlação entre os tipos de discurso que constituem a coesão verbal.

Consideramos, após análise, que essas marcas indicarão pistas linguístico-discursivas que corroborem a apropriação do gênero petição inicial como uma contribuição para tornar o estudante do Curso de Direito letrado no mundo acadêmico, auxiliando-o na transição do contexto universitário para o mundo do trabalho.

4.1.3.1 A coesão nominal

Fundamental para garantir a argumentação do texto e contribuir para a constituição do próprio gênero, no excerto 4, o sujeito-produtor constrói os núcleos nominais *reclamante e reclamado* para apresentar a qualificação das partes. No excerto também é possível verificar a retomada desses núcleos por meio de repetição de outros termos e de elipses.

Excerto 4: Construção dos núcleos nominais.

JOSÉ MARIA DA SILVA brasileiro casado industrial, portador da Carteira de Identidade n° MG-(...), do CPF n° (...) e da CTPS n° (...) -série (...), inscrito no PIS sob o n° (...), filho de (...), residente e domiciliado na Avenida JK, n° 2. 000 Bairro vila Rica nesta cidade, CEP 35. 000-000 e-mail: (...), por seu procurador e advogado que esta subscreve, mandato incluso com escritório profissional no endereço Rua (...), n° (...), Bairro (...), nesta cidade, CEP 35. 000-000 onde recebem avisos e intimações, vem, com base no artigo 840 e seguinte da CLT, à presença de V. Exa. para propor a presente:

RECLAMATÓRIA TRABALHISTA em face de:

INDUSTRIAL VA LADARES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 09. 876. 581/0001-89, estabelecida na Av. Industrial n° 1. 000 distrito Industrial, nesta cidade, CEP 35. 000-000 e-mail: xxx em face dos fatos motivos e fundamentos a seguir aduzidos:

I – DO CONTRATO DE TRABALHO

O Reclamante foi admitido em 18 de junho de 2011, para prestar serviços à reclamada exercendo a função de auxiliar de produção recebendo o salário de R\$ 1. 500,00, sendo dispensado em 30 de novembro de 2017 sem justa causa, sendo indenizado o aviso prévio.

II – JORNADA DE TRABALHO

O reclamante laborava de segunda-feira a sábado, das 07 às 17 horas com 01 hora de intervalo para alimentação e descanso, perfazendo o total de 54 horas semanais.

Como a jornada máxima prevista no artigo 7º, inciso XIII da Constituição Federal é de 08 horas diárias e 44 horas semanais, percebe-se que o reclamante prorrogava sua jornada, sem receber a correspondente contraprestação pecuniária destas horas extraordinárias e seus reflexos, tampouco na sua rescisão contratual valores estes que faz jus o reclamante em receber.

Fonte: Petição 01 da sala de aula

Conforme o NCPD (Brasil, 2015), o sujeito-produtor inicia sua petição qualificando as partes do litígio sem mencionar os sintagmas nominais *reclamante e reclamado*. No entanto, no excerto, assim como em todas as petições analisadas, o aluno opera a recuperação desses termos pelo contexto e pela própria prática social.

No gênero, face a uma reclamatória, o *reclamante e o reclamado* são introduzidos como elementos novos com a função de retomada das unidades “*José Maria da Silva*” e “*Industrial Valadares Ltda*”¹³. A operação linguístico-discursiva é utilizada para a construção da coesão nominal, o que também garante a manutenção do conteúdo temático e a progressão textual na petição elaborada pelo aluno.

Em conformidade com a perspectiva interacionista, o aluno em formação no Curso de Direito apresenta domínio dos objetos do discurso *reclamante e reclamado*, compreendendo o valor desses objetos para a produção de sentido no gênero. Os referentes são produzidos no interior do discurso e modificados no desenvolvimento do texto por meio de estratégias de referenciação. Como forma de continuidade no texto, o sujeito-produtor opera a retomada desses sintagmas nominais também por meio de **elipses**, como no excerto 5 a seguir:

Excerto 5: Uso de Elipse.

III – DA INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE

O Reclamante, no exercício de sua função de auxiliar de produção, ficava exposto a ruído excessivo, em razão do maquinário utilizado na fabricação dos produtos da reclamada, porém nunca **recebeu** nenhum valor em contra partida.

Fonte: Petição 02 da sala de aula

No trecho: “[...] *porém* \emptyset *nunca* **recebeu** *nenhum valor em contra partida.*”¹⁴ o sujeito-produtor estabelece uma relação entre o texto e o contexto de produção textual. Ele remete ao referente *reclamante* por meio da supressão do sujeito do verbo *receber* que pode ser subentendido pelo contexto linguístico ou pela situação. No

¹³ Os nomes e informações pessoais das partes nas petições em sala de aula são dados fictícios apresentados pelo professor na proposta de atividade. Dessa forma, tais dados não foram omitidos nas análises neste trabalho.

¹⁴ A transcrição do trecho obedeceu à escrita do sujeito-produtor em sua produção textual.

trecho em análise, o aluno opera também a **elipse** (\emptyset) para a criação dessa cadeia referencial e utiliza o recurso repetidamente no corpus analisado. Essa operação linguístico-discursiva é uma estratégia de referenciação que possibilita averiguar as informações acionadas na memória discursiva do usuário da língua e não unicamente constatar seu antecedente (no mundo ou no texto).

De mesmo modo, para desenvolvimento do texto, o sujeito-produtor utiliza, no excerto 6, a seguir, a **substituição do referente pelo sintagma nominal "o autor"**. Essa estratégia tem o intuito de retomar o núcleo referencial, manter a mesma informação no texto e fazê-lo progredir:

Excerto 6: Retomada do referente por outros termos.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

[...]

10. Sendo assim, nos termos do artigo 192 da CLT, **o autor** tem o direito ao recebimento do adicional de insalubridade, em grau médio, no percentual de 20% do salário mínimo.

Fonte: Petição 02 da sala de aula

Vale ressaltar que, além do excerto anterior, a retomada por meio do sintagma nominal **o autor** ocorre ainda no trecho: *“A jornada de trabalho cumprida pelo **autor** era das 07 às 17 horas [...]”*. Na sequência narrativa, o sujeito-produtor utiliza o termo para referir-se ao protagonista do texto, o sujeito-reclamante.

Consideramos que, pelas práticas de linguagem nesse contexto, com base nos exemplos apresentados, os alunos do curso de Direito constroem cadeias referenciais adequadas ao gênero e as utilizam como um princípio de elaboração textual (KOCH, 2008). Essas construções procedem das interações desses indivíduos entre si e com o mundo que os rodeia (MONDADA e DUBOIS, 2003).

No tocante ainda à coesão nominal, encontramos nestes textos de sala de aula evidências de que o sujeito-produtor estabelece as cadeias referenciais do *reclamante* e *reclamado* por meio de recursos como o **gerúndio**. O excerto 7 demonstra isso:

Excerto 7: Uso do gerúndio nas cadeias referenciais.

DO CONTRATO DE TRABALHO

O Reclamante foi admitido para prestar serviços ao Reclamado em 18 de junho de 2011, **exercendo** a função de auxiliar de produção, **recebendo** salário de R\$ 1.500,00 mensais.

Em 30 de novembro de 2017, o Reclamante foi imotivadamente dispensado sem justa causa **sendo** indenizado o aviso prévio.

Fonte: Petição 03 da sala de aula.

No excerto 7, o **gerúndio**, basicamente usado para expressar uma ação contínua ou compor orações subordinadas reduzidas (CUNHA & CINTRA, 2001), é utilizado para as retomadas dos referentes principais na construção do gênero de texto. Ressaltamos que esse uso é comum na área jurídica e bastante recorrente no corpus analisado.

Em nossa análise, consideramos importante ressaltar que o aluno, ao produzir as petições em sala de aula, como uma atividade da disciplina *Prática de Processo do Trabalho*, não diversifica os recursos que utiliza para a manutenção das cadeias referenciais do *reclamante e do reclamado*. Os trechos: "**O Reclamante** foi admitido para[...]"; "[...] **O Reclamante** foi imotivadamente dispensado sem justa causa [...]"; "**O Reclamante**, no exercício de sua função de auxiliar de produção [...]" ilustram essa recorrência no corpus.

O sujeito-produtor limita-se, além dos sintagmas nominais, ao uso das operações já mencionadas nesta análise: elipse; substituição por outro item lexical - o autor; gerúndio. Embora esse sujeito tenha consciência de que precisa fazer as retomadas para garantir a coesão no texto, acreditamos que o contexto de produção (de situação simulada em sala de aula) e a possível falta de repertório linguístico do estudante não favorecem a diversidade lexical na sua peça jurídica.

Finalmente, entre os recursos utilizados pelo aluno do Direito na elaboração das petições em sala de aula, em análise nesta seção, constatamos o emprego de **pronomes anafóricos** para a construção da coesão nominal. Os excertos 8 a 10 demonstram a recorrência desse uso nas três petições que nos servem de exemplo de todo o corpus analisado:

Excerto 8: Uso do pronome possessivo.

II – JORNADA DE TRABALHO

[...]

Como a jornada máxima prevista no artigo 7º, inciso XIII da Constituição Federal é de 08 horas diárias e 44 horas semanais, percebe-se que o reclamante prorrogava **sua** jornada, sem receber a correspondente contraprestação pecuniária destas horas extraordinárias e seus reflexos, tampouco na **sua** rescisão contratual valores estes que faz jus o reclamante em receber.

III – DA INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE

O Reclamante, no exercício de **sua** função de auxiliar de produção, ficava exposto a ruído excessivo, em razão do maquinário utilizado na fabricação dos produtos da reclamada, porém nunca recebeu nenhum valor em contra partida.

Fonte: Petição 01 da sala de aula.

Excerto 9: Uso do pronome possessivo.

<p>JORNADA DE TRABALHO [...] 4. Como a jornada máxima prevista no artigo 7º, inciso XIII, da Constituição Federal é de 08 horas diárias e 44 horas semanais, percebe-se que o reclamante prorrogava sua jornada sem receber a correspondente contraprestação pecuniária. [...]</p> <p>ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 6. O Reclamante, no exercício de sua função de auxiliar de produção ficava exposto a ruído excessivo, em razão do maquinário utilizado na fabricação dos produtos da reclamada.</p>
--

Fonte: Petição 02 da sala de aula.

Excerto 10: Uso do pronome possessivo.

<p>JORNADA DE TRABALHO [...] Como a jornada máxima prevista no artigo 7º, inciso XIII, da Constituição Federal é de 08 horas diárias e 44 horas semanais, percebe-se que o reclamante prorrogava sua jornada, sem receber a correspondente contraprestação pecuniária. [...]</p> <p>ADICIONAL DE INSALUBRIDADE O Reclamante, no exercício de sua função de auxiliar de produção, ficava exposto a ruído excessivo, em razão do maquinário utilizado na fabricação dos produtos da reclamada.</p>
--

Fonte: Petição 03 da sala de aula.

Nos excertos, o aluno em formação opera a retomada do referente por meio do pronome possessivo "sua". O uso dessa **anáfora** reforça o núcleo referencial e evidencia que tal operação linguístico-discursiva é resultado das interações do sujeito-produtor com o mundo que o cerca e suas práticas de linguagem também no curso de Direito.

Consideramos que as expressões referenciais não são usadas apenas para "*fazer referir*", mas tratam de recursos que contribuem para dar sentido aos objetos presentes na memória discursiva dos sujeitos (KOCH, 2008). Ou seja, a expressão pronominal indica a direção argumentativa na organização textual e sua contribuição na construção interativa do sentido e, conseqüentemente, na progressão textual da petição.

Essas **anáforas** são, possivelmente, compreendidas pelo sujeito-produtor como responsáveis por sustentar a coesão nominal na camada intermediária da unidade textual e garantir à peça jurídica uma totalidade coerente. Ou melhor, esse aluno compreende também o texto como uma unidade básica de comunicação vinculada a uma situação de ação (BRONCKART, 1999).

Assim, consideramos que as ações realizadas pelos sujeitos e as conceituações que eles organizam ao utilizarem a escrita socialmente (STREET, 2010) demonstram as práticas de letramento que eles vivenciam no curso de Direito e ao longo de sua formação acadêmica. Os dados analisados neste trabalho nos apresentam pistas de como o processo de apreensão e uso dessas operações ocorre à medida que os sujeitos produzem suas petições. A subseção a seguir aprofundará um pouco mais a questão.

4.1.3.2 A conexão

Com vistas a aprofundarmos a problematização deste trabalho e aventar respostas para os questionamentos levantados, observamos os nexos existentes entre os níveis de organização das petições produzidas em sala de aula. Para a associação dos discursos teórico e a narração, o estudante do Direito realiza operações linguístico-discursivas que indicam a interação na qual a escrita está em foco na situação comunicativa (VIANNA, 2016).

No tocante à conexão, observamos as estruturas linguísticas que fazem correlação entre os níveis do texto (BRONCKART, 2009), desempenhando as funções de segmentação, demarcação e ligação, importantes na construção e domínio do gênero pelo sujeito-produtor. Nos excertos 11 a 13 encontramos pistas da conexão estabelecida entre os tipos de discurso identificados anteriormente. Destacamos em negrito a fim de ilustrar nossa análise:

Excerto 11: Conexão entre os tipos de discurso.

II – JORNADA DE TRABALHO

O reclamante laborava de segunda-feira a sábado, das 07 às 17 horas com 01 hora de intervalo para alimentação e descanso, perfazendo o total de 54 horas semanais.

Como a jornada máxima prevista no artigo 7º, inciso XIII da Constituição Federal é de 08 horas diárias e 44 horas semanais, percebe-se que o reclamante prorrogava sua jornada, sem receber a correspondente contraprestação pecuniária destas horas extraordinárias e seus reflexos, tampouco na sua rescisão contratual valores estes que faz jus o reclamante em receber.

III – DA INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE

O Reclamante, no exercício de sua função de auxiliar de produção, ficava exposto a ruído excessivo, em razão do maquinário utilizado na fabricação dos produtos da reclamada, **porém** nunca recebeu nenhum valor em contra partida.

O artigo 189 da CLT considera como insalubres as atividades que exponham os empregados a agentes nocivos à sua saúde.

Por sua vez, a NR-15, aprovada pela portaria nº 3. 214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, ao classificar as atividades insalubres, inclui o ruído dentre os agentes agressores, fixando no Anexo 1 os limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente.

IV-DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

[...]

Fonte: Petição 01 da sala de aula.

Excerto 12: Conexão entre os tipos de discurso.

JORNADA DE TRABALHO

3. A jornada de trabalho cumprida pelo autor era das 07 às 17 horas, com 01h de intervalo para alimentação e descanso, de segunda-feira a sábado, perfazendo o total de 54 horas semanais.

4. **Como** a jornada máxima prevista no artigo 7º, inciso XIII, da Constituição Federal é de 08 horas diárias e 44 horas semanais, percebe-se que o reclamante prorrogava sua jornada sem receber a correspondente contraprestação pecuniária.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

6. O Reclamante, no exercício de sua função de auxiliar de produção ficava exposto a ruído excessivo, em razão do maquinário utilizado na fabricação dos produtos da reclamada.

7. O artigo 189 da CLT considera como insalubres as atividades que exponham os empregados a agentes nocivos à sua saúde

8. **Por sua vez**, a NR-15, aprovada pelo Portaria nº 3. 214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, ao classificar as atividades insalubres inclui o ruído dentre os agentes agressores, fixando no Anexo 1, os limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente.

9. O ruído no ambiente de trabalho do reclamante era acima do limite de tolerância previsto na norma acima mencionada.

10. **Sendo assim**, nos termos do artigo 192 da CLT, o autor tem o direito ao recebimento do adicional de insalubridade, em grau médio, no percentual de 20% do salário mínimo.

DO PEDIDO

11. **Ante** o exposto, requer:

[...]

Fonte: Petição 02 da sala de aula.

Excerto 13: Conexão entre os tipos de discurso.

JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho cumprida pelo autor era das 07 às 17 horas, com 1h de intervalo para alimentação e descanso, de segunda-feira a sábado, perfazendo o total de 54 horas semanais.

Como a jornada máxima prevista no artigo 7º, inciso XIII, da Constituição Federal é de 08 horas diárias e 44 horas semanais, percebe-se que o reclamante prorrogava sua jornada, sem receber a correspondente contraprestação pecuniária.

As horas extras devem ser pagas com adicional de 50%, **conforme** estabelecido pelo artigo 7º, inciso xvi da carta Magna.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

O Reclamante, no exercício de sua função de auxiliar de produção, ficava exposto a ruído excessivo, **em razão** do maquinário utilizado na fabricação dos produtos da reclamada.

O artigo 189 da CLT considera como insalubres as atividades que exponham os empregados a agentes nocivos à sua saúde.

Por sua vez, a NR-15, aprovada pelo Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, ao classificar as atividades insalubres inclui o ruído dentre os agentes agressores, fixando no Anexo 1, os limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente.

O ruído no ambiente de trabalho do reclamante era acima do limite de tolerância previsto na norma acima mencionada.

Sendo assim nos termos do artigo 192 da CLT, o autor tem direito ao recebimento do adicional de insalubridade, em grau médio, no percentual de 20% do salário mínimo.

DO PEDIDO

Ante o exposto, requer:

[...]

Fonte: Petição 03 da sala de aula.

Nesses excertos, observamos que o sujeito-produtor faz uso dos conectivos “*como*”, “*em razão de*”, “*Por sua vez*”, “*Sendo assim*”, “*Ante*” de forma bastante recorrente. Os conectivos servem para articular partes do plano de texto; demarcar fases das sequências textuais; e, ligar as frases sintáticas para a composição de uma sequência textual (BRONCKART, 1999). Embora haja pouca variação de recursos linguísticos, entendemos que o sujeito-produtor reconhece a necessidade do uso dos conectivos nas sequências argumentativas. A utilização desses articuladores tem a função de indicar a ordem lógica dos acontecimentos e do embasamento dos argumentos.

Verificamos, no texto, com o uso dos conectivos, uma articulação lógica entre os requerimentos de direito do reclamante e as ideias apresentadas anteriormente na petição. São conectores textuais que especificam, reforçam, intencionam **consequência** (*em razão de, como, por sua vez*) e **conclusões** para as teses levantadas na petição (*sendo assim, ante o exposto*). (KOCH, 2015).

Nessas petições de sala de aula, o aluno usa conectivos como o **conforme** na inserção de justificativas (argumentos): “[...] **conforme** estabelecido pelo artigo 7º, inciso XVI da carta Magna”. Isso ocorre porque esse argumento sustenta a tese levantada pelo sujeito-produtor de que: “As horas extras devem ser pagas com adicional de 50% [...]”.

Discursivamente, esse sujeito incorpora a seu texto vozes de entidades que assumem (ou a quem é atribuída) a responsabilidade do que é enunciado (BRONCKART, 1999). Nas petições em análise, para reforçar a argumentação sobre a demanda trabalhista do seu suposto cliente, o sujeito-produtor utiliza os documentos legais da área: “a NR-15, aprovada pelo Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego”; o “artigo 192 da CLT”; o “artigo 7º, inciso XIII, da Constituição Federal”, sendo atribuído a essas vozes sociais aquilo que é dito.

De forma similar à coesão nominal, sempre que precisa introduzir ou retomar uma informação no seu texto, o aluno reconhece que precisa utilizar, na petição inicial, conectivos que explicitem as relações existentes entre os elementos de significação expressos pelos sintagmas verbais (BRONCKART, 1999). Essa necessidade é concernente a todos os elementos da situação comunicativa tais como o lugar da

interação, o requerente, o requerido, o destinatário e o textualizador.

Ainda no tocante à conexão, novamente chamamos a atenção para o uso do **gerúndio**, bastante recorrente nas petições de sala de aula em análise neste trabalho. No trecho: “O Reclamante foi admitido em 18 de junho de 2011, para prestar serviços à reclamada **exercendo** a função de auxiliar de produção **recebendo** o salário de R\$ 1.500,00, **sendo** dispensado em 30 de novembro de 2017 sem justa causa, **sendo** indenizado o aviso prévio.”, observamos o uso da forma nominal dos verbos com o intuito de garantir a concatenação lógica entre os tipos de discurso presentes no gênero.

Essa operação linguístico-textual é utilizada em substituição a um conector caso a oração fosse desenvolvida¹⁵. O sujeito-produtor reconhece a necessidade de um elemento para assegurar a argumentatividade/persuasão em seu texto. Desse modo, ele realiza a conexão das ideias na peça jurídica por meio do léxico e da gramática que ele tem disponíveis em seu repertório linguístico de referência (CAVALCANTE, 2014; KOCH, 2015).

Com o uso do **gerúndio**, o aluno em formação garante ao seu texto o encadeamento das ideias, a construção do sentido global e a inter-relação entre as suas partes, sem recorrer a conectivos e outros recursos linguísticos (CAVALCANTE, 2014). Quer dizer, ele organiza de forma linear e superficial esses elementos, estabelecendo as relações de sentido no interior do próprio texto.

Na situação de comunicação proposta para a produção da petição inicial em sala de aula, o aluno do curso de Direito, ao utilizar os conectores (ou recursos em substituição a eles), expressa conexões que concretizam a progressão temática e estabelecem as relações semânticas e/ou discursivas concernentes ao gênero de texto.

Embasamo-nos em Bronckart (2006), já mencionado neste trabalho, para considerar que são essas ações particulares que correspondem às práticas de linguagem projetadas por esses indivíduos em uma atividade social. Tais práticas têm papel primordial no desenvolvimento do ser humano (BRONCKART, 2006), uma vez que a linguagem é uma capacidade humana de garantir a comunicação e o pensamento dos sujeitos socialmente instituídos e dispostos enquanto instrumentos

¹⁵ A forma verbal nas petições elaboradas pelos alunos do curso de Direito em sala de aula inicia orações subordinadas reduzidas de gerúndio.

do agir.

Como já ficou claro neste trabalho, é preciso ainda avançar na pesquisa de uma maior diversidade das operações linguístico-discursivas inerentes ao gênero petição inicial. É nesse sentido que nos propomos a continuar, na subseção a seguir, aprofundando nossas análises a partir da coesão verbal.

4.1.3.3 A coesão verbal

A coesão verbal, estudada pelo ISD (BRONCKART, 1999), é um dos pilares da coerência temática na elaboração do texto. Olhar mais especificamente os elementos que contribuem para a explicitação das relações de continuidade, descontinuidade e/ou de oposição é um dos objetivos desta pesquisa.

Acreditamos que esses elementos podem nos fornecer pistas do processo de letramento do aluno do curso de Direito durante o seu percurso acadêmico. Ou melhor, no tocante à coesão verbal, investigar as operações realizadas pelo estudante para a marcação temporal no texto pode nos propiciar mais evidências sobre o que ele apreendeu da constituição do gênero petição inicial durante sua formação.

Ao narrar, o sujeito-produtor se vale da apresentação de uma sucessão temporal de eventos para marcar os estados inicial e final pelos quais o reclamante passa em seu histórico trabalhista. O excerto 14 a seguir demonstra essa situação:

Excerto 14: Situação inicial e final na narração.

I – DO CONTRATO DE TRABALHO
O Reclamante foi admitido em 18 de junho de 2011, para prestar serviços à reclamada exercendo a função de auxiliar de produção recebendo o salário de R\$ 1. 500,00, sendo dispensado em 30 de novembro de 2017 sem justa causa, sendo indenizado o aviso prévio.

II – JORNADA DE TRABALHO
O reclamante laborava de segunda-feira a sábado, das 07 às 17 horas com 01 hora de intervalo para alimentação e descanso, perfazendo o total de 54 horas semanais.

Fonte: Petição 01 da sala de aula.

Nas sequências narrativas: *“O Reclamante foi admitido em 18 de junho de 2011, para prestar serviços à reclamada [...]”* e *“O reclamante laborava de segunda-feira a sábado, das 07 às 17 horas”* identificamos que é a escolha dos constituintes

obrigatórios nos sintagmas verbais (lexemas verbais e seus determinantes) que indicam uma das formas da coerência temática abordada por Bronckart (2007).

Dessa forma, os **tempos verbais: pretérito perfeito e pretérito imperfeito** caracterizam a escolha que marca a transformação da situação sofrida pelo sujeito-reclamante no texto. Na sequência, o *reclamante*, inicialmente é admitido (situação inicial) e, em seguida, dispensado (situação final) sem justa causa pela *reclamada*.

Além disso, no que concerne à coesão verbal, ressaltamos que as petições em análise são constituídas pelo sujeito-produtor basicamente na temporalidade elementar estabelecida pelo sincronismo dos tempos verbais **pretérito perfeito e presente do indicativo**. Sob esse viés, a correlação entre os tipos de discursos na petição é evidenciada também pelo uso desses tempos verbais.

Na instância enunciativa, o gênero é constituído efetivamente pelo sujeito-produtor com o conteúdo temático marcado no tempo e no espaço da enunciação para demonstrar os fatos ocorridos com o sujeito-reclamante. Para isso é usado o **pretérito perfeito** que apresenta os recuos ao passado do sujeito-reclamante em sua vivência trabalhista e salienta o direito negado a ele.

Pelos demais elementos de temporalidade como **as datas de admissão e demissão** (analisadas anteriormente), o destinatário da petição pode compreender os momentos a que se referem os fatos que moveram o litígio e localizá-los no eixo temporal construído por meio das **formas verbais com valor de anterioridade** (*era, laborava, foi admitido*).

Há recorrência em todo o corpus analisado e exemplificado nos excertos 15 a 17 a seguir o uso do **pretérito perfeito** nas sequências narrativas e **presente do indicativo** nas sequências argumentativas e expositivas.

Excerto 15: Uso dos tempos verbais.

III – DA INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE

O Reclamante, no exercício de sua função de auxiliar de produção, ficava exposto a ruído excessivo, em razão do maquinário utilizado na fabricação dos produtos da reclamada, porém nunca recebeu nenhum valor em contra partida.

O artigo 189 da CLT **considera** como insalubres as atividades que exponham os empregados a agentes nocivos à sua saúde.

Por sua vez, a NR-15, aprovada pela portaria nº 3. 214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, ao classificar as atividades insalubres, **inclui** o ruído dentre os agentes agressores, fixando no Anexo 1 os limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente.

Fonte: Petição 01 da sala de aula.

Excerto 16: Uso dos tempos verbais.

JORNADA DE TRABALHO

3. A jornada de trabalho cumprida pelo autor **era** das 07 às 17 horas, com 01h de intervalo para alimentação e descanso, de segunda-feira a sábado, perfazendo o total de 54 horas semanais.

4. Como a jornada máxima prevista no artigo 7º, inciso XIII, da Constituição Federal é de 08 horas diárias e 44 horas semanais, **percebe-se** que o reclamante **prorrogava** sua jornada sem receber a correspondente contraprestação pecuniária.

5. As horas extras **devem** ser pagas com adicional de 50%, conforme estabelecido pelo artigo 7º, inciso XVI da Carta Magna

Fonte: Petição 02 da sala de aula.

Excerto 17: Uso dos tempos verbais.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

O Reclamante, no exercício de sua função de auxiliar de produção, **ficava** exposto a ruído excessivo, em razão do maquinário utilizado na fabricação dos produtos da reclamada.

O artigo 189 da CLT **considera** como insalubres as atividades que **exponham** os empregados a agentes nocivos à sua saúde.

Por sua vez, a NR-15, aprovada pelo Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, ao classificar as atividades insalubres inclui o ruído dentre os agentes agressores, fixando no Anexo 1, os limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente.

O ruído no ambiente de trabalho do reclamante era acima do limite de tolerância previsto na norma acima mencionada.

Sendo assim nos termos do artigo 192 da CLT, o autor **tem** direito ao recebimento do adicional de insalubridade, em grau médio, no percentual de 20% do salário mínimo.

Fonte: Petição 03 da sala de aula.

Nesses excertos, a coesão verbal, concretizada pelo uso do **pretérito perfeito**, tempo característico da sequência narrativa, revela um processo conclusivo, concernente ao fato vivido pelo sujeito-reclamante. Da mesma forma, a coesão verbal concretizada pelo uso do **presente do indicativo**, tempo característico das sequências argumentativas, retrata um processo ocorrendo no momento da fala (momentâneo) e exprime o valor de simultaneidade entre os fatos ocorridos com o sujeito-reclamante e os direitos garantidos pelos documentos legais.

No excerto 17, o estudante difere e faz uso, de forma apropriada no texto, de sequências argumentativas na construção do discurso teórico e sequências narrativas, no tipo de discurso narração. Nos trechos argumentativos, no ato em que a ação é produzida o processo é expresso pelo verbo no **presente do indicativo**: "*O artigo 189 da CLT **considera** como insalubres as atividades que exponham os empregados a agentes nocivos à sua saúde*"; e "*Como a jornada máxima prevista no artigo 7º, inciso XIII, da Constituição Federal é de 08 horas diárias e 44 horas semanais, **percebe-se** que o reclamante prorrogava sua jornada sem receber a correspondente contraprestação pecuniária.*".

Da mesma forma, o sujeito-produtor demonstra dominar, no trecho cujo tipo de discurso predominante é a narração, a temporalidade da ação produzida na

anterioridade da fala e expressá-la pelo verbo no **pretérito perfeito/pretérito imperfeito**: "*O Reclamante, no exercício de sua função de auxiliar de produção, ficava exposto a ruído excessivo[...]*"; e "*A jornada de trabalho cumprida pelo autor era das 07 às 17 horas [...]*".

As análises nos mostram que é do domínio do sujeito-produtor o segmento da narração marcado pelos dois tempos verbais: o **pretérito perfeito**: "*Em 30 de novembro de 2017, o "Reclamante foi imotivadamente dispensado sem justa causa sendo indenizado o aviso prévio."* e o **imperfeito**: "*[...] que o reclamante prorrogava sua jornada, sem receber a correspondente contraprestação pecuniária destas horas extraordinárias e seus reflexos*". É do seu conhecimento que o referente (o litígio do reclamante) está presente no espaço-tempo da produção textual e que o mundo discursivo da narração é disjunto e autônomo do mundo ordinário (BRONCKART, 1999).

De igual forma, ao utilizar o tempo **presente**: "*[...] o autor tem direito ao recebimento do adicional de insalubridade, em grau médio, no percentual de 20% do salário mínimo."* o estudante constrói sequências expositivas, empregando discurso teórico, cujo caráter é conjunto ao mundo discursivo e o mundo do sujeito-produtor, porém sem marcas de implicação no texto (BRONCKART, 1999). Os verbos têm valor atribuído às relações que exercem entre o momento da fala e o momento do processo que expressam. Ou seja, o sujeito-reclamante só tem direito a reclamar suas verbas rescisórias e jurisdição a recebê-las porque existem documentos que garantem a ele esse direito. Como esses documentos são conjuntos ao mundo discursivo do sujeito-produtor (textualizador do sujeito-reclamante), eles são mencionados no texto por meio do **tempo presente** para embasar o pedido de pagamento na petição inicial.

Em vias de concluir esta seção, ressaltamos que a temporalidade é de fundamental significância no quadro do ISD (BRONCKART, 1999). A partir da sua análise conseguimos investigar o mundo discursivo que foi criado na elaboração do texto, distinguindo-o entre a ordem do expor e do narrar. Desse modo, a temporalidade pode contribuir muito na argumentação/persuasão da petição inicial, atribuindo ao texto a credibilidade do tempo de ocorrência dos fatos e fundamentos.

Nos fatos, pela utilização dos pretéritos (perfeito e imperfeito) para atribuir o valor de anterioridade aos acontecimentos narrados pelo sujeito-reclamante; nos fundamentos, pela utilização do presente para conferir o valor de simultaneidade aos

documentos legais que servem de embasamento para os direitos negados ao suposto cliente.

Sabido como os mecanismos de textualização operam significativamente na construção da textualidade/genericidade da petição inicial, com base nos textos produzidos em sala de aula, na seção seguinte, vamos aprofundar nossas análises a partir do corpus de textos produzidos em situação de estágio profissional, realizado no Núcleo de Direito do Trabalho, já mencionados nesta pesquisa.

4.2 O gênero petição inicial no contexto profissional: o espaço do núcleo de prática (campo de estágio supervisionado obrigatório)

Para a análise das operações linguístico-discursivas utilizadas pelos alunos do curso de Direito na produção de suas petições iniciais no Núcleo de Direito do Trabalho¹⁶, foram considerados três exemplares de textos produzidos no semestre 2018/1. Esses textos foram selecionados conforme critérios descritos em nossa seção de metodologia.

Nesta subseção, serão apresentados os textos e a análise dos dados conforme as três etapas propostas no capítulo anterior. Vale ressaltar que os elementos levados em consideração para a análise são as marcas de construção das cadeias referenciais no gênero, as marcas de conexão e seus conectivos, bem como os tempos verbais responsáveis pela coesão estabelecida entre os tipos de discursos teórico e a narração.

4.2.1 Etapa 1: Produzir a partir de que contexto comunicativo?

No Núcleo de Direito do Trabalho (e campo de estágio), as petições são elaboradas em grupo de quatro a cinco alunos. A coordenação do espaço é realizada por dois profissionais do Direito, responsáveis pela demanda recebida, distribuição das tarefas entre os estagiários e funcionamento/controlado das atividades.

¹⁶ O nome completo do Núcleo foi omitido devido aos critérios éticos observados nesta pesquisa.

As petições analisadas neste espaço são de reclamatória trabalhista, em situação real no campo de estágio, por isso entendidas como uma prática de escrita profissional. Foram produzidas a partir de um contexto extralinguístico, em que o assistido¹⁷, ao chegar ao núcleo, relata para o sujeito-produtor, aluno do curso de Direito, os fatos e as ações que ocorreram em sua última vivência trabalhista.

Os estagiários, ao receberem as demandas de violação do direito do empregado, reúnem-se em grupo, sob a orientação e supervisão das coordenadoras do espaço. Eles discutem as teses do caso relatado e pesquisam sobre os fundamentos jurídicos para sustentação dos fatos de que tomaram conhecimento. Em seguida, elaboram colaborativamente a petição inicial.

Para a elaboração, os estagiários podem recorrer às peças jurídicas arquivadas no núcleo, consultar os demais colegas estagiários, recorrer a banco de modelos disponíveis na internet ou a outros a que tiverem acesso. Além disso, observamos *in loco* que eles podem contar com o auxílio de uma funcionária técnica, ex-aluna do curso de Direito da instituição, destinada pela faculdade para atender às necessidades do espaço.

A versão final das petições iniciais elaboradas pelos estagiários sofre intervenção dos coordenadores do núcleo ao serem encaminhadas para as Varas do Trabalho. No entanto, para esta pesquisa, foram utilizadas as últimas versões dos textos produzidos pelos alunos antes de qualquer interferência das coordenadoras.

A versão final desses textos (com a intervenção/revisão) fazem parte de processos impetrados pelo referido Núcleo de Prática do Trabalho em 01/03/2018 e 17/05/2018, iniciando um litígio solicitado pelos reclamantes, junto às Varas do Trabalho da cidade. Para melhor orientação das análises dos textos, seguem as petições iniciais selecionadas para esta pesquisa:

Petição 1 – Núcleo de Direito do Trabalho

¹⁷ Pessoa que procura os núcleos de prática jurídica para assistência jurídica. Termo extraído da Lei Federal nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950 (Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados).

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1060compilada.htm>. Acesso em 30/01/2019.

Quadro 6: Petição 1 – Núcleo de Direito do Trabalho

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA __ VARA DO TRABALHO DE XXXXXX.

XXXXXXXXXX, brasileiro, união estável, xxxxx, inscrito no CPF XXXXXX, RG XXXXXX, CTPS xxxxxx, Cadastrado no PIS xxxxxxxx, nascido em xx/xx/xxxx, filho de xxxxxxxx, residente e domiciliado na xxxxxxxx, vem perante Vossa Excelência através do **NÚCLEO DE DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO DA XXXXXXXXXXXXXXXX**, por suas procuradoras (procuração anexa), situado na xxxxxxxxxxxxxx, onde recebem intimações, com fundamento no art. 852-A da CLT e art. 282 do CPC, propor a presente

RECLAMATÓRIA TRABALHISTA

Pelo rito sumaríssimo em face de **XXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ xxxxxxxx, situada na xxxxxxxxxxxxxx, pelos fatos e fundamentos que a seguir expõe.

I – JUSTIÇA GRATUITA

O reclamante faz *juz* aos benefícios da Justiça Gratuita, conforme art. 790 § 3º da CLT, por não possuir condições de arcar com as despesas processuais sem prejuízo do seu sustento e de sua família

II – DO RECONHECIMENTO DO VÍNCULO TRABALHISTA

O reclamante foi convidado para trabalhar na Reclamada, pelo próprio proprietário da empresa, conforme demonstra as conversas via mensagem eletrônica para início imediato no dia xx/xx/xxxx, o que foi cumprido pelo Reclamante.

No interior do serviço, haviam todas as exigências, previstas nos arts. 2º e 3º da CLT, já que houve a efetiva prestação de serviço, de forma subordinada, pessoal, não-eventual e onerosa.

Diante o exposto, requer seja reconhecido o vínculo de trabalho com a posterior assinatura da CTPS.

III – CONTRATO DE TRABALHO

O Reclamante foi admitido pela Reclamada em **20/09/2017** para exercer a função de gráfico, com remuneração de R\$1.100,00 (mil e cem reais), com jornada de trabalho de segunda a sexta das 07h30min às 18h30 min, nas segundas, quartas e sextas, 07h30 às 18h00 nas terças e quintas, com 02h00 de intervalo para descanso. No dia **16/03/2018** a RECLAMADA o notificou que a empresa não iria precisar mais de seus serviços.

IV – RESCISÃO CONTRATUAL

O Reclamante foi contratado para exercer função de gráfico em **16/03/2018**, foi dispensado pela Reclamada sem justa causa, sendo até o momento não efetuou o pagamento integral das verbas rescisórias devidas ao tempo trabalhado, percebendo apenas o monte de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais).

Assim, faz jus o Reclamante ao pagamento das verbas rescisórias abaixo discriminadas.

V – DO SALDO DE SALÁRIO

O Reclamante laborou até o dia 16/03/2018, contudo, não recebeu pelos dias trabalhados.

Desta forma, requer o Reclamante que seja o Reclamado compelido a efetuar o saldo de salário de 23 dias trabalhados.

VI – AVISO PRÉVIO INDENIZADO

O Reclamante não foi pré-avisado de sua dispensa, nem recebeu indenização correspondente ao aviso prévio.

O art. 487 CLT dispõe que a falta do aviso prévio por parte do empregador dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso e garante a integração desse período no seu tempo e serviço.

Dessa forma, o reclamante faz jus ao recebimento do aviso prévio indenizado, nos termos da Lei nº, 12.506/2011.

VII – 13º SALÁRIO PROPORCIONAL

O reclamante tem o direito ao recebimento do 13º salário proporcional na razão de 4/12 referente ao período trabalhado de 2018, nos termos do art. 7º, VIII da CF, considerando a projeção do aviso prévio conforme OJ 82 da SDI-1 do TST.

VIII – DAS FÉRIAS PROPORCIONAIS + 1/3

Do mesmo modo, o Reclamante tem direito de receber férias proporcionais referentes ao período de 2018, na razão de 7/12, consoante aos arts. 137 e 147 da CLT, bem como o acréscimo do terço constitucional nos termos do art. 7º, XVII, CF.

IX – DEPÓSITO DO FGTS

A Lei nº 8.036/90 dispõe sobre a regulamentação básica do FGTS, definindo que o empregador deverá

efetuar na conta bancária um depósito correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração paga ao trabalhador no mês anterior, conforme define o art. 15 da lei acima citada.

Durante o contrato de trabalho, os depósitos do FGTS não foram depositados corretamente, durante todo o período do vínculo trabalhista.

A falta de depósitos na conta vinculada, conforme determina o artigo supracitado, deverão, os valores, serem atualizados como juros e multas previstos no art. 22 da Lei 8.036/90.

Sendo assim, requer que a Reclamada seja condenada ao pagamento de todas as parcelas referentes a todo o período laborado.

X – MULTA DE 40% SOBRE O FGTS

O reclamado não efetuou devidamente os depósitos de FGTS conforme extrato em anexo; de acordo com a Lei 5.107/1966.

O empregador deverá efetuar na conta bancária vinculada do empregado um depósito correspondente a 8% da remuneração paga ao trabalhador no mês anterior, determinação esta, negligenciada pelo Reclamado.

Desta forma, requer o Reclamante que seja o Reclamado compelido a efetuar todos os depósitos devidos ao Reclamante.

XI – MULTA DO ART. 477, § 8º DA CLT

Que o Reclamante desde sua rescisão até o presente momento não recebeu seus haveres trabalhistas corretamente, tendo, portanto, a Reclamada infringido a regra do art. 477, § 6º da CLT, visto que a mesma não efetuou o pagamento das verbas rescisórias no prazo de 10 dias, conforme determina a Lei. Sendo assim, são devidas as multas instituídas pelo parágrafo 8º do artigo 477 da CLT, em favor do Reclamante.

XII – MULTA DO ART. 467, DA CLT

Tendo em vista que não houve pagamento das verbas rescisórias deverá a Reclamada nos termos deste artigo, efetuar o pagamento das verbas incontroversas e que seja realizado em primeira audiência sob pena da incidência de multa de 50% sobre o valor correspondente.

XIII – BAIXA NA CTPS

A Consolidação das Leis do Trabalho no art. 29, § 2º, alínea “c” prevê que a anotação referente à rescisão contratual deve ser devidamente anotada na CTPS, sendo assim requer o Reclamante que seja a Reclamada compelida a realizar a referida anotação, qual seja, na data de **16/04/2018**, nos termos da OJ 82 SDI-1 do TST.

XIV – ENTREGA DAS GUIAS DO TRCT

O Reclamado não efetuou a entrega das guias do termo de rescisão do contrato de trabalho, constando a devida discriminação das verbas rescisórias, conforme a orientação do art. 477, § 2º, da CLT, bem como não entregou ao Reclamante as guias do seguro desemprego, o que impossibilitou de usufruir dos benefícios deste instituto.

Diante disso, requer seja o Reclamado condenado à entrega das guias TRCT/SD/CD, assim como que lhe seja entregue a chave de conectividade para saque do saldo do FGTS e sua respectiva multa sob pena de pagamento de indenização substitutiva das parcelas que faria jus, nos termos da Súmula 389 inciso II do TST.

XIV – PEDIDOS

Ante o exposto, pleiteia o Reclamante a **CONDENAÇÃO** da Reclamada nas seguintes verbas:

[TABELA]

Requer ainda

a) A gratuidade judiciária nos termos do art. 790 § 3º da CLT, por ser pobre no sentido legal, não tendo condições de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, conforme declaração de pobreza inclusa;

b) **A NOTIFICAÇÃO DA RECLAMADA**, para que compareça a audiência e, caso queira, apresente defesa, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato;

c) Seja anotado a baixa da CTPS em **16/04/2018**, nos termos da OJ 82 da SDI-1 do TST;

d) seja realizado o pagamento do valor do saldo de salário em razão de 23 dias trabalhados;

e) o recebimento das férias proporcionais na razão de 4/12 referentes a 2018;

f) o recebimento do 13º salário proporcional na razão de 7/12 referente a 2017/2018;

g) seja a Reclamada condenada ao pagamento do FGTS atrasados, bem como a multa dos 40% que incidem;

h) seja a Reclamada no pagamento das multas dos artigos 467 e 477, § 8º, da CLT;

i) A entrega das guias decorrentes da rescisão do contrato de trabalho, bem como a chave de conectividade para saque do FGTS.

A PROCEDÊNCIA TOTAL da presente ação, condenando a Reclamada ao pagamento de todas as parcelas liquidadas, acrescidos de juros e correção monetária.

Protesta provar o alegado, por todos os meios de provas em direito admitidas, notadamente o depoimento pessoal da Reclamada, sob pena de confissão, inquirição de testemunhas, diligências, perícias e todas as demais que se fizerem necessárias ao bom andamento do feito.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 6.041,90 (seis mil e quarenta e um reais e noventa centavos)**.

Nesses termos, pede deferimento.

XXXXXXXXXX, quinta-feira, 17 de maio de 2018.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Estagiários: xxxxxxxx

Fonte: Núcleo de Direito do Trabalho.

Petição 2 – Núcleo de Direito do Trabalho

Quadro 7: Petição 2 – Núcleo de Direito do Trabalho.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA __ VARA DO TRABALHO DE XXXXXX.

XXXXXXXXXXXXX, brasileiro, casado, pedreiro, inscrito no CPF n°. XXXXXXXX, RG xxxxxxxxx, expedida por SSP/MG, CTPS n°. xxxxxxx, Série n°. xxxxxx, filho de xxxxxxxxx, residente e domiciliado na xxxxxxxxxxxxxxxx, vem perante Vossa Excelência através do **NÚCLEO DE DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO DA XXXXXXXXXX**, por suas procuradoras (procuração anexa), situado na Rua Dom Pedro II, 244, Centro, Governador Valadares/MG, CEP 35010-090, onde recebem intimações, com fundamento no art.852-A da CLT e art. 319 do CPC, propor a presente:

RECLAMATÓRIA TRABALHISTA

Pelo rito sumaríssimo em face de **XXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° xxxxxxx, situada na xxxxxxxx, pelos fatos e fundamentos que a seguir expõe:

I – JUSTIÇA GRATUITA

O Reclamante faz jus aos benefícios da Justiça Gratuita, de acordo com art. 790 § 3º da CLT, por não possuir condições de arcar com as despesas processuais sem prejuízo do seu sustento e de sua família.

II – CONTRATO DE TRABALHO

O Reclamante iniciou suas atividades para o Reclamado como ajudante de pedreiro, em 03/11/2017, com jornada de trabalho de segunda a sexta-feira das 7h às 17h, com intervalo intrajornada de 1h, gozando de folga nos finais de semana. O autor percebia à época R\$ 961,40 (novecentos e sessenta e um reais e quarenta centavos) mensais. O autor firmou um contrato verbal com a empresa reclamada para que atuasse como vigia nos dias 25/11/2017, 02/12/2017 e 03/12/2017, no horário de 7h as 17:00h.

III – RESCISAO CONTRATUAL

Conforme mencionado acima o Reclamante foi contratado pelo Reclamado em 03/11/2017, onde exercia a função de ajudante de pedreiro. Ocorre que, chegar ao local de trabalho no dia 18/12/2017, o autor deparou-se com o estabelecimento fechado e sem nenhuma notificação do que haveria ocorrido com a empresa. Sendo assim, não houve o devido acerto rescisório, de acordo com o Reclamante.

Desse modo, requer o pagamento das verbas abaixo discriminadas.

IV – DO SALDO DE SALÁRIO

O Reclamante laborou até o dia 18/12/2017, contudo, não recebeu pelos dias trabalhados. Desta forma, requer o Reclamante que seja o Reclamado compelido a efetuar o saldo de salário de 15 dias trabalhados.

V – AVISO PRÉVIO INDENIZADO

Tendo em vista a inexistência de justa causa para a rescisão do contrato de trabalho, surge para a Reclamante o direito ao Aviso Prévio indenizado, prorrogado o término do contrato para o mês de janeiro de 2018, uma vez que o § 1º do art. 487, da CLT, estabelece que a não concessão de aviso prévio pelo empregador dá

direito ao pagamento dos salários do respectivo período, integrando-se ao seu tempo de serviço para todos os fins legais.

O reclamante faz jus, portanto, ao recebimento do Aviso Prévio indenizado.

VI – DO 13º SALÁRIO PROPORCIONAL

Conforme disposto nas Leis nº 4.090/62 e 4.749/65 preceitua que o décimo terceiro salário será pago até o dia 20 de dezembro de cada ano, sendo ainda certo que a fração igual ou superior a 15 dias de trabalho será havida como mês integral para efeitos do cálculo do 13º salário.

Assim, faz jus o Reclamante ao recebimento 13º salário proporcional na razão de 3/12 referente aos meses de novembro de 2017 a janeiro de 2018.

VII – DAS FÉRIAS PROPORCIONAIS + 1/3

Diante do período trabalhado, faz jus o reclamante ao recebimento das férias proporcionais referentes ao período aquisitivo de 03/11/2017 a 17/01/2018, de acordo com o artigo 129 da CLT.

VIII – DO FGTS

O reclamado não efetuou o depósito do FGTS de forma regular, não se verificando o depósito referente aos meses de novembro e dezembro de 2017 e janeiro de 2018, conforme se verifica em documento em anexo. De acordo com o art. 5º da Lei nº 8.036/90 o empregador deverá efetuar na conta bancária vinculada do empregado um depósito correspondente a 8% da remuneração paga ao trabalhador no mês anterior, determinação esta, negligenciada pelo Reclamado, tendo em vista não ter feito o depósito de todos os meses.

Desta forma, requer o Reclamante que seja o Reclamado compelido a efetuar os depósitos devidos ao Reclamante.

IX- DA MULTA DE 40%

O Reclamante dispensado sem justa causa tem o direito ao pagamento da multa de 40% sobre o FGTS, conforme artigo 18 §1º, da Lei 8.036/90, o qual preleciona que é devida ao empregado a multa de 40% sobre o montante de todos os depósitos realizados e do que se deixou de realizar.

X- DA MULTA DO ART. 477 DA CLT

No prazo estabelecido no art.477 § 6º da CLT, as verbas rescisórias não foram devidamente pagas ao reclamante, pelo que se impede o pagamento de multa equivalente a um mês de salário revertido em favor do reclamante, conforme o §8º do mesmo artigo.

XI- DA MULTA DO ART. 467 DA CLT

Em razão da falta de pagamento das verbas rescisórias incontroversas, requer seu pagamento em primeira audiência sob pena de serem acrescidas de 50%, conforme preceitua o art. 467 da CLT.

XII- GUIAS DO TRCT/ CHAVE DE CONECTIVIDADE

O Reclamado não efetuou a entrega das guias de termo de rescisão do contrato de trabalho, constando a devida discriminação das verbas rescisórias, conforme a orientação do art. 477, §2º da CLT.

Diante disso, requer seja o Reclamado condenado à entrega das guias do TRCT, assim como que lhe seja entregue a chave de conectividade para saque do FGTS e sua respectiva multa.

Requer ainda a entrega das guias CD/SD, sob pena de condenação ao pagamento de indenização substitutiva da verba a que faria jus a título de seguro-desemprego, nos termos das Súmula 389 inciso II do TST.

XIII- PEDIDOS

Ante o exposto, pleiteia o Reclamante a **CONDENAÇÃO** do Reclamado ao pagamento das seguintes verbas:

TABELA

Requer ainda

a) A gratuidade judiciária nos termos do art. 790 § 3º da CLT, por ser pobre no sentido legal, não tendo condições de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, conforme declaração de pobreza inclusa;

b) **A NOTIFICAÇÃO DO RECLAMADO**, para que compareça a audiência e, caso queira, apresente defesa, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato;

c) A entrega das guias decorrentes da rescisão do contrato de trabalho.

A **PROCEDÊNCIA TOTAL** da presente ação, condenando o Reclamado ao pagamento de todas as parcelas liquidadas, acrescidos de juros e correção monetária.

Protesta provar o alegado, por todos os meios de provas em direito admitidas, notadamente o depoimento pessoal do Reclamado, sob pena de confissão, inquirição de testemunhas, diligências, perícias e todas as demais que se fizerem necessárias ao bom andamento do feito.

Dá-se a causa o valor de R\$ 4.313,13 (quatro mil trezentos e treze reais e treze centavos).

Nesses termos,
Pede deferimento.

XXXXXXX, 01 de março de 2018.

XXXXXXXXXXXX

Estagiários: XXXXXXXXXXX

Fonte: Núcleo de Direito do Trabalho.

Petição 03 – Núcleo de Direito do Trabalho

Quadro 8: Petição 03 – Núcleo de Direito do Trabalho.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA __ VARA DO TRABALHO DE XXXXXX.

XXXXXXXXXXXXXX, brasileira, casada, serviços gerais, inscrita no CPF nº xxxxxxxx, RG xxxxxxxx, expedida por SSP/MG, PIS xxxxxxxx, CTPS nº xxxxxxxx, nascida xxxxxxxx, filha de xxxxxxxx, residente e domiciliada na xxxxxxxxxxxxxx, vem perante Vossa Excelência, por sua procuradora (procuração anexa), através do **NÚCLEO DE DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO DA XXXXXXXXX**, situado na xxxxxxxx, onde recebe notificações e intimações, com fundamento no art.852-A da CLT e art. 319 do CPC, propor a presente.

RECLAMATÓRIA TRABALHISTA COM RESCISÃO INDIRETA

Pelo rito sumaríssimo em face de **XXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no do CNPJ nº xxxxxxxx, com sede e funcionamento na xxxxxxxx; pelos fatos e fundamentos que a seguir expõe.

I – JUSTIÇA GRATUITA

A Reclamante faz jus aos benefícios da Justiça Gratuita, de acordo com o art. 98, §1º, inciso de | a IX, por não possuir condições de arcar com as despesas processuais sem prejuízo do seu sustento e de sua família.

II – CONTRATO DE TRABALHO

A Reclamante foi admitida pelo Reclamado em 09/03/2009 exercendo a função de serviços gerais até a data de 10/03/2018, quando foi demitida. A mesma trabalhou no referido período com jornada de trabalho de segunda-feira a sexta-feira, das 07h00min às 18h00min com período de intrajornada de 2 horas, percebia o valor de R\$ 1.130,80 (um mil e cento e trinta reais e oitenta centavos) mensais.

III – DA RESCISÃO INDIRETA CONTRATUAL

Destarte, a teor do que dispõe a CLT, o empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando o empregador deixar de cumprir as obrigações do contrato de trabalho.

Art. 483. O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando:
Alínea "b" não cumprir o empregador com as obrigações do contrato.

IV – SALDO DE SALÁRIO

A reclamante laborou 10 dias no mês de março de 2018 no momento em que, procedeu a sua rescisão indireta. De acordo com o art.4º da CLT, e no inciso IV do art.7º CF e o inciso XXXVI do 5º da CF, de modo que faz a reclamante jus ao saldo salarial.

V – 13º SALÁRIO E PROPORCIONAL

A reclamante tem o direito ao recebimento do 13º salário integral referente ao ano de 2017. Assim requer que sejam pagas as referidas verbas diante do exposto do art. 1º da lei de 4.090/62. E ao 13º salário na proporção de 5/12 - referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2018.

VI – DAS FÉRIAS VENCIDAS E FÉRIAS SIMPLES + 1/3 CONSTITUCIONAL + 1/3 ABONO DE CONVENÇÃO COLETIVA

Diante do período trabalhado, faz jus a reclamante ao recebimento das férias vencidas referentes aos anos 2015/2016,2016/2017,2017 de acordo com o art. 137 da CLT, férias simples referentes aos períodos de 2017/2018 de acordo com art. 129 da CLT. Desta forma, requer que seja feito os pagamentos das férias acima adicionadas acrescidas de 1/3 constitucional. Cumpre informar que a reclamante faz jus ao recebimento de 1/3 de abono de convenção coletiva da categoria conforme convenção em anexo nas fls...

VII - AVISO PRÉVIO INDENIZADO

Conforme o § 4º do art. 487 da CLT é devido o aviso prévio na despedida indireta.

Desta forma, a reclamante faz jus ao aviso indenizado com acréscimo de 57 dias, conforme a Lei 12.506/2011, art. 1º, § único.

VIII – DEPÓSITO DE FGTS + MULTA 40%

Considerando que não houve recolhimento do FGTS em conta vinculada da Reclamante. Deve a Reclamada ser compelida a efetuar o pagamento das parcelas fundiárias relativas ao período de novembro de 2009 até março de 2018. Assim, o empregador deverá efetuar na conta bancária vinculada no depósito correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração paga ao trabalhador.

Por conseguinte, requer a condenação da reclamada a efetuar os depósitos correspondentes desde novembro de 2009 para que a reclamante possa usufruir desse direito.

IX – MULTA DO ART. 467 DA CLT

Tendo em vista que não houve pagamento das verbas rescisórias deverá o Reclamado nos termos desse artigo, efetuar o pagamento das verbas incontroversas sob pena da incidência de multa de 50% sobre o valor correspondente.

X – ENTREGA DAS GUIAS DE TRCT/CHAVE DE CONECTIVIDADE

Considerando que não houve o acerto rescisório, por conseguinte, não existiu o termo de rescisão do contrato de trabalho com a devida discriminação das verbas rescisórias, conforme orientação do art. 477, § 2º da CLT.

Diante disso, requer seja o reclamado condenado a entrega das guias de TRCT, assim como que lhe seja entregue a chave de conectividade para saque do FGTS e sua respectiva multa

Requer ainda a entrega das guias CD/SD, sob pena de condenação ao pagamento de indenização substitutiva da verba a que faria jus a título de seguro desemprego, nos termos da Súmula 389 inciso II do TST.

XI – BAIXA NA CTPS

A Consolidação das Leis do Trabalho no art. 29, § 2º, alínea c prevê que a anotação referente a rescisão contratual deve ser devidamente anotada na CTPS, sendo assim requer a Reclamante que seja a Reclamada compelida a realizar a referida anotação, qual seja na data de 06/05/2018, nos termos da OJ 82 SDI-1 do TST, considerando o acréscimo de 3 dias nos termos da Lei 12.506/2011.

XII – PEDIDOS

Pelo exposto, pleiteia a Reclamante a CONDENAÇÃO do Reclamado ao pagamento das seguintes verbas.

TABELA

Requer ainda:

a) A gratuidade judiciária nos termos do art. 98, §1º, I a IX da CPC, por ser pobre no sentido legal, e não ter condições de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, conforme declaração de pobreza inclusa;

b) A **NOTIFICAÇÃO DA RECLAMADA**, para que compareça a audiência e, caso queira, apresente defesa, sob pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato;

c) A declaração da rescisão do contrato de trabalho, com fulcro na alínea "d" do art. 483 da CLT;

d) Indenização correspondente ao não recolhimento do FGTS e correspondente multa de 40% (quarenta por cento);

e) liberação das guias respectivas decorrentes da rescisão imotivada do contrato de trabalho tais como: comunicado de dispensa, seguro desemprego (CD/SD) sob pena de condenação ao pagamento de indenização substitutiva no valor equivalente;

A **PROCEDÊNCIA TOTAL** da presente ação, condenando o Reclamado ao pagamento de todas as parcelas liquidadas, acrescidos de juros e correção monetária.

Protesta provar o alegado, por todos os meios de provas em direito admitidas, notadamente o depoimento pessoal da Reclamada, sob pena de confissão, inquirição de testemunhas, diligências, perícias e todas as demais que se fizerem necessárias ao bom andamento do feito.

Dá-se a causa o valor de R\$ 27.345,69

Nesses termos,
pede deferimento.

xxxxxxxxxxx, 1º de março de 2018.

XXXXXXXXXXXX
Estagiários: XXXXXXXXXX

Fonte: Núcleo de Direito do Trabalho.

Após uma leitura minuciosa das petições produzidas no campo de estágio supervisionado, encontramos evidências intrínsecas aos parâmetros do mundo físico e, conforme o contexto de produção, os parâmetros do mundo sociossubjetivo. A tabela 11, a seguir, apresenta essas evidências relacionadas ao **emissor físico e social; receptor físico e social; lugar físico; momento de produção; formação social; objetivo da interação; conteúdo temático**.

Tabela 11: Evidências dos parâmetros do mundo físico.

Parâmetros do mundo físico	Evidências nos textos
Emissor Físico	Estagiários A, B, C
Emissor Social (papel social do emissor)	Estagiários do Curso de Direito que cumprem o estágio supervisionado obrigatório no Núcleo de Prática do Trabalho e estão em fase final da graduação.
Receptor Físico	O juiz
Receptor Social (papel social do receptor)	Autoridade máxima no universo jurídico que decidirá sobre os direitos pleiteados na petição. Com graduação em Direito e aprovação em um concurso, o juiz tem preparação para o cargo e determina, inclusive, o que deve ou não conter uma petição inicial.
Lugar físico da produção	Núcleo de Prática do Trabalho
Momento de produção	A petição atende à demanda de uma pessoa X que procurou o núcleo por auxílio jurídico para solução de uma queixa trabalhista. O espaço de tempo para a elaboração da petição deve ser após a entrevista com o cliente para levantamento de informações sobre o caso. Considerando que a etapa de elaboração do texto não tem um tempo determinado, o estagiário utiliza seu tempo no Núcleo de cumprimento da CH de estágio, com o seu grupo para confeccionar o texto.
Formação social a qual participa a interação	Esfera jurídica
Objetivo da interação	O objetivo é apresentar uma demanda a um juiz, acionando um processo jurídico.
Conteúdo temático	Reclamatória trabalhista

Fonte: Elaborado pela autora.

Nos textos analisados nesta subseção, o estagiário (aluno em contexto profissional) reconhece e distingue linguisticamente os emissores, os receptores, o lugar físico e o momento da produção, a formação social na qual se insere o gênero de texto, o objetivo da interação. Nessas produções do núcleo, o sujeito-produtor retrata o conteúdo temático da petição, a formatação da página e a assinatura do

advogado (coordenador do núcleo nesta situação). Esses elementos compõem um conjunto de informações importantes na constituição do gênero e evidenciam uma recorrência de características formulaicas na petição.

No corpus analisado, encontramos como características recorrentes: o endereçamento ao juiz do caso; a qualificação das partes; os fatos e fundamentos jurídicos; os pedidos; o valor da causa; o fechamento da petição conforme o NCP (BRASIL, 2015). Em virtude dessas características, consideramos a análise desta etapa importante para compreendermos a relação que o sujeito-produtor estabelece entre os parâmetros do mundo físico e os parâmetros do mundo sociossubjetivo.

Mediante a observação da recorrência desse fenômeno, aventamos a possibilidade de que as práticas de escrita no universo jurídico sejam determinantes para a apreensão do gênero pelos sujeitos-produtores. Reproduzir a estrutura de texto indicada pelos documentos da área pode assegurar que a peça jurídica seja bem elaborada e aceita pelo seu destinatário.

Por essas análises, concluímos também que, quando chegam ao contexto profissional, os parâmetros do mundo físico a que o gênero está vinculado já são (re)conhecidos/apropriados pelos alunos do curso de Direito que participaram do estudo. No tocante a questões relacionadas à infraestrutura textual do gênero em análise neste trabalho, na subseção a seguir será apresentado um aprofundamento de análise do corpus coletado neste contexto profissional.

4.2.2 Etapa 2: Para produzir uma petição, o que é indispensável?

No nível da estrutura composicional, conforme arquitetura textual de Bronckart (1999), as petições iniciais produzidas no Núcleo de Direito do Trabalho apresentam um plano de texto bem definido. De acordo com a demanda recebida pelo estagiário e o objetivo proposto da assistência prestada nesse ambiente, os textos apresentam:

- a) endereçamento ao juiz responsável pelo caso;

b) qualificação¹⁸

Do reclamante: como nome completo, estado civil, nacionalidade, profissão, endereço, PIS, CTPS e CPF; bem como o seu representante legal (procuradores do núcleo de Direito do Trabalho da faculdade); a proposição da ação: reclamatória trabalhista;

Do reclamado: nome completo, CNPJ; endereço.

c) fatos e fundamentos jurídicos¹⁹

II – Do reconhecimento do vínculo trabalhista

III – Contrato de trabalho

IV – Rescisão contratual

V – Do saldo de salário

VI – Aviso prévio indenizado

VII – 13º Salário proporcional

d) pedidos (o cerne da petição inicial, limitados à sentença do juiz);

e) valor da causa;

f) fechamento da petição (apresentando requerimento de prova, requerimento de citação, local, data e assinatura do advogado responsável pelo Núcleo).

A partir da preocupação com o destinatário específico da petição, o sujeito-produtor tem clareza de que, no plano da ação de linguagem, ele precisa apresentar suas teses e organizar a sua argumentação a partir da interação com o juiz. Dessa forma, obedecer à estrutura composicional proposta no NCPC (BRASIL, 2015) é importante para que seu texto não seja recusado e os direitos do assistido sejam garantidos.

Nesse sentido, o sujeito-produtor dá destaque, entre as partes da petição, para a proposição “*Reclamatória Trabalhista*” (sintagma nominal acompanhado de expressão caracterizadora). Essa proposição destacada identifica a demanda adequada da ação jurídica e sinaliza a Vara a que se destina a petição.

¹⁸ As informações são fornecidas pelo assistido no momento da entrevista no Núcleo de Prática do Trabalho e comprovadas por documentação apresentada.

¹⁹ São apresentados por tópicos relacionados aos direitos do reclamante, segundo o caso apresentado pelo assistido ao procurar o Núcleo de Prática do Trabalho. Ou seja, é a causa de pedir relacionada juridicamente ao efeito do fato trazido como demanda. Por se tratar de uma petição do Núcleo de Direito do Trabalho, os direitos pleiteados apresentados como tópicos dos fatos e fundamentos são temas relacionados à justiça do trabalho.

Diante da situação de comunicação proposta (o contexto profissional), o estagiário é convocado a uma postura autônoma frente a sua produção escrita. É esperado que ele exerça sua capacidade de manipular elementos linguístico-discursivos que permitam seu texto ser reconhecido como pertencente ao gênero petição inicial.

Considerando nosso corpus de análise neste contexto, a tabela 12 a seguir evidencia como os principais elementos textuais inerentes à petição inicial aparecem nos textos. Os alunos estagiários obedecem à estrutura composicional do gênero, apresentando, em seus textos: preâmbulo, qualificação, fatos e fundamentos jurídicos, pedidos, valor e fechamento.

Tabela 12: Síntese das petições do Núcleo de Prática do Trabalho.

PETIÇÃO INICIAL	ENDERECAMENTO AO JUIZ	PREÂMBULO	QUALIFICAÇÃO DAS PARTES	FATOS E FUNDAMENTOS	PEDIDOS	VALOR DA CAUSA	REQUERIMENTO DE PROVA	ENCERRAMENTO	ASSINATURA
PI 1	x	x	x	x	X	x	x	x	x
PI 2	x	x	x	x	X	x	x	x	x
PI 3	x	x	x	x	X	x	x	x	x

Fonte: Elaborado pela autora.

Nos exemplares analisados, as características do gênero apontam para um plano de texto estável, convencional, conforme o NCPC (BRASIL, 2015). Esse plano obedece a uma concepção previsível e pré-organizada quanto ao sentido que se pretende construir do texto. Por outro lado, apresenta poucas oscilações no que tange aos recursos que indicam as operações de sequências argumentativas e narrativas para construção dos argumentos na produção das peças jurídicas.

Ainda na infraestrutura textual, o plano geral do texto aponta o domínio que o aluno tem das partes da petição, conforme o excerto 18:

Excerto 18: Partes da petição.

<p>EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA __ VARA DO TRABALHO DE XXXXXX. XXXXXXXXXXXX, brasileiro, união estável, xxxxx, inscrito no CPF XXXXXX, RG XXXXXX, CTPS xxxxxx, Cadastrado</p>
--

no PIS xxxxxxxx, nascido em xx/xx/xxxx, filho de xxxxxxxx, residente e domiciliado na xxxxxxxx, vem perante Vossa Excelência através do **NÚCLEO DE DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO DA XXXXXXXXXXXXXXXX**, por suas procuradoras (procuração anexa), situado na xxxxxxxxxxxxxx, onde recebem intimações, com fundamento no art. 852-A da CLT e art. 282 do CPC, propor a presente

RECLAMATÓRIA TRABALHISTA

Pelo rito sumaríssimo em face de xxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ xxxxxxxx, situada na xxxxxxxxxxxxxx, pelos fatos e fundamentos que a seguir expõe.

Fonte: Petição 01 do Núcleo de Direito do Trabalho.

Com base no excerto 18, observamos que as partes da petição inicial são imediatamente identificadas no texto pelos destaques dados pelos sujeitos. Eles utilizam o negrito em "*Reclamatória Trabalhista*" compreendendo o agir coletivo na área ao indicar a demanda da petição. Além disso, orienta o leitor em relação a que encontrar no gênero ao utilizar a estrutura "*pelos fatos e fundamentos que a seguir se expõe*".

Ainda sobre o destaque dado às partes da petição, chama-nos atenção na petição 03 o uso do sintagma nominal acompanhado de uma expressão caracterizadora e uma circunstancial "*reclamatória trabalhista com rescisão indireta*". Face a um motivo excepcional para a reclamatória, o sujeito-produtor em interação com o contexto sociocomunicativo que o rodeia textualiza uma prática de linguagem com finalidade específica e particulariza a demanda da peça.

Dessa forma, aventamos um avanço no desenvolvimento linguístico do sujeito-produtor, bem como no uso de recursos empregados na escrita do gênero em contexto profissional. Mais que uma habilidade individual e cognitiva, esse sujeito demonstra compreender a escrita como oriunda das práticas socioculturais historicamente situadas e com objetivo comunicativo determinado.

As petições que compõem o corpus coletado no Núcleo de Direito do Trabalho (sintetizadas na tabela 12) demonstram a recorrência dos elementos/partes do gênero apreendidas(os) pelo sujeito-produtor. As práticas comunicativas vividas por ele nos contextos acadêmico e de estágio são recorrentes desde o momento que ingressam no curso de Direito. Desse modo, acreditamos que as próprias práticas de escrita propiciam a construção de um modelo sobre o que é o gênero (como se definem, situação de produção, interlocutores, conteúdo e estilo). Em virtude disso, passamos a uma análise mais aprofundada no tocante aos aspectos de infraestrutura textual, apontando como os tipos de discurso compõem essa primeira camada da arquitetura textual (BRONCKART, 1999).

Quanto ao uso dos tipos de discursos propostos por Bronckart (1999), nos textos produzidos neste contexto, identificamos o uso constante do tipo de discurso teórico e da narração, como exemplificam os excertos 19 a 26, a seguir. Esses tipos de discurso são utilizados, assim como nas petições produzidas em sala de aula, para construir de modo adequado a persuasão nas petições iniciais em estudo neste trabalho:

Excerto 19: Tipos de discursos predominantes.

II – DO RECONHECIMENTO DO VÍNCULO TRABALHISTA
O reclamante foi convidado para trabalhar na Reclamada, pelo próprio proprietário da empresa, conforme demonstra as conversas via mensagem eletrônica para início imediato no dia xx/xx/xxxx, o que foi cumprido pelo Reclamante.
No interior do serviço, haviam todas as exigências, previstas nos arts. 2º e 3º da CLT, já que houve a efetiva prestação de serviço, de forma subordinada, pessoal, não-eventual e onerosa.
 Diante o exposto, requer seja reconhecido o vínculo de trabalho com a posterior assinatura da CTPS.

Fonte: Petição 01 do Núcleo de Direito do Trabalho

Excerto 20: Tipos de discursos predominantes.

III – CONTRATO DE TRABALHO
O Reclamante foi admitido pela Reclamada em 20/09/2017 para exercer a função de gráfico, com remuneração de R\$1.100,00 (mil e cem reais), com jornada de trabalho de segunda a sexta das 07h30min às 18h30 min, nas segundas, quartas e sextas, 07h30 às 18h00 nas terças e quintas, com 02h00 de intervalo para descanso. No dia 16/03/2018 a RECLAMADA o notificou que a empresa não iria precisar mais de seus serviços.

Fonte: Petição 01 do Núcleo de Direito do Trabalho

Excerto 21: Discursos predominantes.

IV – RESCISÃO CONTRATUAL
O Reclamante foi contratado para exercer função de gráfico em 16/03/2018, foi dispensado pela Reclamada sem justa causa, sendo até o momento não efetuou o pagamento integral das verbas rescisórias devidas ao tempo trabalhado, percebendo apenas o monte de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais).
 Assim, faz jus o Reclamante ao pagamento das verbas rescisórias abaixo discriminadas (*sic*).

Fonte: Petição 01 do Núcleo de Direito do Trabalho

Excerto 22: Tipos de discursos predominantes.

V – DO SALDO DE SALÁRIO
O Reclamante laborou até o dia 16/03/2018, contudo, não recebeu pelos dias trabalhados.
 Desta forma, requer o Reclamante que seja o Reclamado compelido a efetuar o saldo de salário de 23 dias trabalhados.

Fonte: Petição 01 do Núcleo de Direito do Trabalho

Excerto 23: Tipos de discursos predominantes.

VI – AVISO PRÉVIO INDENIZADO
O Reclamante não foi pré-avisado de sua dispensa, nem recebeu indenização correspondente ao aviso prévio.

O art. 487 CLT dispõe que a falta do aviso prévio por parte do empregador dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso e garante a integração desse período no seu tempo e serviço.

Dessa forma, o reclamante faz jus ao recebimento do aviso prévio indenizado, nos termos da Lei nº, 12.506/2011.

Fonte: Petição 01 do Núcleo de Direito do Trabalho

Excerto 24: Tipos de discursos predominantes.

X – MULTA DE 40% SOBRE O FGTS

O reclamado não efetuou devidamente os depósitos de FGTS conforme extrato em anexo; de acordo com a Lei 5.107/1966.

O empregador deverá efetuar na conta bancária vinculada do empregado um depósito correspondente a 8% da remuneração paga ao trabalhador no mês anterior, determinação esta, negligenciada pelo Reclamado.

Desta forma, requer o Reclamante que seja o Reclamado compelido a efetuar todos os depósitos devidos ao Reclamante.

Fonte: Petição 01 do Núcleo de Direito do Trabalho

Excerto 25: Tipos de discursos predominantes.

XI – MULTA DO ART. 477, § 8º DA CLT

Que o Reclamante desde sua rescisão até o presente momento não recebeu seus haveres trabalhistas corretamente, tendo, portanto, a Reclamada infringido a regra do art. 477, § 6º da CLT, visto que **a mesma não efetuou o pagamento das verbas rescisórias no prazo de 10 dias**, conforme determina a Lei. Sendo assim, são devidas as multas instituídas pelo parágrafo 8º do artigo 477 da CLT, em favor do Reclamante.

Fonte: Petição 01 do Núcleo de Direito do Trabalho

Excerto 26: Tipos de discursos predominantes.

XII – MULTA DO ART. 467, DA CLT

Tendo em vista que não houve pagamento das verbas rescisórias deverá a Reclamada nos termos deste artigo, efetuar o pagamento das verbas incontroversas e que seja realizado em primeira audiência sob pena da incidência de multa de 50% sobre o valor correspondente.

Fonte: Petição 01 do Núcleo de Direito do Trabalho

Nos excertos 20 e 21: "*O Reclamante foi admitido pela Reclamada em 20/09/2017 para exercer a função de gráfico, com remuneração de R\$1.100,00 (mil e cem reais), com jornada de trabalho de segunda a sexta das 07h30min às 18h30 mim, nas segundas, quartas e sextas, 07h30 às 18h00 nas terças e quintas, com 02h00 de intervalo para descanso.*" e "*No dia 16/03/2018 a RECLAMADA o notificou [...]*" a narração resulta do objetivo do sujeito-produtor de caracterizar o conteúdo temático do texto relacionado a fatos passados, atestáveis pela história (fato que motiva o litígio).

Dessa forma, a organização dos tipos de discurso ocorre a partir de marcas de uma disjunção entre o mundo discursivo e as coordenadas que envolvem o emissor, o receptor, o lugar físico e o momento físico da produção como as datas **20/09/2017**

e **16/03/2018**. Logo, atestamos a relevância do discurso da ordem do narrar (BRONCKART, 1999) na constituição do gênero petição inicial.

Em virtude da disjunção mencionada, as ancoragens no texto produzido pelo aluno do Curso de Direito partem ainda de recursos como o valor da remuneração (**R\$ 1.000,00**) e as especificações da jornada de trabalho do sujeito-reclamante (**de segunda a sexta das 07h30min às 18h30 mim, nas segundas, quartas e sextas, 07h30 às 18h00 nas terças e quintas, com 02h00**). Essa operação assinala também o distanciamento do sujeito-produtor dos fatos narrados no ato de produção desse discurso. Além disso, tal distanciamento é marcado pela organização da oração com sujeito em 3ª pessoa do singular (*o reclamante*) e os verbos predominantemente de ação (*exercer, notificou*). Essas operações expressam a autonomia que é própria do tipo de discurso narração (BRONCKART, 1999).

Sobre os tipos de discursos presentes nas petições coletadas no Núcleo de Direito do Trabalho, identificamos ainda a narração seguida sempre do tipo de discurso teórico. Em trechos como: "**O art. 487 CLT dispõe que a falta do aviso prévio por parte do empregador [...]**"; "*Dessa forma, o reclamante faz jus ao recebimento do aviso prévio indenizado, nos termos da **Lei nº, 12.506/2011.***"; "*[...] conforme extrato em anexo; de acordo com a **Lei 5.107/1966***" o discurso teórico se coloca como resultado do objetivo do sujeito-produtor de fundamentar os fatos relatados pelo sujeito-reclamante.

O aluno do Direito lança mão de objetos de discurso no mundo físico como "**o art. 487 da CLT**", "**a Lei nº, 12.506/2011**" e a "**Lei 5.107/1966**" para embasar, no mundo discursivo, o direito do indivíduo assistido pelo Núcleo. Dessa forma, observamos que o tipo de discurso teórico é marcado pela implicação na ordem do expor, com o objetivo de estabelecer uma interação com o leitor e evidenciar que um pedido legal seja realizado frente aos fatos e fundamentos apresentados.

Os documentos da área jurídica (*CLT, Lei, Constituição Federal*) são citados a fim de sustentar a argumentação do sujeito-produtor sobre os direitos negados ao sujeito-reclamante. Além disso, com a menção desses documentos como em: "*a teor do que dispõe a CLT, o empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando o empregador deixar de cumprir as obrigações do contrato de trabalho*", o aluno constrói o expor conjunto às coordenadas gerais do mundo discursivo.

Ancorado no ato de produção do texto, o que é disposto na CLT é capaz de rescindir o contrato do empregado, garantindo a ele os direitos que lhe são devidos. Com isso, observamos que a apropriação da operação linguístico-discursiva permite ao sujeito-produtor relacionar o conteúdo temático da petição ao seu propósito comunicativo, seu estilo e à composição do gênero de texto.

Nas petições em análise, também consideramos que, tendo assimilado os tipos de discursos predominantes no gênero, o sujeito-produtor combina-os em todo o seu texto, articulando-os em sequências narrativa e expositiva (BRONCKART, 1999) na seção de fatos e fundamentos da peça jurídica.

A sequência narrativa: *"No interior do serviço, haviam todas as exigências"* [sic] é seguida por uma sequência expositiva *"[...] previstas nos arts. 2º e 3ª da CLT, já que houve a efetiva prestação de serviço, de forma subordinada, pessoal, não-eventual e onerosa"*. Nesse jogo entre os tipos de discurso é estabelecida a interação com o destinatário da petição. Essa operação tem o objetivo de corroborar o pedido legal de *"Diante o exposto, requer seja reconhecido o vínculo de trabalho com a posterior assinatura da CTPS."*

Consideramos, com base nessas análises, que o aluno do Direito, como já vivenciado em sala de aula, apropria-se das unidades linguísticas essenciais para a progressão do seu texto, manutenção do conteúdo temático, bem com a persuasão dos seus argumentos. Com isso, ele acredita imprimir maior possibilidade de convencer o seu destinatário dos direitos do sujeito-reclamante. Nesse sentido, o gênero como uma configuração de escolhas compreende a seleção de combinação de tipos de discurso. Ocorre, entre o gênero petição e os tipos de discursos (teórico e narração), uma relação de vínculo ou uma relação constitutiva.

Além disso, com base em Machado (2009), se admitimos que os tipos de discurso estão presentes em qualquer texto, "eles também são uma das características dos gêneros" (MACHADO, 2009, p. 245). Reiteramos, dessa forma, que a noção de tipos de discurso constitui uma contribuição de fundamental importância do ISD para a concepção e análise das peças jurídicas elaboradas no curso de Direito.

São os gêneros de textos, como uma prática de escrita (ação de linguagem), que nos possibilitam a interseção com a noção de letramento. Neste trabalho, essa noção de letramento como um lugar de interações, com finalidade de atender a um

objetivo comunicativo (STREET, 2010), nos possibilita entender o sujeito como agente e produtor em e do seu texto (BRONCKART, 1999).

Como sujeitos sempre em processo de letramento, os alunos participam das práticas sociais de escrita promovidas no curso, representado aqui pelo Núcleo de Direito do Trabalho. As petições que circulam nesse espaço cooperam e corroboram para construção das práticas de letramento desses sujeitos em suas formas de pensar, avaliar, experimentar, sentir e fazer uso da escrita de uma forma em geral (VIANNA et al, 2016) e, mais especificamente, no contexto de prática jurídica.

Na subseção a seguir, sob outras perspectivas, utilizaremos categorias que nos possibilitam olhar o texto na camada mais interna da arquitetura textual de Bronckart (1999): os mecanismos de textualização.

4.2.3 Etapa 3: Como textualizar o texto e torná-lo compreensível?

Quanto aos mecanismos de textualização, usados na petição dos alunos no Núcleo de Direito do Trabalho, ressaltamos como foco analítico a coesão nominal, a conexão e a coesão verbal. Desse modo, focamos nesta etapa: a) nas marcas de construção dos núcleos nominais; b) nas marcas de conexão que estabelecem a argumentatividade no gênero; c) nas marcas de uso dos tempos verbais que relacionam os discursos teórico e a narração.

A utilização desses recursos, objetivo perseguido desde a concepção desta pesquisa, indicará pistas linguístico-discursivas que corroborem a inserção do aluno do curso de Direito no contexto profissional, à medida que também se apropria das especificidades do gênero petição inicial.

Acreditamos que isso ocorra pelas suas práticas de escrita e se revele como uma importante contribuição para o processo de tornar esse estudante letrado no mundo acadêmico, auxiliando-o na transição do contexto universitário para o mundo do trabalho.

4.2.3.1 A coesão nominal

Para assegurar a argumentação do texto e garantir a constituição do próprio gênero, a coesão nominal é construída nos textos analisados, neste contexto, e demonstrada no excerto 27. Neste trecho, o sujeito-produtor compõe os núcleos nominais *reclamante e reclamado* para apresentar a qualificação das partes.

Excerto 27: Qualificação das partes.

<p>XXXXXXXXXXXXXX, brasileira, casada, serviços gerais, inscrita no CPF nº xxxxxxxx, RG xxxxxxxx, expedida por SSP/MG, PIS xxxxxxxx, CTPS nº xxxxxxxx, nascida xxxxxxxx, filha de xxxxxxxx, residente e domiciliada na xxxxxxxxxxxxxx, vem perante Vossa Excelência, por sua procuradora (procuração anexa), através do NÚCLEO DE DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO DA XXXXXXXXX, situado na xxxxxxxx, onde recebe notificações e intimações, com fundamento no art.852-A da CLT e art. 319 do CPC, propor a presente.</p> <p>[...]</p> <p>I – JUSTIÇA GRATUITA A Reclamante faz jus aos benefícios da Justiça Gratuita, de acordo com o art. 98, §1º, inciso de a IX, por não possuir condições de arcar com as despesas processuais sem prejuízo do seu sustento e de sua família.</p> <p>II – CONTRATO DE TRABALHO A Reclamante foi admitida pelo Reclamado em 09/03/2009 exercendo a função de serviços gerais até a data de 10/03/2018, quando foi demitida. A mesma trabalhou no referido período com jornada de trabalho de segunda-feira a sexta-feira, das 07h00min às 18h00min com período de intrajornada de 2 horas, percebia o valor de R\$ 1.130,80 (um mil e cento e trinta reais e oitenta centavos) mensais.</p>

Fonte: Petição 03 do Núcleo de Direito do Trabalho

Para a construção da qualificação das partes na petição, conforme o NCP, (BRASIL, 2015), o sujeito-produtor introduz os referentes por meio de *substantivos próprios*²⁰ para a apresentação do conteúdo temático. Observamos que, inicialmente, ele não menciona os sintagmas nominais *reclamante e reclamado*. No entanto, no excerto, assim como em todas as petições analisadas, o aluno opera a recuperação desses termos pelo contexto e pela própria prática social de escrita vivenciada.

Isso posto, consideramos que o aluno do Direito constrói os objetos de discurso *reclamante e reclamado* no processo da atividade discursiva. Como elementos cruciais na produção de sentido do gênero petição, esses sintagmas são gerados pelo aluno no interior do texto/discurso. Em seguida, por meio do uso de estratégias específicas de referência, o sujeito elabora e modifica esses objetos para que o texto se desenvolva sem perder a unidade temática.

Face a uma reclamatória trabalhista, os núcleos *reclamante e reclamado* são elementos novos no texto com a função de retomada dos substantivos próprios

²⁰ Os substantivos próprios foram omitidos pelos critérios éticos estabelecidos pelo CEP/UNISINOS.

inseridos anteriormente. Constituem operações linguístico-discursivas para estabelecer a coesão nominal, que também garante a manutenção do conteúdo temático e a progressão textual na petição elaborada pelo aluno.

Como forma de continuidade e articulação no texto, o sujeito-produtor cria uma cadeia anafórica, utilizando recursos referenciais para a retomada desses sintagmas nominais. O excerto 28 a seguir demonstra as estratégias de referenciação mais presentes em nosso corpus:

Excerto 28: Retomadas de referentes.

<p>I – JUSTIÇA GRATUITA O Reclamante faz jus aos benefícios da Justiça Gratuita, de acordo com art. 790 § 3º da CLT, por não possuir condições de arcar com as despesas processuais sem prejuízo do seu sustento e de sua família.</p> <p>II – CONTRATO DE TRABALHO O Reclamante iniciou suas atividades para o Reclamado como ajudante de pedreiro, em 03/11/2017, com jornada de trabalho de segunda a sexta-feira das 7h às 17h, com intervalo intrajornada de 1h, gozando de folga nos finais de semana. O autor percebia a época R\$ 961,40 (novecentos e sessenta e um reais e quarenta centavos) mensais. O autor firmou um contrato verbal com a empresa reclamada para que atuasse como vigia nos dias 25/11/2017, 02/12/2017 e 03/12/2017, no horário de 7h as 17:00h.</p> <p>III – RESCISÃO CONTRATUAL Conforme mencionado acima o Reclamante foi contratado pelo Reclamado em 03/11/2017, onde exercia a função de ajudante de pedreiro. Ocorre que, chegar ao local de trabalho no dia 18/12/2017, o autor deparou-se com o estabelecimento fechado e sem nenhuma notificação do que haveria ocorrido com a empresa. Sendo assim, não houve o devido acerto rescisório, de acordo com o Reclamante. Desse modo, requer o pagamento das verbas abaixo discriminadas.</p> <p>IV – DO SALDO DE SALÁRIO O Reclamante laborou até o dia 18/12/2017, contudo, não recebeu pelos dias trabalhados. Desta forma, requer o Reclamante que seja o Reclamado compelido a efetuar o saldo de salário de 15 dias trabalhados.</p>
--

Fonte: Petição 02 do Núcleo de Direito do Trabalho

Nos trechos do excerto 28, o sujeito-produtor, tomando a linguagem como uma forma de agir no mundo, opera discursivamente a retomada dos referentes por meio da **elipse, pronomes anafóricos e substituição por outros sintagmas nominais**, criando no texto uma cadeia anafórica ou referencial.

Nos trechos: “[...] por \emptyset não **possuir** condições de arcar com as despesas processuais [...]” e “Diante o exposto, \emptyset **requer** seja reconhecido o vínculo de trabalho com a posterior assinatura da CTPS.”²¹, o sujeito-produtor estabelece uma relação entre o texto e o contexto de produção textual. Ele menciona o referente *reclamante*

²¹ A transcrição do trecho obedeceu à escrita do sujeito-produtor em sua produção textual.

por meio da supressão do sujeito dos verbos *possuir* e *requerer* que podem ser subentendidos pelo contexto linguístico ou pela situação comunicativa.

Desse modo, o aluno opera o recurso da **elipse** (\emptyset) para a criação dessa cadeia referencial e utiliza isso repetidamente no corpus analisado. Essa operação linguístico-discursiva é uma estratégia de referenciação que possibilita averiguar as informações acionadas na memória discursiva do usuário da língua e não unicamente constatar seu antecedente (no mundo ou no texto).

Além disso, de igual forma, nos trechos: "**O empregador** deverá efetuar na conta bancária vinculada do **empregado** um depósito correspondente a 8% da remuneração paga ao **trabalhador** no mês anterior, [...]" e "**O autor** firmou um contrato verbal com **a empresa reclamada** [...]", o aluno opera a retomada dos referentes por meio de outros **sintagmas nominais**.

A retomada de reclamado por "o empregador" e "empresa reclamada"; e, reclamante por "o empregado", "o trabalhador", "o autor", o aluno retrata o intuito de fazer referência aos núcleos nominais principais no gênero, fazendo-o desenvolver progressiva e argumentativamente.

Pelas práticas de escrita ao longo de sua formação, o estudante compreende (e domina) que os mecanismos de coesão nominal asseguram uma relação de dependência ou descontinuidade entre os subconjuntos de constituintes internos. Isto é, uma relação entre os objetos de discurso que partilham de uma ou várias propriedades referenciais na tarefa de introduzir temas e/ou pensamentos novos no texto. Desse modo, o sujeito-produtor concebe essas relações nas peças jurídicas também por meio de **pronomes anafóricos**.

Em trechos como: "[...] prejuízo do **seu** sustento e de **sua** família", "iniciou **suas** atividades", o estudante constrói e retoma o *reclamante* por meio dos **pronomes possessivos de 3ª pessoa**. Essas retomadas, além de reforçarem o sintagma nominal como um grande núcleo referencial da petição, também procedem das interações (BRONCKART, 1999) desse sujeito com os seus pares no Núcleo de Prática e no mundo que o rodeia no Curso de Direito e fora dele.

Tais estratégias de referenciação indicam também as estratégias argumentativas utilizadas pelo sujeito-produtor na organização textual da peça jurídica. Os pronomes não fazem apenas uma referência no texto (ou no mundo), mas promovem a construção do sentido desejado e, em virtude disso, colaboram para o

desenvolvimento textual da petição.

Consideramos que essas ações materializadas pelo aluno do Direito em seu texto revelam as práticas de letramento ao longo do seu curso. Com isso, ele organiza os conceitos, utiliza recursos discursivos e opera a língua socialmente (STREET, 2010) buscando dominar o gênero petição e inserir-se no contexto jurídico. Um aprofundamento a respeito disso será realizado na subseção a seguir.

Ainda no tocante à coesão nominal, uma questão nos chama atenção na produção dos alunos no campo de estágio, conforme os trechos a seguir: a retomada com o elemento linguístico **a mesma**.

*"[...] visto que **a mesma** não efetuou o pagamento das verbas rescisórias no prazo de 10 dias, conforme determina a Lei."*

*"**A mesma** trabalhou no referido período com a jornada de trabalho de segunda-feira a sexta-feira [...]"*

Acreditamos que o recurso linguístico **mesma** é empregado pelo sujeito-produtor como uma estratégia de apenas relacionar o elemento linguístico (ou ausência dele) a seu referente, para construir a coesão nominal. Como uma estratégia bastante recorrente nos documentos jurídicos, ela é apreendida ao longo do percurso de formação do estudante, demonstrando pistas de letramento acadêmico/profissional desse sujeito.

Ainda que pudéssemos considerar uma perspectiva sociolinguística, nesta pesquisa assumimos que a unidade **mesmo/mesma** não compete a um contexto de maior formalidade como exige a situação comunicativa em questão. Na construção do referente, que se traduz como um objeto de discurso, o sujeito-produtor perde o referente no mundo, em virtude de apenas se preocupar com as formas linguísticas utilizadas na área jurídica.

Dessa forma, percebemos que a elaboração do gênero petição é realizada sem levar em conta que as escolhas lexicais se devem também em função de uma proposta argumentativa. Os mecanismos de textualização para a inserção e retomadas de personagens, por exemplo, não são mobilizados a partir de uma intenção comunicativa, todavia refletem mais o uso e costume de uma área

profissional.

Diante disso, aventamos uma reflexão sobre a importância do conhecimento e domínio do gênero para construir a referenciação na petição inicial. O sujeito-produtor mobiliza estratégias inferenciais a partir da interpretação de uma situação de “ação de linguagem”, com base nas práticas discursivas socialmente consolidadas (gênero de texto) na área.

Consideramos importante, então, relacionar o uso dessas marcas à construção/apreensão do conhecimento do gênero por meio das práticas textuais. Observamos que está estabelecida uma relação entre a canonicidade do gênero e o uso dos recursos de referenciação, pois, do mesmo modo que eles "sugerem solidariedade aos integrantes do grupo, essas mesmas marcas excluem os indivíduos alheios à comunidade". (PEREIRA, 2014, p. 164).

4.2.3.2 A conexão

Em busca de respostas à nossa pergunta de pesquisa e aprofundamento deste trabalho, nos propomos, nesta subseção, a considerar as conexões realizadas na camada intermediária da unidade textual das petições produzidas no Núcleo de Direito do Trabalho, campo de estágio dos alunos do Direito na faculdade.

Para distinguir as articulações entre os tipos de discurso teórico e a narração, o estudante de Direito concretiza essas associações por meio dos organizadores textuais (BRONCKART, 1999). Os organizadores desempenham a função de segmentação, demarcação e ligação, importantes na construção e domínio do gênero pelo sujeito-produtor.

Nos excertos 29 a 33, encontramos pistas dos nexos estabelecidos entre os tipos de discurso identificados anteriormente. Destacamos nos trechos esses recursos com o intuito de ilustrar nossa análise:

Excerto 29: Conexão entre os tipos de discurso.

<p>II – DO RECONHECIMENTO DO VÍNCULO TRABALHISTA</p> <p>O reclamante foi convidado para trabalhar na Reclamada, pelo próprio proprietário da empresa, conforme demonstra as conversas via mensagem eletrônica para início imediato no dia xx/xx/xxxx, o que foi cumprido pelo Reclamante.</p> <p>No interior do serviço, haviam todas as exigências, previstas nos arts. 2º e 3º da CLT, já que houve a</p>

efetiva prestação de serviço, de forma subordinada, pessoal, não-eventual e onerosa.

Diante o exposto, requer seja reconhecido o vínculo de trabalho com a posterior assinatura da CTPS.

Fonte: Petição 01 do Núcleo de Direito do Trabalho

Excerto 30: Conexão entre os tipos de discurso.

IV – RESCISÃO CONTRATUAL

O Reclamante foi contratado para exercer função de gráfico em **16/03/2018**, foi dispensado pela Reclamada sem justa causa, sendo até o momento não efetuou o pagamento integral das verbas rescisórias devidas ao tempo trabalhado, percebendo apenas o monte de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais).

Assim, faz jus o Reclamante ao pagamento das verbas rescisórias abaixo discriminadas.

Fonte: Petição 01 do Núcleo de Direito do Trabalho

Excerto 31: Conexão entre os tipos de discurso.

V – DO SALDO DE SALÁRIO

O Reclamante laborou até o dia 18/12/2017, contudo, não recebeu pelos dias trabalhados.

Desta forma, requer o Reclamante que seja o Reclamado compelido a efetuar o saldo de salário de 15 dias trabalhados.

VI – AVISO PRÉVIO INDENIZADO

Tendo em vista a inexistência de justa causa para a rescisão do contrato de trabalho, surge para o Reclamante o direito ao Aviso Prévio Indenizado, prorrogado o término do contrato para o mês de janeiro de 2018, uma vez que o 1º do art. 487, da CLT, estabelece que a não concessão de aviso prévio pelo empregador dá direito ao pagamento dos salários do respectivo, integrando-se ao seu tempo de serviço para todos os fins legais.

O reclamante faz jus, **portanto**, ao recebimento do Aviso Prévio Indenizado.

Fonte: Petição 02 do Núcleo de Direito do Trabalho

Excerto 32: Conexão entre os tipos de discurso.

VII – 13º SALÁRIO PROPORCIONAL

O reclamante tem o direito ao recebimento do 13º salário proporcional na razão de 4/12 referente ao período trabalhado de 2018, nos termos do art. 7º, VIII da CF, considerando a projeção do aviso prévio **conforme** OJ 82 da SDI-1 do TST.

VIII – DAS FÉRIAS PROPORCIONAIS + 1/3

Do mesmo modo, o Reclamante tem direito de receber férias proporcionais referentes ao período de 2018, na razão de 7/12, **consoante** aos arts. 137 e 147 da CLT, **bem como** o acréscimo do terço constitucional nos termos do art. 7º, XVII, CF.

Fonte: Petição 01 do Núcleo de Direito do Trabalho

Excerto 33: Conexão entre os tipos de discurso.

III – DA RESCISÃO INDIRETA CONTRATUAL

Destarte, a teor do que dispõe a CLT, o empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando o empregador deixar de cumprir as obrigações do contrato de trabalho.

[...]

IV – SALDO DE SALÁRIO

A reclamante laborou 10 dias no mês de março de 2018 no momento em que, procedeu a sua rescisão indireta. **De acordo com** o art.4º da CLT, e no inciso IV do art.7º CF e o inciso XXXVI do 5º da CF, de modo que faz a reclamante jus ao saldo salarial.

[...]

VIII – DEPÓSITO DE FGTS + MULTA 40%

[...]

Por conseguinte, requer a condenação da reclamada a efetuar os depósitos correspondentes desde novembro de 2009 para que a reclamante possa usufruir desse direito.

Fonte: Petição 03 do Núcleo de Direito do Trabalho

Observamos, nesses excertos, o uso dos conectivos “conforme”, “do mesmo modo”, “assim”, “consoante”, “de acordo com”, articulando partes do plano de texto; demarcando fases das sequências textuais e ligando as frases sintáticas para a composição de uma sequência textual (BRONCKART, 1999). Com um pouco mais de variedade entre os conectivos no corpus analisado, observamos que o sujeito-produtor usa os articuladores com a função de indicar a ordem de ocorrência dos fatos e introduzir embasamento dos seus argumentos.

Além disso, os organizadores textuais garantem a articulação lógica entre os pedidos de direito do reclamante e os fatos apresentados anteriormente na petição. Esses conectores textuais intencionam **a recapitulação de uma ideia** (*tendo em vista, desta forma*), **argumentos de consequência** (*por conseguinte, assim*) e as **conclusões** para as teses levantadas na petição (*Diante o exposto, portanto, destarte*). (KOCH, 2015).

Nas petições elaboradas no núcleo de prática, o estudante demonstra clareza de que para a inserção de uma justificativa (mediante o pedido realizado) há a necessidade de um conector que expresse a noção semântica concernente à sua intenção. Por isso, ele faz uso de **conforme** em: “[...] **conforme** OJ 82 da SDI-1 do TST.” e **de acordo com** em “**De acordo com** o art.4º da CLT, e no inciso IV do art.7º CF e o inciso XXXVI do 5º da CF [...]” como uma estratégia de sustentar as teses levantadas em seu texto.

Com esses conectores, discursivamente, o sujeito-produtor materializa na sua petição a introdução das vozes de instituições a quem são atribuídas a responsabilidade de garantir os direitos do sujeito-reclamante (BRONCKART, 1999). Isto é, tais organizadores textuais inserem no texto os documentos legais como a CLT e a Constituição Federal para reforçar a argumentação e sustentar a demanda trabalhista de que o assistido “[...] faz [...] jus ao saldo salarial”.

Ainda no tocante à conexão nas petições produzidas no Núcleo de Direito do Trabalho, julgamos importante ressaltar que o aluno utiliza o **gerúndio** (*considerando, percebendo e sendo*) como recurso linguístico para estabelecer a transição entre os tipos de discurso ou sequências textuais. Nos trechos: “[...] foi dispensado pela Reclamada sem justa causa, **sendo** até o momento não efetuou [...]” e “[...] **percebendo** apenas o montante de R\$ 1.800,00 [...]” e “[...] **considerando** a projeção do aviso prévio conforme OJ 82 da SDI-1 do TST.”, identificamos que a relação

semântica entre as orações principal e reduzida de gerúndio não é explicitada pelo conectivo, o que precisa ser inferido.

Nessas orações, por causa da forma nominal do verbo, há o apagamento de informações relativas a tempo, modo, pessoa, o que dificulta as correlações temporais entre os eventos, a identificação do sujeito do verbo e, inclusive, a noção semântica estabelecida entre os segmentos. Isso compromete a construção da coerência na peça jurídica e o estabelecimento/manutenção dos referentes.

Acreditamos que o sujeito-produtor busca usar marcas linguísticas que cooperem com a construção do sentido global do seu texto e lhe garantam a argumentatividade. Como uma prática bastante utilizada nos documentos jurídicos, ele constitui as conexões na petição também por meio do léxico e da gramática (CAVALCANTE, 2014) apreendidos ao longo da sua formação acadêmica/profissional. Desse modo, como já mencionado nesta análise, o estudante, ao utilizar esse recurso, não o faz com a preocupação de encontrar no mundo um referente, com base na sua intenção comunicativa. Ele somente reproduz uma prática linguística da área jurídica muito utilizada pelos profissionais em suas peças jurídicas.

Finalmente, consideramos que o aluno do Direito confirma em seu texto representações das ações humanas, expressando as noções semânticas analisadas nesta subseção (*conclusão, consequência, recapitulação de uma ideia*). Com esses encadeamentos ele reforça as suas intenções comunicativas como resultado de representações associadas às ações individuais e coletivas da área jurídica, resultando em uma produção semiótica autônoma.

Desse modo, afirmamos que são essas ações particulares (BRONCKART, 1999) que correspondem às práticas de linguagem projetadas por esses indivíduos em uma atividade social. Tais práticas têm papel primordial no desenvolvimento do ser humano (BRONCKART, 2006), uma vez que a linguagem é uma capacidade humana de garantir a comunicação e o pensamento dos sujeitos socialmente instituídos e dispostos enquanto instrumentos do agir.

Para avançar um pouco mais na pesquisa e identificar outras operações linguístico-discursivas inerentes ao gênero petição inicial, na próxima subseção nos deteremos no aprofundamento de nossas análises a partir da coesão verbal.

4.2.3.3 Coesão verbal

A coesão verbal garante a organização temporal dos processos expressos na unidade textual e é essencialmente realizada pelo uso dos tempos verbais. Esses tempos possibilitam a marcação das relações de continuidade, descontinuidade ou oposição entre os objetos temáticos estudados nesta pesquisa.

Acreditamos que ao observar o encadeamento dos tempos verbais na petição inicial, podemos identificar pistas de como as operações linguístico-discursivas podem contribuir/demonstrar o(s) processo(s) de letramento(s) acadêmico(s) do aluno do Direito em contexto de estágio supervisionado (contexto profissional).

No jogo entre as sequências narrativa e expositiva, o sujeito-produtor demonstra como utiliza os tempos verbais mais presentes na peça jurídica, conforme os excertos 34 e 35 a seguir:

Excerto 34: Uso dos tempos verbais.

<p>II – DO RECONHECIMENTO DO VÍNCULO TRABALHISTA</p> <p>O reclamante foi convidado para trabalhar na Reclamada, pelo próprio proprietário da empresa, conforme demonstra as conversas via mensagem eletrônica para início imediato no dia xx/xx/xxxx, o que foi cumprido pelo Reclamante.</p> <p>No interior do serviço, havam todas as exigências, previstas nos arts. 2º e 3ª da CLT, já que houve a efetiva prestação de serviço, de forma subordinada, pessoal, não-eventual e onerosa.</p> <p>[...]</p> <p>IV – RESCISÃO CONTRATUAL</p> <p>O Reclamante foi contratado para exercer função de gráfico em 16/03/2018, foi dispensado pela Reclamada sem justa causa, sendo até o momento não efetivou o pagamento integral das verbas rescisórias devidas ao tempo trabalhado, percebendo apenas o monte de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais).</p> <p>Assim, faz jus o Reclamante ao pagamento das verbas rescisórias abaixo discriminadas.</p>

Fonte: Petição 01 do Núcleo de Direito do Trabalho

Excerto 35: Uso dos tempos verbais.

<p>II – CONTRATO DE TRABALHO</p> <p>O Reclamante iniciou suas atividades para o Reclamado como ajudante de pedreiro, em 03/11/2017, com jornada de trabalho de segunda a sexta-feira das 7h às 17h, com intervalo intrajornada de 1h, gozando de folga nos finais de semana. O autor percebia à época R\$ 961,40 (novecentos e sessenta e um reais e quarenta centavos) mensais. O autor firmou um contrato verbal com a empresa reclamada para que atuasse como vigia nos dias 25/11/2017, 02/12/2017 e 03/12/2017, no horário de 7h às 17:00h.</p> <p>III – RESCISÃO CONTRATUAL</p> <p>Conforme mencionado acima o Reclamante foi contratado pelo Reclamado em 03/11/2017, onde exercia a função de ajudante de pedreiro. Ocorre que, chegar ao local de trabalho no dia 18/12/2017, o autor deparou-se com o estabelecimento fechado e sem nenhuma notificação do que haveria ocorrido com a empresa. Sendo assim, não houve o devido acerto rescisório, de acordo com o Reclamante.</p> <p>Desse modo, requer o pagamento das verbas abaixo discriminadas.</p>
--

Fonte: Petição 02 do Núcleo de Direito do Trabalho

No que concerne à coesão verbal, ressaltamos que as petições em análise são constituídas basicamente na temporalidade estabelecida pelo sincronismo entre os tempos verbais **presente** (predominante nas sequências expositivas) e **pretérito perfeito** e **pretérito imperfeito do indicativo** (predominante nas sequências narrativas). Ao fazer isso, o estudante demonstra o seu domínio da correlação entre os tipos de discursos que são preponderantes na petição inicial como gênero de texto.

Nas sequências narrativas, ele explicita a situação inicial e final do sujeito-reclamante como em: "*O reclamante **foi** convidado para trabalhar na Reclamada*" e "*No interior do serviço, **haviam** todas as exigências, previstas nos arts. 2º e 3º da CLT (Sic.)[...]*". Tal explicitação nas sequências é marcada pelo **pretérito perfeito** e o **imperfeito**, demonstrando que o referente está presente no espaço-tempo da produção textual e que o mundo discursivo da narração é disjuncto do mundo ordinário.

Em trechos como: "*O Reclamante laborou até o dia 16/03/2018, contudo, não recebeu pelos dias trabalhados.*"; "*O Reclamante foi contratado para exercer função de gráfico em 16/03/2018, foi dispensado pela Reclamada sem justa causa, [...]*." há a predominância dos verbos de ação, no tempo do mundo narrado (Weinrich, 1964, apud Koch, 2014), e do sujeito na 3ª pessoa (o reclamante), evidenciando a autonomia do sujeito-produtor frente às coordenadas gerais do mundo.

Como já analisado nas petições elaboradas em sala de aula, o gênero é construído efetivamente pelo sujeito-produtor na instância enunciativa, com o conteúdo temático marcado no tempo e no espaço da enunciação. Essa construção constata os fatos ocorridos com o sujeito-reclamante, por meio do **pretérito perfeito** que apresenta os recuos ao passado de vivência trabalhista e salienta o direito negado a ele.

Encontramos nessas petições também os elementos de temporalidade como **as datas de admissão e demissão**. Com isso o destinatário da petição pode compreender os momentos a que se referem os fatos que moveram o litígio e localizá-los no eixo temporal construído por meio das **formas verbais com valor de anterioridade** (*percebia, laborava, foi admitido*).

Ainda concernente à coesão verbal, em todo o corpus analisado neste estudo, observamos recorrências do uso do **pretérito perfeito** nas sequências narrativas, seguidas do uso do **presente do indicativo** nas sequências argumentativas e

expositivas. O processo concluso do fato vivenciado é apresentado concomitante ao processo que ocorre no momento da produção do texto.

Em trechos como: "*O reclamante **foi** convidado para trabalhar na Reclamada, [...], conforme **demonstra** as conversas via mensagem eletrônica [...], o que **foi** cumprido pelo Reclamante.*" e "*O Reclamante **foi** contratado [...], **foi** dispensado pela Reclamada sem justa causa, [...] não **efetuou** o pagamento integral [...]. Assim, **faz jus** o Reclamante ao pagamento [...].*", a coesão verbal é toda realizada com base nesse jogo entre os tempos verbais.

Nesses trechos, o estudante difere e faz uso, de forma apropriada, de sequências argumentativas na construção do discurso teórico e sequências narrativas, no tipo de discurso narração. Nos trechos argumentativos, no ato em que a ação é produzida, o processo é expresso pelo verbo no **presente do indicativo** como em: "*conforme **demonstra** as conversas via mensagem eletrônica*"; e "*Assim, **faz jus** o Reclamante ao pagamento*". Por outro lado, nos trechos narrativos, no ato já concluído da ação, o processo é expresso pelo verbo no **pretérito perfeito do indicativo** como em: "*O reclamante **foi** convidado para trabalhar na Reclamada*" e "*não **efetuou** o pagamento integral*".

Ressaltamos ainda que ao utilizar o tempo **presente** em: "*Assim, **faz jus** o Reclamante ao pagamento das verbas rescisórias abaixo discriminadas [sic]*", o sujeito-produtor constrói sequências expositivas, do mundo do discurso teórico. Ele marca o discurso conjunto às coordenadas gerais do mundo por meio do tempo verbal que tem valor atribuído às relações que exerce entre o momento da fala e o momento do processo que expressa. O estudante marca ainda a autonomia do discurso ao seu mundo ordinário pelo distanciamento que toma com o sujeito da oração marcado pela 3ª pessoa (*o reclamante*).

Consideramos que nessas petições, em virtude da situação de comunicação, o sujeito-produtor apresenta mais seguramente os embasamentos legais para a reclamação das verbas rescisórias do sujeito-reclamante. As práticas de escrita vivenciadas ao longo de sua formação possibilitaram o conhecimento da jurisdição pertinente, bem como a interação necessária para que isso fosse apresentado ao destinatário.

Dessa forma, já faz parte de seu repertório linguístico que tão logo seja apresentada uma demanda (fato narrado pelo sujeito-reclamante no pretérito perfeito)

é necessário que se apresente um documento conjunto ao mundo discursivo do sujeito-produtor, textualizador do sujeito-reclamante, (fundamento legal no presente do indicativo).

Como já mencionado na análise das petições de sala de aula, ressaltamos que a temporalidade é de fundamental significância no quadro do ISD (BRONCKART, 1999). Ela corrobora o valor argumentativo necessário à petição inicial, garantindo ao texto a confiabilidade do tempo em que os fatos e fundamentos se reportam. Além disso, o jogo marcante dos tempos verbais na peça jurídica distingue a ordem do expor e do narrar, mundos discursivos presentes no gênero.

Finalmente, com base na análise e nos dados apresentados até aqui neste trabalho, entendemos mais claramente a importância de dominar as operações linguístico-discursivas do gênero de texto petição inicial. Além disso, aventamos que utilizá-las adequadamente no contexto da prática jurídica (acadêmico e profissional) pode contribuir para o desenvolvimento do(s) processo(s) de letramento acadêmico, e, sim, cooperar para a inserção do aluno do curso de Direito no mundo do trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltamos que este trabalho, agora chegando ao seu fim, pode, certamente, vir a contribuir com os estudos, tanto já realizados quanto em desenvolvimento, sobre a petição inicial à luz dos estudos linguísticos, bem como solidificar a inter-relação existente entre as áreas da Linguística Aplicada e do Direito. Nesse sentido, a escolha pelo estudo do gênero de texto justifica-se por se tratar de um gênero do universo jurídico tão importante na carreira profissional do sujeito que opta pela graduação em Direito. Além disso, a partir de uma recente aproximação profissional com a área, constatamos que se trata de um gênero trabalhado no universo acadêmico que acompanha o operador do Direito desde a universidade até as suas práticas profissionais, permeando sua escrita profissional ao longo da vida.

Como esta proposta de trabalho era investigar de que modo a **apropriação do gênero petição inicial pode contribuir para tornar o estudante do Curso de Direito letrado no mundo acadêmico, auxiliando-o na transição do contexto universitário para o mundo do trabalho**, buscamos compreender as características linguístico-discursivas que envolvem o gênero de texto petição inicial, a partir da perspectiva do Interacionismo Sociodiscursivo – ISD. O ISD, além de mostrar-se um embasamento teórico coerente com os objetivos propostos, também proporcionou a esta pesquisa uma orientação metodológica por meio do seu modelo de análise de textos: a arquitetura textual.

Nessa empreitada, primeiramente apresentamos as principais bases do ISD, suas perspectivas teóricas e metodológicas, a partir da acepção de texto como um produto de ação languageira. Sem dúvida, esse foi um dos maiores desafios. Compreender Bronckart (1999, 2006, 2008), sua “ciência do humano” (BRONCKART, 2006, p. 10) e todo seu arcabouço filosófico não foi possível em apenas uma disciplina ou na leitura de alguns textos. Foi um processo dinâmico, participativo, de longas discussões intelectuais, dedicação a leituras e escritas – e que, talvez, esteja apenas em seu início. Todavia, com a necessidade de delimitar as questões referentes a esta proposta de trabalho, estabelecemos como **objetivo central** analisar como se apropriar do gênero de texto petição inicial – e, mais especificamente, utilizar as operações linguístico-discursivas inerentes a ele – corrobora o desenvolvimento do(s)

processo(s) de letramento(s) acadêmico(s) do aluno do Curso de Direito e pode auxiliar em sua inserção no contexto de estágio profissional.

Em um segundo momento, ainda nessa empreitada inicial, foi importante aproximar a discussão do ISD aos estudos sobre letramentos e às práticas de escrita na academia. Nesse ínterim, tínhamos como motivação principal o fato de que como os alunos do curso de Direito estão constantemente em interação entre si e com o meio que os rodeia, eles desenvolvem uma “representação individual” a respeito de suas produções escritas que, concomitantemente, é também social. Ou seja, entendemos que essa aproximação reitera a perspectiva que Bronckart (1999, 2006) reafirma acerca dos postulados vygotskianos sobre a relação entre o social e o individual mediados pela linguagem. Desse modo, identificamos que compreender os diferentes modelos de letramento poderia contribuir para o entendimento das pistas que estávamos buscando na transição dos alunos entre a academia e o contexto de estágio profissional.

O objetivo, contudo, não foi o de mostrar que os estudos de letramentos precisam ser conhecidos ou dominados por todos os profissionais que trabalham com texto. No curso de Direito, muitas vezes, é o próprio professor/operador do Direito que desempenha o trabalho de ensinar o gênero de texto em sua disciplina específica ou no campo de estágio supervisionado. Na abordagem sobre os estudos de letramentos, procuramos evidenciar, consoante Lea e Street (2014), que as práticas de linguagem inerentes à produção de uma petição inicial podem ser compreendidas como formas de ação, com função prioritária de promover a socialização dos sujeitos ao campo jurídico, justificando a pertinência de alinhar os estudos interacionistas sociodiscursivos ao campo dos estudos de letramentos acadêmicos. A partir disso, conseguimos analisar, com mais profundidade, de que modo a materialização de uma prática de letramento constitutiva do campo jurídico (a produção de petição inicial) se materializa em textos com elementos genéricos (de genericidade) bastante consolidados no campo, a ponto de ter uma legislação específica sobre isso, bem como essa materialização pode ser entendida como um instrumento de desenvolvimento humano (BRONCKART, 2003, p.13).

Ao longo desta dissertação, não deixamos de lado os **objetivos mais específicos** traçados para o desenvolvimento da pesquisa: a) analisar as petições produzidas pelos alunos, a fim de identificar as principais operações linguístico-

discursivas por eles já mobilizadas; b) descrever essas operações empregadas para a produção da petição inicial que demonstrem pistas do desenvolvimento do letramento acadêmico do sujeito, bem como possibilitam (ou comprometem) a sua inserção no contexto de estágio profissional. Dessa forma, após análises do corpus com os textos produzidos no 8º período do curso de Direito e no Núcleo de Prática de Direito, constatamos que o gênero petição inicial é basicamente construído na interseção entre os tipos de discurso teórico e a narração. Ao analisarmos as produções escritas desses sujeitos, observamos que eles demonstraram conhecer e dominar as principais estruturas da língua (como os tempos verbais, conectivos e marcadores textuais) que constituem as marcas linguísticas dos tipos de discurso propostos por Bronckart (1999). Esses recursos assinalam o uso adequado e a apropriação pelos alunos de Direito desses sinais quanto à produção de petições iniciais, seja em sala de aula, seja em contexto de estágio profissional.

Além disso, foi possível constatar que, no processo de produção do texto, o aluno de Direito traz à tona todos os conhecimentos apreendidos desde o seu primeiro contato com o gênero petição inicial – em sala de aula ou no núcleo de prática –, em virtude das suas vivências, experiências e seu exercício de produção desse gênero de texto. Ou seja, eles apreenderam a partir dos eventos de letramento organizados dos quais o gênero fez parte. Nesses eventos, esses alunos assumem o protagonismo na interação e em sua aprendizagem, produzindo textos com vistas à sua inserção em uma comunidade discursiva marcadamente profissional – a dos operadores do Direito. Nesse âmbito, os acadêmicos mobilizam operações linguístico-discursivas que podem promover maior engajamento do seu interlocutor e garantir a argumentatividade/persuasão nas petições iniciais por eles produzidas.

As operações mais recorrentes na produção desses textos demonstraram ter uma relação mais estreita com outras questões. Primeiramente, em virtude do objetivo proposto para a produção textual, uma vez que em situação simulada (caso simulado em sala de aula), esses alunos utilizaram maior recorrência de itens lexicais para a retomada dos referentes (coesão nominal); mais repetição dos conectivos (conexão); e menor desenvolvimento dos fatos ocorridos com o reclamante da petição (coesão verbal). Depois, em razão desses alunos conhecerem o seu interlocutor real/final: o professor da disciplina, que considerou a realização da peça jurídica como o cumprimento de tarefa de sala de aula.

Exploramos, ainda, nesta pesquisa, por meio das operações linguístico-discursivas, a existência de uma relação efetiva entre as práticas sociais e as ações de linguagem que são materializadas nos textos pertencentes ao gênero petição inicial produzidos tanto em sala de aula, quanto em contexto de estágio supervisionado. Constatamos que a influência do contexto, os papéis desempenhados pelos interlocutores (mundo físico e sociossubjetivo) e o objetivo proposto para a atividade determinaram os recursos e as operações utilizadas pelos sujeitos-produtores. Dessa forma, acreditamos que os gêneros de texto desempenham um papel decisivo no desenvolvimento do indivíduo como profissional, uma vez que são eles instrumentos que potencializam as formas de ação desses sujeitos. Por outro lado, também entendemos que como a materialidade linguística da petição inicial está centrada nas escolhas do sujeito-produtor, a estrutura composicional do gênero é facilmente reproduzida a partir dos ordenamentos legais, prescritos no NCPC (BRASIL, 2015).

A análise realizada neste trabalho, sem intenção de ser exaustiva, procurou descrever interpretativamente a constituição e o funcionamento da petição inicial como um gênero de texto a partir de textos produzidos por alunos do curso de Direito e estudos já realizados sobre esse tema. Essa descrição acabou revelando que as imposições do domínio jurídico estabelecidas no NCPC (BRASIL, 2015), por vezes, valorizam a forma sobre a o conteúdo, impulsionando o estudante do curso a somente reproduzir modelos e protótipos disponíveis em banco de dados na internet. Ficou claro para esta pesquisadora que existem peculiaridades prototípicas do gênero, quanto a sua organização estrutural e suas particularidades linguístico-discursivas, em virtude de se tratar de uma peça jurídica institucionalizada. Desse modo, na constituição de um encadeamento argumentativo para assegurar a persuasão na garantia dos direitos negados ao reclamante, os mecanismos de textualização utilizados pelos sujeitos-produtores favorecem a transição desse sujeito do contexto universitário para o universo de trabalho (representado nesta pesquisa pelo estágio supervisionado).

Em contrapartida, julgamos importante ressaltar que, no Núcleo de Prática Jurídica, a situação comunicativa apresentada para o sujeito-produtor o conduz a uma elaboração relativamente diferente da petição inicial. Encontramos nesses textos maior diversidade de itens lexicais para retomada dos núcleos referenciais (*o mesmo, o autor, reclamante*); mais uso de conectivos (*dessa forma, desse modo, por sua vez,*

sendo assim, ante o exposto); e uma preocupação com a constituição do jogo de temporalidade para marcação mais efetiva do tempo e espaço da enunciação. A petição inicial produzida nesse espaço pelo estudante nos dá pistas do quanto é fundamental a contribuição do jogo estabelecido entre os tipos de discurso teórico e narração para assegurar a persuasão na peça jurídica. Além disso, constatamos que o estudante utiliza com mais clareza e segurança os tempos verbais (*pretérito perfeito e presente do indicativo*), na construção das sequências narrativa e argumentativa.

Com efeito, compreendemos que nessa situação de comunicação, elementos como: a) situação real no campo de estágio; b) entendimento de uma prática de escrita profissional; c) produção a partir de contexto extralinguístico (demanda do assistido) influenciam positivamente na produção escrita do texto pertencente ao gênero petição inicial pelo estudante do curso de Direito. Ainda que com possibilidade de consultas a textos de referência e reprodução de modelos prototípicos, esse sujeito demonstra maior clareza de que no plano da ação de linguagem há a necessidade de organização das informações a partir da interação com o seu interlocutor – o juiz – para assegurar os direitos do seu assistido. Dessa forma, aventamos que a apropriação mais consistente de elementos de textualidade e de genericidade característicos do gênero petição inicial decorrem da prática social instaurada no Núcleo de Prática Jurídica – e da apreensão e desenvolvimento do(s) letramento(s) do aluno de Direito que atua nesse âmbito.

É importante ainda reiterar que o tempo para o desenvolvimento da pesquisa, a quantidade de dados gerados para análise e as intempéries de mudanças de campo e objeto não favoreceram o aprofundamento do trabalho proposto inicialmente na entrada no mestrado. Como muitos pesquisadores inquietos e relutantes com seus resultados, sinto-me²² tendo destravado uma porta que requererá dedicação, persistência e mais estudos quanto à temática. No entanto, com a entrada na área como professora de Português e Linguagem Forense, vislumbro melhores possibilidades (inclusive geradas a partir dos estudos com a pesquisa) que possibilitarão inclusive derivar proposições que qualifiquem ações práticas para o desenvolvimento da escrita acadêmica/profissional dos alunos do curso de Direito no que tange à produção do gênero Petição Inicial no contexto investigado.

²² Justifico a utilização da 1ª pessoa do singular nas formas verbais “sinto-me”, “vislumbro”, por retratarem com clareza o meu percurso de crescimento e aprendizado no programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Unisinos.

Assim, acreditamos que as interfaces propostas neste trabalho entre o Interacionismo Sociodiscursivo e os estudos de Letramentos Acadêmicos tornaram possível descrever as operações linguístico-discursivas empregadas pelos alunos do curso de Direito para a produção da petição inicial. Desse modo, tal interface também foi muito importante para demonstrar algumas das pistas do desenvolvimento do letramento acadêmico desses sujeitos na transição entre o universo acadêmico e o contexto de estágio supervisionado. O que antes entendíamos apenas como uma possibilidade, após nossas análises, afirmamos com mais segurança que, em especial, os mecanismos de textualização demonstram pistas de inserção desses estudantes no contexto profissional, por meio do estágio supervisionado.

Finalmente, diante de nossas análises apresentadas e de algumas prospecções futuras, resta-nos a reflexão: como uma abordagem interdisciplinar e a construção de interfaces entre os diversos saberes do campo do Direito e os Estudos da Linguagem podem contribuir para que o sujeito transite mais eficazmente entre a academia e o mercado de trabalho? Certamente, como a questão permite novas possibilidades de pesquisas, acreditamos que essa discussão temática não se esgota aqui, mas aponta outras propostas tanto na área de Estudos da Linguagem quando na área do Direito, a fim de explicar, descrever e analisar estruturas e funcionamento dos textos do universo jurídico no campo social mais amplo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, J. A. “Eu sei mas não consigo colocar no papel aquilo que eu sei”: representações sobre os textos acadêmico-científicos. In: RINCK, F.; BOCH, F.; ASSIS, J. A. (Orgs.). **Letramento e formação universitária: formar para a escrita e pela escrita**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015, p. 423-454.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1953/2003.

BARROS, Eliana Merlin Deganutti de. Coesão verbal e temporalidade discursiva: mecanismos de textualização no gênero crítica de cinema. In: **CELLI – COLÓQUIO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS**. 3, 2007, Maringá. Anais... Maringá, 2009, p. 1321-1333.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)**. Brasília, DF. MEC, 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/enade>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

BRASIL. Lei nº. 13.105, de 16 de março de 2015. **Institui o código de processo civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm. Acesso em: 10 set. 2018.

BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo na escola**. São Paulo: EDUC, 1997/2003.

BRONCKART, J. P. **Atividades de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo**. São Paulo: Educ, 1999.

BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2006.

BRONCKART, J.P. A linguagem como agir e a análise dos discursos. In: MACHADO, A.R. (Org.). **O agir nos discursos: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores**. Campinas: Mercado de Letras. 2008, p. 69-92.

BRONCKART, J. P. Meio século de didática da escrita nos países francófonos: balanço e perspectivas. In: RINCK, F.; BOCH, F.; ASSIS, J. A. (Orgs.). **Letramento e formação universitária: formar para a escrita e pela escrita**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015, p. 27-56.

BRONCKART, J. P. Os gêneros de texto e os tipos de discurso como formatos das interações propiciadoras de desenvolvimento. In: BRONCKART, J. P.; MACHADO, A. R.; MATÊNCIO, M. L. (Orgs.). **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano**. Campinas: Mercado de Letras, 2006b, p. 121-160.

BRONCKART, J-P. Ação, discurso e racionalização: a hipótese de desenvolvimento de Vygotsky revisitada. IN: MACHADO, A.R.; MATÊNCIO, M.L.M. (Orgs). **Atividade**

de linguagem, discurso e desenvolvimento humano. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006, p. 59-92.

BRONCKART, J-P. Os gêneros de textos e os tipos de discurso como interações propiciadoras de desenvolvimento. IN: MACHADO, A.R.; MATÊNCIO, M.L.M. (Orgs). **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006**, p. 121-160.

BUENO, L. **A construção de representações sobre o trabalho docente: o papel do estágio.** Tese de doutorado. PUCSP, São Paulo, 2007.

CARVALHO, J. A. B. A transição para o Ensino Superior – novos contextos, novas práticas de *literacia*. In: PEREIRA, L. A.; CARDOSO, I. (Coord.). **Reflexão sobre a escrita: o ensino de diferentes gêneros de textos.** Aveiro: UA Editora, 2013.

CAVALCANTE, M. M. **Coerência, referenciação e ensino.** São Paulo: Cortez Editora, 2014

COLARES, V. (org.). **Linguagem e Direito.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010. Disponível em: <<http://files.academicus.webnode.com.br/200000484-408c9418b4/Linguagemedireito.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 4^a. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CRUZ, M. T. J. O. **Gêneros textuais e práticas discursivas jurídicas: a arquitetura de uma petição inicial.** Editora Universitária: Sergipe, 2010. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000179521>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

CUNHA, C.; Cintra, I. **Nova gramática do português contemporâneo.** 3^a. ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DREY, R. F. **Eu nunca me vi, assim, de fora: representações sobre o agir docente através da autoconfrontação.** 2008. 170 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2008.

GEE, J. P. Reading as situated language: a sociocognitive perspective. **Journal of adolescent & adult literacy**, Newark Delaware, v. 44, n. 8, 2001.

GEE, J. P. **Social linguistics and literacies: ideology in discourses.** 2. ed. London: The Farmer Press, 1999.

GEE, J. P. The new literacy studies: from 'socially situated' to the work of the social. In: BARTON, David; HAMILTON, Mary; IVANIC, Roz. **Situated literacies: reading and writing in context.** London: Routledge, 2000, p. 180-196.

HALL, K. **Co-constructing subjectivities and knowledge in literacy class: an ethnographic-sociocultural perspective.** Leeds, UK, v.16, n. 2, p. 178-194, sept.

2002. Disponível em:

<<http://www.channelviewpublications.net/le/016/0178/le0160178.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

HAMILTON, M. Expanding the new literacy studies: using photographs to explore literacy as social practice. In: BARTON, David; HAMILTON, Mary; IVANIC, Roz (Org.) **Situated literacies**. London: Routledge, 2000.

HEATH, S. B. **What no bedtime story means: narrative skills at home and school**. Language in Society, 1982.

KLEIMAN, Angela. (Org.) **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995

KLEIMAN, A. B.; ASSIS, J. A. (Org.). **Significados e ressignificações do letramento**: desdobramentos de uma perspectiva sociocultural sobre a escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016.

KOCH, I. G. V. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, I. G. V. ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos dos textos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, I. G. V. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2015.

KOCH, I. V. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. São Paulo: Contexto, 2015.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LEA M. R; STREET, B. V. **Student writing in higher education: an academic literacies approach**. Studies in Higher Education. 1998.

LEA, M. R.; STREET, B.V. The “Academic Literacies” model: theory and applications. Theory into practice, 2006, v. 45, nº.4, p. 368-377. (Tradução brasileira: _____). **O modelo de “letramentos acadêmicos”: teoria e aplicações**. Trad.: Fabiana Komesu; Adriana Fischer. Filologia e Linguística Portuguesa. V.16, nº.2, p. 477-496, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/79407/95916>>. Acesso em: 19 set. 2017.

LOPES, M. A. P. T. Linguagem e processos de letramento: uma experiência formativa. In: In: KLEIMAN, A. B.; ASSIS, J. A. (Orgs.). **Significados e ressignificações do letramento**: desdobramentos de uma perspectiva sociocultural sobre a escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016, p. 89-110.

MACHADO, A. R.; BRONCKART, J. P. (Re-)configurações do trabalho do professor construídas nos e pelos textos: a perspectiva metodológica do grupo ALTER_LAEL. In: MACHADO, A. R.; CRISTÓVÃO, V. L. L.; ABREU-TARDELLI, L. S. (Org.).

Linguagem e Educação: o trabalho do professor em uma nova perspectiva. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

MACHADO, C. M. **Código de Processo Civil Interpretado.** 12^a. ed. São Paulo: Editora Manole, 2013.

MARINHO, M. **A escrita nas práticas de letramento Acadêmico (Writing in academic literacy practices).** RBLA, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, v. 10, n.º. 2, p. 363-386, 2010.

MIRANDA, Florência. **Gêneros de texto e tipos de discurso na perspectiva do interaccionismo sociodiscursivo: que relações?** Estudos Linguísticos/Linguistic Studies, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, 2008, p. 81-100.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B; CIULLA, A. (orgs.). **Referenciação.** São Paulo: Contexto, 2003, p.17-52.

OLIVEIRA, E. G. de.; CORDEIRO, I. C. **Conexão e Coesão: Análise do Fazer Enunciativo em uma Crônica Jornalística.** UNOPAR Cient., Ciênc. Human. Educ., Londrina, v. 9, n. 1, p. 47-54, Jun. 2008.

OLIVEIRA, M. do S.; KLEIMAN, A. **Gêneros textuais e letramento.** Revista Brasileira de Linguística Aplicada, V. 10, p. 325-345, 2010

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL/SEÇÃO MINAS GERAIS (OAB/MG). **História da OAB/MG.** [2018?]. Disponível em: <<https://www.oabmg.org.br/institucional/home/historiadaoabmg>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

PEREIRA, R. C. M. **Letramento Jurídico: uma análise socio subjetiva do gênero sentença.** Cadernos do IL, Porto Alegre, n.º. 48, 2014. Acesso em: 25 out. 2017.

PIMENTA, V. R. Gêneros textuais próprios da comunidade discursiva forense. In: **Anais do 4º Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais.** Universidade do Sul de Santa Catarina, 2007, p. 2028-2040. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/index1.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

PINTO, R. B. W. S. Agir em práticas profissionais: uma focalização agentiva. **Eutomia, Revista de Literatura e linguística,** v. 14, n. 1, p. 296-312, Recife: Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, dez. 2014.

RINCK, F.; BOCH, F.; ASSIS, J. A. (Orgs.). **Letramento e formação universitária: formar para a escrita e pela escrita.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015.

ROSA, Camilo. **Processos de arcaísmo no léxico do seridoense.** Disponível em: <<http://www.seol.com.br/mneme/ed1/002-p.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SARAIVA, Renato. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 8 ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1916/1997.

SCHNEUWLY, Bernard. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

SILVA, E. M. C. da. **A estrutura e o funcionamento de gêneros de texto do processo civil: petição inicial, contestação e sentença**. 2002. Tese em Estudos Linguísticos - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

SILVA, G. R. **Sobre o texto jurídico: gramática e textualidade**. 2008. Tese em Linguística - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. 6. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

STREET, B. **Multimodality and New Literacy Studies**. Festschrift for Gunther Kress, 2009.

STREET, Brian. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: CUP, 1984.

STREET, B. V. **Letramentos Sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

STREET, B. Perspectivas interculturais sobre o letramento. Trad. Marcos Bagno. **Filologia e linguística portuguesa**, São Paulo, nº 8, p. 465-488. 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59767/62876>>. Acesso em: 17 set. 2017.

STREET, B. V. Os novos estudos sobre o letramento: histórico e perspectivas. In: MARINHO, M.; CARVALHO, G. T. (Orgs.). **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STREET, Brian (Org) **Cross-cultural Approaches to Literacy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (TJDFT). **Petição inicial: onde tudo começa**. 2014. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/direito-facil/edicaosemanal/peticao-inicial-onde-tudo-comeca>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

TULLIO, Cláudia Maris. **Gêneros Textuais Jurídicos Petição Inicial, contestação e sentença: um olhar sobre o léxico forense**. Londrina, 2012.

VIANNA, C. A. D. et al. “Do letramento aos letramentos: desafios na aproximação entre letramento acadêmico e letramento do professor”. In: KLEIMAN, A. B. (org.) **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 2016, p.

VOLOSHINOV, V. La palabra en la vida y la palabra en la poesía: Hacia una poética sociológica. In: BAJTIN, Mijail. **Hacia una filosofía del acto ético. De los borradores y otros escritos**. Trad. Tatiana Bubnova. Barcelona/San Juan: Anthropos/Universidad de Puerto Rico, 1997[1926].

ANEXOS

Anexo 1 – Questionário para os Alunos do curso de Direito

Levantamento das práticas de leitura e de escrita do gênero de texto Petição Inicial de alunos do Curso de Direito da Faculdade XXXXXXXX

Prezado(a) acadêmico(a):

Ao responder às questões propostas neste questionário você contribuirá para a geração de dados concernentes à pesquisa “**Língua Portuguesa no Ensino superior: das práticas de escrita acadêmica aos gêneros de textos jurídicos**”. Informamos que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – e contribuirá para a realização da dissertação de mestrado da aluna **Cátia Cristina Degan Fernandes, sob a orientação do Prof. Dr. Anderson Carnin**. O objetivo da pesquisa é analisar como as práticas de leitura e de escrita do gênero de texto Petição Inicial contribuem para a formação do bacharel em Direito.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Sexo: _____ Idade: _____

Período: _____ Disciplina: _____

Já fez estágio antes do sétimo período? () Sim () Não

Está fazendo Estágio atualmente? () Sim () Não

Se sim, qual? _____

Onde? _____

Atua profissionalmente na área? () Sim () Não

Onde? _____

Em qual(is) ramo(s) do Direito atua? _____

QUESTÕES:

Refletindo sobre sua experiência como acadêmico do Curso de Direito, responda:

1) Quais são as principais dificuldades que você considera inerentes ao desenvolvimento de atividade(s) de LEITURA do gênero de texto Petição Inicial? Exemplifique. _____

2) Quais são as dificuldades que você considera inerentes ao desenvolvimento de atividade(s) de ESCRITA de uma petição inicial? Exemplifique. _____

3) Que importância você atribui à leitura e à escrita do gênero de texto Petição Inicial para a sua formação? _____

4) Você já escreveu Petição Inicial antes do sétimo período de seu curso?

() Sim () Não

Quando? Em que circunstância? _____

5) Que comentários gerais você pode tecer sobre a escrita de Petição Inicial em contexto de formação acadêmica? _____

Obrigada.

Cátia Cristina Degan Fernandes
Mestranda do Programa de Pós-Graduação Linguística Aplicada – UNISINOS

Anexo 2 – Questionário para os professores do curso de Direito**Levantamento das práticas de leitura e de escrita do gênero de texto Petição Inicial de alunos do Curso de Direito da Faculdade XXXXXXXXX**

Prezado (a) professor (a):

Ao responder às questões propostas neste questionário você contribuirá para a geração de dados concernentes à pesquisa **“Língua Portuguesa no Ensino superior: das práticas de escrita acadêmica aos gêneros de textos jurídicos”**. Informamos que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – e contribuirá para a realização da dissertação de mestrado da aluna **Cátia Cristina Degan Fernandes, sob a orientação do Prof. Dr. Anderson Carnin**. O objetivo da pesquisa é analisar como as práticas de leitura e de escrita do gênero de texto Petição Inicial contribuem para a formação do bacharel em Direito.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Sexo: _____ Idade: _____ Data: _____

Disciplina que leciona: _____

Formação acadêmica: _____

Experiência profissional: _____

QUESTÕES:

Considerando sua experiência como docente do Curso de Direito, responda:

1- Para aprofundamento dos conhecimentos teóricos e práticos da disciplina que você leciona, quais textos você normalmente solicita que os alunos leiam? Como são trabalhadas essas leituras em sala de aula?

2- Nessa mesma disciplina, quais textos normalmente você solicita que seus alunos produzam? De que forma costuma solicitar essa produção (relate uma atividade proposta, por ex.)?

3- Caso você costume trabalhar com o gênero Petição Inicial, quais são as dificuldades que seus alunos normalmente apresentam quando desenvolvem uma atividade de leitura desse gênero?

4- E na(s) atividade(s) de escrita desse gênero, quais as principais dificuldades apresentadas por seus alunos?

5- Que importância você atribui à leitura e à escrita do gênero de texto Petição Inicial para a formação de seus alunos? Comente.

6- Se você solicita a escrita do gênero Petição Inicial em aula, com que frequência você o faz? Assinale uma resposta.

- () Uma por semestre
- () Duas por semestre
- () Três por semestre
- () Outra. Especificar:

7- Que outros comentários você pode tecer sobre as Petições Iniciais produzidas por seus alunos?

Obrigada.

Cátia Cristina Degan Fernandes
Mestranda do Programa de Pós-Graduação Linguística Aplicada – UNISINOS

Anexo 3 – Termo de Livre Consentimento Esclarecido – TLCE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “**Língua Portuguesa no Ensino superior: das práticas de escrita acadêmica aos gêneros de textos jurídicos**”, que se dedica a analisar como o domínio das operações textual-discursivas do gênero de texto Petição Inicial evidencia e potencializa o desenvolvimento dos processos de Letramento(s) Acadêmico(s) dos(as) alunos(as) do Curso de Direito e pode promover a inserção deles(as) em seu contexto profissional. O estudo está sendo conduzido pela **mestranda Cátia Cristina Degan Fernandes, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Unisinos, sob a orientação do Prof. Dr. Anderson Carnin**. Nesta pesquisa, estou interessada em compreender como os alunos, em fase final no curso de Direito, utilizam as operações textual-discursivas para produzir o gênero de texto Petição Inicial, demonstrando pistas de seus processos de Letramento(s) Acadêmico(s) na transição do contexto universitário para o mundo do trabalho. A sua participação no projeto requer a disponibilização dos seus textos Petição Inicial produzidos em sala de aula, nas disciplinas de Prática de Processo Civil, Prática de Processo do Trabalho e/ou Estágio Curricular Supervisionado, no Núcleo de Prática Jurídica; participação de entrevista por meio de um questionário, além de consentimento para registros de observações, análise e divulgação dos dados de pesquisa gerados.

Os riscos associados ao desenvolvimento desta pesquisa são mínimos, apenas aqueles inerentes ao desenvolvimento de um trabalho qualitativo, em que se incluem a realização de atividades de escrita em sala de aula ou em contexto de estágio profissional e participação em entrevistas por meio de um questionário. Sua participação, no entanto, ajudar-me-á a construir novos conhecimentos relativos ao ensino de Língua Portuguesa no Ensino superior e como as práticas de leitura e de escrita acadêmica potencializam (ou comprometem) a inserção dos alunos no mundo do trabalho.

As informações que obtiver serão rigorosamente confidenciais. Seu nome real será substituído por outro em qualquer apresentação ou publicação baseada em meu estudo. Suas respostas a questionários serão confidenciais e a participação no estudo é totalmente voluntária. Você pode se recusar a participar ou pode se retirar, a qualquer momento, sem qualquer penalidade.

Se você decidir participar, por favor, assine este documento, por meio do qual concorda com os procedimentos coleta e disponibilização dos dados, assegurando-lhe o direito de dar sua opinião, de fazer perguntas no decorrer do estudo, além das demais garantias decorrentes dessa participação já mencionadas.

Este termo será assinado em duas vias ficando uma em seu poder e a outra com a pesquisadora responsável. Agradeço sua colaboração e interesse neste projeto.

Atenciosamente,

Cátia Cristina Degan Fernandes

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada/UNISINOS

Pesquisadora Responsável

Período: _____

Data: ____/____/____

Nome do(a) participante: _____

Disciplina Cursada: _____

Assinatura: _____